



Universidade Federal do Pará

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

**TARCISIO CARDOSO MORAES**

**A ENGENHARIA DA HISTÓRIA: NATUREZA, GEOGRAFIA E  
HISTORIOGRAFIA NA AMAZÔNIA.**

Belém – Pará

2009

**TARCISIO CARDOSO MORAES**

**A ENGENHARIA DA HISTÓRIA: NATUREZA, GEOGRAFIA E  
HISTORIOGRAFIA NA AMAZÔNIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA/ PPHIST)

Belém – Pará

2009

**TARCISIO CARDOSO MORAES**

**A ENGENHARIA DA HISTÓRIA: NATUREZA, GEOGRAFIA E  
HISTORIOGRAFIA NA AMAZÔNIA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA/ PPHIST)

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo (Orientador)

---

Profª. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci (UFPA)

---

Profª. Dra. Maria Goretti Tavares (UFPA)

Belém – Pará

2009

À minha mãe, Paula, exemplo de  
força e coragem. A quem devo tudo  
e serei eternamente agradecido.

## RESUMO

Do final do século XIX até durante as primeiras décadas do século XX, os engenheiros estiveram entre os principais nomes da produção da historiografia paraense. Esta dissertação tem como objetivo examinar a conformação de uma tradição historiográfica marcada pelo diálogo estreito com o pensamento geográfico. A proximidade entre história e geografia foi articulada tanto entorno de uma percepção datada a respeito da função social que cabia a cada uma delas, quanto entorno de um projeto político pensado para a Amazônia. Em busca de redefinir, agora sob o olhar republicano, as bases da identidade regional, cabia à história rever e reaver o passado amazônico inserindo a região numa longa tradição marcada pelo desenvolvimento progressivo da civilização. Já à geografia cumpria estabelecer as bases do conhecimento espacial necessário à identidade local, e fundamental à ação do Estado. Tomo como objeto os engenheiros João de Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Ignácio Baptista de Moura. Entre produção historiográfica, celebrações de efemérides cívicas e a fundação de instituições, o projeto político desses três engenheiros fez parte de um movimento mais amplo da intelectualidade paraense. Em outras palavras, os engenheiros-historiadores foram parte especial de um amplo exercício de compreensão da construção da identidade da região amazônica a partir da ótica do poder do Estado-Nação.

Palavras-chave: história, historiografia, geografia, engenharia, natureza, civilização, república, modernidade.

## ABSTRACT

Of the end of century XIX even during the first decades of century XX, the engineers had been between the main names of the production of the historiography “paraense”. This description has as objective to examine the conformation of a historiography tradition marked by the narrow dialogue with the geographic thought. The proximity between history and geography was articulated in such a way about of a perception dated regarding the social function that fit to each one of them, how about of a project politician thought for the “Amazônia”. In search to redefine, now under the republican look, the bases of the regional identity, it fit to history to review and to recover the Amazonian past inserting the region in a long tradition marked for the gradual development of the civilization. Already to geography it fulfilled to establish the bases of the necessary space knowledge to the identity local, and basic to the action of the State. I have as object the engineers João de Palma Muniz, Enrique Santa Rosa and Ignácio Baptista de Moura. Between historiography production, celebrations of civic events and the foundation of institutions, the project politician of these three engineers was part of a ampler movement of the “paraense” intellectuality. In other words, the engineer-historians had been special part of an ample exercise of understanding of the construction of the identity of the Amazon region from the optics of the power of the State-Nation.

Word-key: history, historiography, geography, engineering, nature, civilization, republic, modernity.

## LISTA DE IMAGENS E TABELAS

<b>Imagem 1 – Engenheiro João de Palma Muniz .....</b>	<b>22</b>
<b>Imagem 2 – Engenheiro Ignácio Baptista de Moura.....</b>	<b>27</b>
<b>Imagem 3 – Engenheiro Enrique Américo Santa Rosa.....</b>	<b>32</b>
<b>Tabela 1 - Divisão Municipal do Estado do Pará .....</b>	<b>101</b>
<b>Tabela 2 - Cartas geográficas sobre as regiões banhadas pelo Rio Amazonas.....</b>	<b>106</b>

## AGRADECIMENTOS

Gratidão, aí está algo que por vezes não fica totalmente expressado no vocabulário de que nos servimos. Ou pelos limites da linguagem, ou pela extensão da dívida, em certos casos, muito extensa. Por hora, recorro às palavras no desejo íntimo de que registrem não só a gratidão, mas igualmente toda a estima que guardo daqueles que de uma ou outra forma me ajudaram à realização desta pesquisa.

Na etapa de desenvolvimento da pesquisa contei com ajudas que foram importantíssimas. Sou muito agradecido o auxílio, ainda que por pouco tempo, da professora Francesca Focaroli, que iniciou a orientação deste trabalho, tendo depois que se ausentar. Ao final, a orientação ficou a cargo do professor Aldrin Moura de Figueiredo, que além da função em que estava investido, se mostrou um grande amigo. Suas manifestações, quanto ao rumo da pesquisa e os percalços que o trabalho apresentava em seu curso, foram sempre muito valiosas. Agradeço ainda aos professores Genylton Rego da Rocha e Magda Ricci, pelas contribuições durante a qualificação. Gostaria ainda de agradecer aos professores do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, em especial os da linha de pesquisa em História e Natureza: Rafael Chambouleyron, Geraldo Mártires Coelho, Bendita Celeste, Aldrin Moura de Figueiredo, Magda Ricci e Francesca Focaroli.

Não posso também deixar de mencionar os colegas de turma, tanto pelas sugestões e contribuições, como pela amizade e diálogo aberto. São eles: Sinei Soares Monteiro, Sidiana Macêdo, Rosana de Sousa, Robert Dias, Maíra Maia, Elson Monteiro, Elane, Cristiane Ramos Gonçalves, José Júnior, Adair Carneiro, Amarilis Silva, Jorge Fleury da Fonseca, Danielle Moura e Ivo Silva. Durante a pesquisa, tive o valioso auxílio de Silvio Rodrigues e Caroline Fernandes. Agradeço também a Tiago M. Lopes e Nabila Pereira, pelas sugestões de leituras em geografia. Maria Anunciação, Danilo Almeida, Ioberto Bahia, Ricardo Mendes, Dilber Araujo, Ana Coqueiro, Marinaldo Costa, Elisângela Portal e Ivanete Brelaz Veloso, agradeço por todo apoio quando por várias vezes precisei me ausentar da sala de aula.

Como qualquer outro, este trabalho está ligado a uma trajetória pessoal e acadêmica que envolve um mosaico de relações humanas. Por isso, termino agradecendo àquelas pessoas mais elementares na minha vida: minha mãe, Paula; meus irmãos, Edpaulo, Davi e Stella; e também minhas tias Graça e Bel. Agradeço ao amigo, Nerivaldo Souza. Na Universidade tive a ventura de encontrar grandes amigos. Muito lhes devo e muito lhes sou grato. Agradeço a Emanuel Negrão, Ana Carolina Santos, Juliana da Mata e Mariza Luz. Agradeço a Anderson Rodrigo Tavares, Daniella Moura, Eder Monteiro, Ernesto Padovani e a David Salomão Feio.



Minha dívida é enorme com a família Cavalcante: agradeço ao grande amigo Helison Geraldo Cavalcante, e a seus pais, “Dona” Maria e “Seu” Chico, por todo o abrigo e as inúmeras refeições gentilmente cedidas. Desde o início da graduação, foi muito importante todo apoio e carinho de Ellen Cristina. A todos, os meus sinceros agradecimentos!

*É só voltar a página,  
e o futuro virá.*

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: A engenharia cívica: o espaço e o passado da Amazônia.....	16
1. 1. Arautos da modernidade, paladinos nacionais.....	16
1. 2. Engenheiros polígrafos entre ciência e erudição. ....	19
1. 3. O Instituto Histórico e Geográfico do Pará dividido entre a Monarquia e a República.....	38
Capítulo 2: Os Engenheiros-historiadores e a história da Amazônia. ....	53
2. 1. A memória de três séculos. ....	53
2. 1. 2. O artista indígena: ancestralidade e civilização na Amazônia. ....	66
2. 1. 3. Templo cívico, a capital festeja a nação. ....	72
2. 2. A engenharia da história e a engenharia na história: do Tricentenário de Belém ao Centenário da Adesão do Pará. ....	79
2. 2. 2. A engenharia na história na adesão do Pará. ....	92
Capítulo 3: Geografia do poder entre engenharia e geografia-histórica.....	96
3. 1. Geografias paraenses: pensamento geográfico e círculos intelectuais ....	96
3. 2. Natureza e modernidade na República paraense. ....	121
Fontes e Referências Bibliográficas. ....	128
1. Literatura, tratados, memórias, crônicas e textos antigos. ....	128
2. Periódicos Citados ....	133
2. 1. Jornais.....	133
3. Revistas.....	137
3. 1. A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará, Belém. ....	137
3. 2. O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura, Belém. ....	137
3. 3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.....	137
4. Arquivos.....	139
4. 1. Arquivo Público do Estado do Pará, Belém. ....	139
4. 2. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém. ....	139
4. 3. Arquivo da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Belém.....	140
4. 4. Arquivo da Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. ....	140
5. Sites.....	140
6. Referências Bibliográficas. ....	141

## INTRODUÇÃO

*O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que produz? Interrompendo sua deambulação erudita pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificara entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é essa profissão?*

*(Michel de Certeau)*

Em meio à naturalidade com que pintores, clérigos, médicos, literatos e intelectuais em geral se vestiram de historiadores e saíram à cata de fatos, datas e personagens tradutores da “marcha do nosso progresso”<sup>1</sup>, para que assim pudessem arquitetar uma nova versão da história paraense, os engenheiros rubricaram um capítulo à parte. Este capítulo é objeto de análise nesta dissertação. Tomo como objeto as produções historiográficas dos engenheiros João de Palma Muniz, Henrique Américo Santa Rosa e Ignácio Baptista de Moura. Mais que registro historiográfico, essa produção é indício concreto de uma problemática social e cultural fundamental num contexto marcado pela implementação de projetos políticos capazes de redefinir as bases da identidade nacional no Pará. Trata-se de uma produção historiográfica bem específica, que aliou história, engenharia e geografia numa só ferramenta interpretativa do passado e da realidade amazônica. Compreender o papel dos engenheiros-historiadores é fundamental, tanto para entender o percurso historiográfico local, quanto para entender o sentido da invocação do passado e sua relação o ambiente social, natural e urbano da Amazônia das primeiras décadas do século XX. Por isso a expressão “engenharia da história” precisa ser pensada dentro do contexto social específico em que faz sentido. Isto é, deve ser pensada dentro do universo semântico da Amazônia vislumbrada por sua geração modernista. Da geração que adotou uma postura bem própria frente ao presente e ao passado, sempre seguindo o imperativo de rever e reaver a gênese da região para em seguida inseri-la numa tradição de civilização e modernidade.

A preocupação dos engenheiros-historiadores com o passado amazônico jamais foi simples vício de antiquário. Muito pelo contrário. Entre o presente e os exemplos do passado, eles acreditavam que o futuro anunciado guardava benevolência e prosperidade à região

---

<sup>1</sup> Exposição Histórico-Indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916. IHGP; Arquivo Palma Muniz – Fundo Palma Muniz; Série Panfletos – 1909-1927, Caixa nº 01.

banhada pelo rio Amazonas, para esses sujeitos, símbolo-mor do progresso reservado à região. Se o futuro era promissor, o presente já fazia parte da linha evolutiva. Isso se verifica na imagem que cultivavam de Belém como cidade moderna, cujo “adiantamento nas transformações urbanas” com a construção de “bairros higiênicos e de núcleos econômicos”, e com a disposição de “comodidade de ar, espaço, luz, viação, água e esgotos”, a qualificam entre as principais cidades brasileiras: “em nosso país, serão, talvez, Belo Horizonte e São Paulo as duas únicas capitais que melhor observam esta moderna orientação”.<sup>2</sup>

Os problemas enfrentados por essa matriz historiográfica não foram poucos. Um dos principais foi a percepção da necessidade de refletir sobre a origem amazônica, que levou esta geração de historiadores a enfrentar a questão indígena. Proposta moderna, reminiscências românticas. Suas interpretações oscilaram entre dois quadrantes distintos: de um lado, a defesa da Amazônia como lugar ímpar, comparado ao resto do Brasil e do mundo; e, de outro, a busca pela definição da identidade cultural e nacional ainda tinha como parâmetro principal as sociedades européias. Daí o surgimento de um campo perceptivo que colocava em paralelo o índio amazônico com o homem europeu. Isso se faz evidente, por exemplo, na pena de Theodoro Braga (1872-1953), pintor-historiador de renome na época<sup>3</sup>. Diz ele: “sem o instrumento moderno que os auxiliasse na pureza das linhas retas ou curvas” os antepassados amazônicos tinham “a intuição da simetria na divisão geral do objeto (...) da harmonia não só nos detalhes como do conjunto da ornamentação, do equilíbrio dos assuntos escolhidos, enfim uma orientação pré-estudada para cada ornamentação”. Assim, o “artista indígena” era capaz

---

<sup>2</sup> SANTA ROSA, Henrique. *Visão Futura*. In: MOURA, Ignácio (Org.) *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915, p.12.

<sup>3</sup> Para uma visão geral da produção de Theodoro Braga, ver: *Theodoro Braga no centenário de seu nascimento*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1972. Para uma análise mais acurada, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. (tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2001. Sobre a produção artística paraense e a produção do discurso nacionalista, ver: *idem*, *Desfiles do passado nacional: pintura, moda e história da Amazônia, c.1916-1923*. *Anais do XXVIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. 1808-2008: Mudanças de Paradigmas para a História da Arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2008. v. 1. p. 112-134; *idem*, *Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia*. In: Fernando Arthur de Freitas Neves; Maria Roseane Pinto Lima. (Org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 545-570; *idem*, *A pintura da história: patrimônio e paisagem na Amazônia, 1890-1910*. In: Flávio Leonel Abreu da Silveira, Cristina Donza Cancela. (Org.). *Paisagem e cultura: Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009, p. 229-243, *idem*, *Pretérito imperfeito: arte, mecenato, imprensa e censura em Belém do Pará, 1898-1908*. In: Beatriz Kushnir. (Org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre Mídia*. Niterói: Ed. UFF, 2009, p. 38-52.

de criar um “prato, ou coisa que a isso se assemelhe” semelhante à “*cruz gammée* dos antigos gregos”<sup>4</sup>.

Isso tudo faz parte de um exercício político de compreensão e definição da nacionalidade amazônica que se desenvolveu amplamente entre as primeiras décadas do século passado. Nesse período, floresceu uma malha de intercomunicações entre vários grupos intelectuais de gerações distintas; mas que não obstante suas diferenças políticas, esses homens tomaram parte num operoso processo de exame da realidade local tendo por base as discussões sobre identidade e nacionalidade. Dos tricentenaristas à geração de Bruno de Menezes, esse debate manteve-se na ordem do dia, sempre articulado entorno das efemérides nacionais comemoradas no Pará, muito especialmente entre 1915 e 1923<sup>5</sup>. Em meio a este mosaico intelectual é necessário examinar a participação e a influência dos engenheiros. E é neste sentido que se deve pensar o termo “engenharia da história”, pois guarda a acepção de operação historiográfica, bem própria da defendida por Michel de Certeau<sup>6</sup>. Ou seja, a relação entre o lugar do discurso, os procedimentos de análise e a construção de um texto. Em outras palavras, a combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Portanto, há que se notar a particularidade da mão que escreve a história. Neste caso, escreveu-se sob os movimentos dos engenheiros. Essa particularidade é o lugar específico de onde fala o historiador, ou melhor: o engenheiro-historiador. É a marca muito própria de uma interpretação da natureza, do passado e do ambiente social e urbano da Belém que pretendia moderna.

Antes que se pense o contrário, minha intenção não é escrever a história da engenharia civil na Amazônia. Interrogo-me sobre a intercessão entre engenharia, história e geografia, a partir do ponto de vista do historiador. Encaro a História e a Geografia como atividades que extrapolam historiadores e geógrafos, suas técnicas, abordagens e metodologias. A reflexão historiográfica tem que ter sempre em vista os homens que escrevem a história e produzem o discurso geográfico. É preciso interrogar sobre os métodos e as técnicas usadas por esses engenheiros-historiadores no manejo do passado e do espaço amazônico, e quais relações desse discurso com a sociedade da qual fizeram parte. Que linguagem e qual o lugar de onde

---

<sup>4</sup> BRAGA, Theodoro. A Arte Brasílica através da cerâmica da Ilha do Marajó. In: MOURA, Ignácio (Org.). *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e commercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915, p. 135.

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de, Arte, literatura e revolução: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. In: Edilza Joana de Oliveira Fontes; José Maia Bezerra Neto. (Org.). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007, p. 293-307.

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da Historia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

falam esses engenheiros-geógrafos-historiadores? “Para quem trabalham”? Como se relacionaram com a sociedade e com seus valores dominantes? Estas são perguntas importantes que não interessam somente a engenheiros, geógrafos e historiadores. Tampouco só a eles se referem.

Nenhuma história da cultura contemporânea pode ser escrita sem se dar a devida atenção aos grupos intelectuais. O grupo, o movimento, o círculo, parecem ou muito marginais ou muito pequenos e efêmeros para exigir análise histórica ou social. Entretanto, sua importância como fato social e cultural geral é muito grande: naquilo que eles realizaram e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre as sociedades com as quais eles estabelecem relações<sup>7</sup>. Por isso, examinar o diálogo entre a engenharia, a geografia e a história na Amazônia é perguntar o que o *savoir-faire* desses engenheiros-historiadores pode nos dizer sobre a sociedade com a qual estabeleceram relações, de certo modo ambíguas e indefinidas; e que história é essa que então estavam delineando.

Fundando instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (1917), o Club de Engenharia do Pará (1918), a Escola de Agronomia do Pará (1919), o Centro Pedagógico do Pará (1920) e a Universidade Livre do Pará (1924), os engenheiros pensaram de um modo muito próprio a história e a geografia da Amazônia. Discutiram sobre o passado, os limites territoriais e o espaço natural e urbano da região, entre outros temas. No entanto, o que por hora me interessa é examinar a conformação de uma tradição historiográfica firmada por esses sujeitos. Proponho-me a discutir o *saber-fazer* dos engenheiros, suas práticas e seus modos de realização; a produção de uma escrita e de um discurso sobre a história e a geografia amazônica. Para isso é necessário levar a cabo o mapeamento desses homens e suas relações intelectuais. O relevante à análise não é perguntar sobre a inteligência ou grau de educação desses homens, mas sim qual a relação dos valores sustentados por este grupo com as condições mais abrangentes da sociedade. Interrogo-me sobre a formação social desse grupo dentro de um contexto definido de uma história mais ampla envolvendo relacionamentos mais gerais de classe social e educação.

O problema que a análise suscita quanto às fontes diz respeito ao núcleo da documentação ser composto por discursos do meio intelectual, seja em jornais, livros ou correspondências. São fontes que mostram a percepção dos intelectuais sobre si mesmos e sobre a sociedade. Nesse caso, o cuidado é em não tornar a análise interna e circular supondo

---

<sup>7</sup> É muito interessante a análise de grupo social proposta por Raymond Williams. Cf.: WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. *Plural*. São Paulo: USP, 6: 139-168, 1999.

a realidade extratextual correspondente aos discursos desses homens. No que se refere aos jornais, faço a leitura da imprensa do início do século passado tomando-a como instrumento importante de renovação da cultura letrada, e como *lócus* de formulação e discussão de concepções, processos e práticas sócio-culturais, e de difusão de projetos e produtos<sup>8</sup>. Cruzando com as notícias postadas nos jornais, examino também as obras publicadas por esses engenheiros-historiadores. No mais, esses livros são uma forma mais elaborada e científica de comunicação com a sociedade. Analiso, ainda, as atas e correspondências do IHGP, tomando esta instituição como corpo de um meio intelectual específico com um *ethos* próprio. O conjunto dessa documentação forma o alicerce dos três capítulos da dissertação. O primeiro deles busca apresentar e analisar as experiências e a trajetória dos engenheiros juntos à suas produções intelectuais, e ao final examina a reinstalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará de 1917. No segundo capítulo me ocupo dos valores compartilhados e da produção historiográfica articulada em torno do Tricentenário de Belém e do Centenário da Adesão do Pará à independência do Brasil. Ao final, no terceiro capítulo, recebe atenção especial o diálogo entre história e geografia, nos mais, sempre mencionada nos capítulos anteriores.

O campo intelectual, ou a história social da intelectualidade, se constituir num amplo espaço de convergência de interesses e métodos muitos diversos, pois está situado na encruzilhada da história e da sociologia política, cultural e social, o que em torna a análise ainda mais delicada<sup>9</sup>. Dificuldades à parte, analisar o grupo social empenhado na engenharia de uma nova história da Amazônia articulada ao pensamento geográfico, é chamar a atenção para a importância desses homens naquilo que eles realizaram e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre a sociedade com a qual se relacionaram.

---

<sup>8</sup> CRUZ, Heloisa. *A Cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890-1915*. In: Projeto História nº. 13. São Paulo: EDUC/PUC-SP, junho de 1996.

<sup>9</sup> Cf. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



## Capítulo 1.

### A engenharia cívica: o espaço e o passado da Amazônia.

#### 1. 1. Arautos da modernidade, paladinos nacionais.

Num velho sobrado colonial luso-amazônico viveu o mais importante historiador da Amazônia no século XIX. Esta nobre residência do Barão do Guajará, Domingos Antônio Raiol (1830-1912), primeiro presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, fundado em 1900, seria no futuro a sede do próprio instituto. O prédio fica situado na Rua Dalmázia Perdigão, número 62, e faz parte do centro histórico de Belém. Além do que, atualmente é tombado pelo Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Os azulejos mais antigos da cidade de Belém datam do século XVII, e estão fixados no colégio Santo Antônio. No entanto, pesquisadores acreditam que provavelmente só no século XIX os azulejos chegaram às fachadas das edificações, decorando e protegendo o solar de Raiol, o primeiro a recebê-los<sup>10</sup>. O prédio é de arquitetura neoclássica, como vários outros que se ergueram na Belém do século XIX. No último andar, de comprimento menor que os dois outros pavimentos, há três portas envidraçadas que compartilham a mesma varanda de parapeito gradeado. Logo abaixo, o primeiro andar dá lugar a sete portas de mesma metragem, sendo que a do meio situa-se exatamente acima da entrada principal, que fica no andar de baixo, o térreo. As outras seis encontram-se simetricamente distribuídas em número de três em cada um dos lados da porta central. Já no térreo, pelas extremidades laterais do prédio, há duas outras portas, da mesma largura que a principal e mais amplas que as do primeiro andar. Seguindo em direção ao centro, há duas janelas, as únicas da frontaria do edifício, cuja fachada é toda ornada em vários tons de azul de azulejo português tipo decalcomania<sup>11</sup>, o que dá o tom nobre com o qual a burguesia urbana da época simpatizava. Bem ao centro do prédio há uma antiga porta, onde a última camada de tinta branca exibe-se já bastante descascada. Alguns remendos de tábuas e uma ou outra pichação completam o zelo que o tempo deixa atrás de si. Logo acima da porta principal, há uma chapa de madeira, cujas bordas inferiores e superiores, assim como as laterais direita e esquerda, exibem um vermelho que vai já desbotado. Sobre o fundo

---

<sup>10</sup> Atualmente a arquiteta Alessandra Bastos Caminha Sanjad, junto ao curso de doutorado do Centro Geociências da Universidade Federal do Pará, pesquisa os efeitos das intempéries sobre os azulejos antigos de Belém. Seus estudos se concentram no Solar de Domingos Antonio Raiol e no Palacete Pinho. Cf. SANJAD, *Caracterização mineralógica e química de azulejos históricos de Belém: subsídios para produção de réplicas para restauro e artesanato*. Belém, 2005.

<sup>11</sup> A técnica da decalcomania permite transferir gravuras decorativas e impressões variadas para superfície de cerâmicas, azulejos ou outros materiais.

branco, da estreita e comprida chapa de madeira, as letras negras dizem: Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Em março do ano de 1917, a instalação solene do Instituto Histórico e Geográfico do Pará mobilizou largamente a intelectualidade paraense<sup>12</sup>. Isso porque, longe de se tratar de um episódio isolado, o evento se encaixa num contexto bem mais amplo associado ao movimento nacional, que em terras paraense teve o seu primeiro grande momento na celebração do Tricentenário de Belém, em 1915 e 1916. A historiografia nacional tem mostrado que acentuadamente entre o final do XIX e princípio do século XX, a intelectualidade brasileira experimentou uma fase de efervescência das virtudes cívicas e de culto à nacionalidade<sup>13</sup>. Foi em meio a este universo social que se deu a instalação do IHGP de 1917, de resto, como principal efeito das manifestações tricentenárias. Neste capítulo, busco analisar a história e a memória dessa instituição social e cultural de conhecimento específico que foi e é o Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Para isso, vale a pena lembrar que os institutos históricos e geográficos foram desde cedo pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e em estudos etnográficos e linguísticos Brasil afora<sup>14</sup>. Sob sua tutela esteve a produção de um saber específico, numa época em que a separação entre os diversos campos do conhecimento estava ainda se delineando, e em que a história ainda reivindicava para si um estatuto científico alicerçado numa sólida pesquisa documental<sup>15</sup>. De acordo com o universo social em que se encontravam imiscuídos, o esforço dos Institutos Históricos e Geográficos foi canalizado e

---

<sup>12</sup> Antes de 1917, foi fundado na capital paraense o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, no ano de 1900. Mais adiante terei a oportunidade de examinar detidamente as relações entre esses dois momentos.

<sup>13</sup> Entres outros estudos, podemos mencionar: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Tradição e modernidade no estudo da história pátria. In: *XIII Congreso Internacional de AHILA*, 2004; idem, Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o I Congresso Internacional de História da América (1922). In: *IX Congreso Latinoamericano de estudios sobre América Latina e Caribe*, 2004, Rio de Janeiro; SINDER, Valter. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 253-264, 2000; SINDER, Valter.; BELLI, V. Um país se faz com homens e livros: Monteiro Lobato e a formação de uma comunidade de leitores. In: SENTO-SE, João Trajano & PAIVA, Vanilda. (Org.). *Pensamento Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2005, p. 31-44; OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Um mapa do terreno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 163-167, 2000; SIQUEIRA, Carla. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 161-181; MACHADO, Maria Heloisa Pereira Toledo. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000; COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos* Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-232, 2001.

<sup>14</sup> Há vários estudos sobre produção e o papel desempenhado pelos Institutos Históricos e Geográficos nacionais, entre eles pode-se citar HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. (dissertação) PUCRS, 2007; MANSILLA, H. C. F.. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 9, 1992, p. 60-74.

<sup>15</sup> GUIMARÃES, M. L. L. S. Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

direcionado à construção da identidade nacional, buscando no passado, os grandes exemplos; e no presente, o limbo ditoso onde estaria circunscrito o caminho próspero destinado ao Brasil.

Até mesmo por se situar no meio da Amazônia, a versão paraense lançou um olhar especial e ambicioso sobre o espaço local. Obreiros da história e artesãos da geografia amazônica, os sujeitos que firmaram as bases do IHGP, não possuíam nenhuma formação específica nessas áreas, como era corriqueiro na época. Eram de tudo um pouco. Polígrafos, enfim. Membros da elite que ocupavam postos privilegiados na burocracia estatal. Outros eram políticos de renome. Eram literatos, advogados, médicos e militares; eram engenheiros. Afinal, carreiras então de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite brasileira<sup>16</sup>. Aqui já começa a ficar mais nítido o mosaico social onde se enquadra o objeto desta dissertação. Isto é, neste vasto campo de fertilidade intelectual muitas vezes sem demarcações claramente definidas, tomo os engenheiros como o epicentro desta pesquisa, e o Instituto Histórico e Geográfico do Pará como testemunha institucional privilegiada que assinala fortes evidências dos meandros do ambiente cultural e social partilhado pela *intelligentsia* paraense da geração de 1910. A movimentação dessa geração no campo da história e da geografia constitui a atmosfera de estudo dessa pesquisa. Em outras palavras, se é certo que desse movimento tomaram parte várias categorias e especialidades intelectuais, meus questionamentos, no entanto, interrogam o *ethos* do universo social da primeira República paraense a partir do olhar de três homens. Três engenheiros. São eles: João de Palma Muniz (1873-1927), Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933) e Ignácio Baptista de Moura (1857-1929).

A opção pelos engenheiros se fez principalmente em função do foco da pesquisa buscar examinar a conformação de uma tradição historiográfica paraense. Como mais diante veremos, trata-se de uma tradição que não pode ser bem compreendida se porventura for analisada separadamente do pensamento geográfico de fins do século XIX. Na condição de engenheiros, apóstolos da modernidade e agentes da administração pública, esses homens tiveram uma atuação privilegiada junto à reflexão sobre o espaço local, intervenção direta sobre a política urbana pensada para o Estado e predileção singular pelo passado local. Enfim, tomo como objeto de análise as conexões e as intercessões entre engenharia, geografia e história proposta por três engenheiros que formaram o núcleo da primeira diretoria do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. A fim de melhor elucidar a atuação desses sujeitos

---

<sup>16</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. v. 21 n.40. São Paulo, 2001.

no circuito intelectual paraense, analiso três dos mais importantes momentos vividos pelas gerações das duas primeiras décadas do século passado: o tricentenário de Belém, a instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará de 1917 e o centenário da adesão do Pará à independência. Nesse momento, porém, a adesão à independência ficará a cargo do próximo capítulo.

## **1. 2. Engenheiros polígrafos entre ciência e erudição.**

A atuação dos engenheiros nesses campos do saber se desenvolveu por razões que serão pouco a pouco elucidadas. A princípio, é fácil verificar que em função de não haver, na época, formação profissional nem em história e tampouco em geografia, esses foram espaços ocupados por especialistas emanados de outras áreas. Entre os quais, os engenheiros. Mas não só eles. Outros sujeitos também se destacaram no estudo da história e da geografia paraense, a exemplo de Manuel Barata, Candido Costa e Theodoro Braga, entre muitos outros<sup>17</sup>. Há, no entanto, uma diferença que merece ser assinalada. A formação dos engenheiros segundo os cânones franceses adotados na Politécnica do Rio de Janeiro, em que o positivismo nutria a busca pelo domínio científico das variáveis que poderiam explicar os fenômenos sociais, lhes permitiu uma entrada muito particular nos discursos sobre o espaço e o passado da Amazônia. Soma-se a isso, o capital cultural, a trajetória e a experiência intelectual desses homens, que entre aqueles engajados na criação e na formulação das bases do Instituto, foram os principais direcionadores dos cultos cívicos, da fundação de instituições e dos estudos sobre a história e a geografia local.

João de Palma Muniz assumiu o posto de Primeiro Secretário; Henrique Américo Santa Rosa, o de Vice-Presidente; e Ignácio Batista de Moura foi o primeiro Presidente do IHGP. Em outras palavras, esses três engenheiros formaram o cerne da diretoria da instituição. Da engenharia ao passado, do urbanismo ao espaço amazônico, os engenheiros se destacaram entre os homens mais influentes nos principais debates sobre republicanismo, nacionalismo e modernidade. Sobre a história, educação e a geografia, incluindo aqui a controvérsia sobre os limites e fronteiras do Estado do Pará. É claro, se trata de um pequeno grupo intelectual cuja análise impõe desafios e particularidades metodológicas. Durante

---

<sup>17</sup> A respeito de Theodoro Braga e da geração modernista paraense, ver a tese de FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. (tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2001.

algum tempo, inclusive, os intelectuais ficaram à margem do ateliê do historiador, entre outros motivos, por se tratar de um grupo social de contornos vagos que desencorajava uma abordagem de ordem quantitativa <sup>18</sup>. A despeito das várias abordagens que o tema recebeu, o principal trajeto teórico-metodológico seguido nesta dissertação recorre às abordagens de Raymond Williams e E. P. Thompson. Ambos consideram muito valioso que sejam devidamente analisadas as condições sociais de produção dos textos; assim como a rede de vinculações que envolveram autores, instituições e obras <sup>19</sup>. Quanto às fontes, o problema que a análise suscita diz respeito ao fato da documentação analisada ser fundamentalmente composta por discursos internos do meio intelectual, sejam eles postados em jornais, revistas, livros ou correspondências. São fontes que mostram explicitamente o que os engenheiros falam sobre si mesmos e sobre a sociedade. Nesse caso, o cuidado é em não tornar a análise exclusivamente interna e circular, supondo a realidade extratextual correspondente idêntico aos discursos desses homens. A análise é ainda delicada em virtude do campo intelectual se constituir num amplo espaço de convergência de interesses e métodos muitos diversos, já que está situado na encruzilhada da história e da sociologia política, cultural e social <sup>20</sup>. Dificuldades à parte, analisar o grupo social empenhado na engenharia de uma nova história da Amazônia é chamar a atenção para importância desses homens naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre a sociedade com a qual se relacionaram.

À primeira vista, talvez, esses temas não dizem respeito a outra coisa senão ao pequeno círculo de historiadores, engenheiros e geógrafos. Mas isso, no entanto, não passa de uma aparência enganosa. Examinar a engenharia da história e da geografia da Amazônia não é significativo somente ao estreito círculo de geógrafos e historiadores, já que conta um trecho do percurso historiográfico e da memória do desenvolvimento da geografia na Amazônia. Tampouco a incursão da engenharia nos “domínios” da história e da geografia é somente significativa à memória da engenharia local. O saber técnico está, de alguma forma, sempre ligado à mentalidade e às representações de uma época. Isso implica dizer que a análise da história da engenharia não diz respeito simplesmente à memória de seu desenvolvimento

---

<sup>18</sup> Para uma boa avaliação do percurso e dos percalços da historiografia francesa da intelectualidade, ver: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 131-169.

<sup>19</sup> Da obra de E. P. Thompson, ver especialmente *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2002; já na de Raymond Williams ver as obras, *A Fração Bloomsbury*. *Plural*. São Paulo, 6: 139-168, 1999; e *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

<sup>20</sup> WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

técnico. Sua memória não pode deixar de ser uma história social na medida em que o que está em jogo é um conhecimento fundamental à organização social do espaço da Belém da chamada *belle-époque*, onde prevalecia a noção clássica de cidade urbanizada, higienizada e civilizada<sup>21</sup>; e trazia, em especial, a figura do engenheiro e a do médico para o espaço público de debate. Deixo claro desde logo, que minha intenção não é escrever a história da engenharia civil na Amazônia. Nenhuma história e geografia alguma podem prescindir de uma análise que interroge sobre o processo de escrita ao longo de seus desenvolvimentos. É segundo essa premissa que examino a intercessão entre esses três saberes, pensando tanto a História quanto a Geografia como atividades que extrapolam historiadores e geógrafos, suas técnicas e suas metodologias. O importante numa análise desse tipo, como lembrava Raymond Williams, é levar em consideração não apenas as ideias e atividades explicitamente manifestadas por esses sujeitos; mas também as ideias e posições que estão tácitas ou mesmo que são aceitas como um lugar-comum<sup>22</sup>. É neste intrincado universo de cultura que nos cumpre penetrar. Vale dizer que a rede de comunicações e conexões, de conhecimento e experiência, que aqui está em jogo, compreende o Rio de Janeiro e a Escola Politécnica. Compreende Pernambuco e Viena; a França e suas experiências. Compreende Belo Horizonte, São Paulo e os interiores e a capital do Pará. Compreende, enfim, uma longa e densa formação social e cultural. Por isso, a fim de responder a esses meandros, é necessário deitar uma ligeira passagem pela trajetória desses engenheiros-polígrafos. Afinal, quem eram eles? É sempre uma experiência, no mínimo, muito curiosa essa de rastrear passos de homens do passado. Mapeando e farejando a partir dos nomes, em geral se cria uma representação imaginária de fisionomias e posturas. Imaginam-se olhos, bocas e atitudes que por vezes distam “contraditoriamente” de uma imagem ou de uma postura que encontramos registrada na documentação. Se muito foi perdido sobre os homens e as épocas passadas, por outro as trajetórias desses sujeitos tanto podem informar para uma interpretação abalizada sobre a relação entre a nossa sociedade e aquela em que viveram. Muito podem informar, ou como testemunho ou como biblioteca de

---

<sup>21</sup> Existe hoje uma vasta produção bibliográfica sobre o tema. Além dos romances de BAUN, Vick, *A árvore que chora*. Porto Alegre: Globo, 1946 e de CASTRO, Ferreira, *A selva*. Lisboa: Guimarães, 1949, há uma historiografia já considerada clássica sobre o tema, onde posso citar SANTOS, Roberto, *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiros, 1980; WEINSTEIN, Barbara, *The Amazon rubber boom (1850-1920)*. Standard University Press, 1983; SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2000; COELHO, Geraldo Mártires: *Um pouco aquém da belle-époque ou quando o francesismo se insinua no Pará*. In: CUNHA, José (Org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/UFPa, 1992, pp. 60-77; a respeito da belle-époque manauara ver DIAS, Edineia Mascarenhas, *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1910*. Manaus: Valer, 1999.

<sup>22</sup> WILLIAMS, Raymond. *A Fração Bloomsbury. Plural*. São Paulo: USP, 6: 139-168, 1999, p. 142.

experiências, onde se pode vislumbrar uma outra forma de se pensar o espaço urbano, a natureza, a geografia e a história brasileira.

João de Palma Muniz (1873-1927) nasceu no dia 5 de janeiro do ano de 1873, na cidade de Vigia, ao nordeste do Estado do Pará, na chamada região do Salgado. O topônimo é de origem portuguesa e se deve em virtude do governo colonial ter lá firmado um posto alfandegário a fim de fiscalizar e proteger de contrabandista as embarcações que debandavam de Belém. Anos mais tarde, o vigiense se destacaria nas letras paraenses como engenheiro civil, geógrafo e nosso “Historiador-Maior”, segundo as palavras de Clovis Moraes Rego<sup>23</sup>. Depois de sair de Vigia rumo a Belém, o jovem Palma Muniz seguiu, da capital paraense, até o Rio de Janeiro. Lá estudou humanidades e matérias técnicas na Escola Politécnica, instituição que, muitos anos depois, afirmaria ser o estabelecimento de ensino superior “mais notável de nosso país”. Isso porque, segundo ele, a Escola Politécnica era não só “regida nos seus

**Figura 1.** João de Palma Muniz



Fonte: Revista do IHGP. Belém: Typ. do Instituto Dom Macedo Costa, 1931.

programas de matemática transcendente e de matérias técnicas”, mas sobretudo em função de ser, na época, daquelas instituições “mais exigentes de nossa pátria, demandando por isso de parte de seus matriculados grande esforço e trabalho de estudo, e exigindo sólidas bases de matemática elementar”<sup>24</sup>. Em realidade, a Politécnica figurava entre as melhores e formava a elite da engenharia do país. Henrique Santa Rosa e Ignácio Moura não seguiram por outro destino.

Essas são observações importantes, pois assinalam que a peculiaridade da formação técnica dos engenheiros impôs feições bem particulares à leitura que fizeram da geografia e da história da Amazônia. A esse propósito cabe lembrar a observação do advogado Jorge Hurley, que posteriormente também se tornaria confrade de IHGP. Em homenagem póstuma a

<sup>23</sup> RÊGO, Clovis Silva de Moraes. No lançamento da obra “Adesão do Pará à independência e outros ensaios” de João de Palma Muniz. *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1981, tomo XII, pp. 333-341.

<sup>24</sup> MUNIZ, Palma João de. Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa: engenheiro civil e geógrafo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926, Ano VII, vol. V, pp. 99-105; p. 102.

Palma Muniz, Hurley ressaltava que por ser “engenheiro civil, suas conclusões históricas, filtradas nas auras dos princípios matemáticos, jamais aberraram da lógica ou se fizeram ungir de fantasias banais, que engodam, enchem livros, agradam os fátuos, mas não expressam suficientemente o que há no passado”<sup>25</sup>. Bem ao reverso disso, de acordo com o interlocutor, o respeito alçado por sua vasta produção historiográfica sedimentou Palma Muniz entre a “plêiade dos grandes historiadores amazônidas, subindo às cumeadas a que atingiram Bernardo Pereira de Berredo, Domingos Antonio Raiol; Antonio Ladislau Monteiro Baena, José Coelho da Gama Abreu, Domingos Soares Ferreira Pena, Manuel Barata, Henrique Santa Rosa, Ignácio Baptista de Moura, Arthur Octavio Nobre Viana, Raimundo Ciríaco Alves da Cunha, Theodoro Braga e tantos outros”<sup>26</sup>. Antes que se imagine o contrário, é bom logo frisar que a documentação consultada revela que a cultura técnica desses engenheiros não se apresentou como um impedimento às conexões com outras áreas do conhecimento humano e da vida social paraense. Longe disso. Na verdade lhes propiciou uma entrada muito particular no universo social da época. Basta lembrar que a própria Politécnica era bem mais que uma instituição de estudos técnicos. Criada em 1862 sob auspícios positivistas, ela foi a primeira faculdade de engenharia do Brasil e seguiu parâmetros de matriz francesa, que privilegiava a formação enciclopédica. Já ao final do século XIX, as politécnicas propiciaram o aparecimento de um novo estrato social no Segundo Reinado mais ligado à atividade científica. O sociólogo João Maia, observa que “o surgimento progressivo de engenheiros e outros personagens formados na cultura técnica eivada de positivismo” marcou o cenário brasileiro e “encontrou ressonância na geração de 1870”. Segundo ele, os politécnicos assumiram o papel de “figuras chaves na alteração da relação entre intelectuais e Nação”. Isso porque, se a “cultura romântica via na busca de uma origem mítica a chave para a localização da identidade brasileira, os engenheiros seriam os apóstolos do progresso, mobilizados pela idéia de adequar o Brasil ao ritmo da civilização”<sup>27</sup>. Ao rigor da palavra, os politécnicos não eram especialistas. Eram “membros de uma elite científica com capacidade para operar em várias frentes e assumir distintos papéis na vida pública”<sup>28</sup>. Apóstolos do progresso e da ciência, arautos do civismo. Peça mestra da concepção de modernidade calcada na premissa

---

<sup>25</sup> HURLEY, Jorge *apud* RÊGO, Clovis Silva de Morais. op. cit., p. 340.

<sup>26</sup> RÊGO, Clovis Silva de Morais. op. cit., p. 340.

<sup>27</sup> João Marcelo Ehlert Maia traça uma interessante abordagem sobre o lugar da terra no pensamento social brasileiro durante a Primeira República. O objeto de estudo de sua tese são os escritores e engenheiros Euclides da Cunha (1866-1909) e Vicente Licínio Cardoso (1889-1931). Cf. MAIA, João Marcelo Ehlert. *A “Rússia Americana”: a terra no pensamento social brasileiro* (Tese de doutorado). IUPERJ, 2006.

<sup>28</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. Op. cit., p. 101.



de melhoramentos urbanos, a engenharia se deitou sobre ao passado regional à cata de algo que nos identificasse como nação, e vislumbrou uma identidade forjada bem ao modo de uma tradição de civilidade e progresso edificada nas liberações sociais promovidas pelo movimento de 1889. Sob o mesmo paradigma, lançou vista sobre o ambiente amazônico. Em sua relação com o tempo decorrido e com o espaço, os engenheiros-historiadores arquitetaram, em métodos e objetos, uma cultura historiográfica amazônica bem singular. No discurso onde encenaram suas questões, seu léxico marca sua relação com o lugar. A atuação e o engajamento sobremaneira dedicado desses sujeitos completam o quadro já insinuado pela educação que receberam na Politécnica.

Em 1900, junto a um grupo de intelectuais liderados por Domingos Antonio Raiol, Ignácio Moura, Henrique Santa Rosa e Palma Muniz se fazem sócio-fundadores do natimorto Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, uma espécie de embrião efêmero do IHGP. A presidência do Instituto ficou na conta do Barão do Guajará, Domingos Antonio Raiol; Santa Rosa fora vice-presidente e Ignácio Moura integrou a comissão de finanças. Já Palma Muniz encontra-se relacionado entre os 53 sócios cujos nomes figuram nas páginas 168 e 169 da Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará <sup>29</sup>. Passados quatro anos, em 1904, o engenheiro-historiador produziria uma obra de envergadura a respeito dos Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará <sup>30</sup>, estudo da propriedade territorial dos municípios paraenses; nela estão contidos 34 mapas litografados. Dois anos mais tarde, Palma Muniz publica uma série de dados históricos e estatísticos sobre os limites municipais de Itaituba <sup>31</sup>; e já no ano seguinte, o Índice Geral dos Registros de Terras, sendo a primeira série em sete volumes e a segunda em dois <sup>32</sup>. Essas foram as primeiras páginas de uma longa produção. Ou, como se expressaria Clóvis de Moraes Rego, “a bagagem historiográfica de Palma Muniz é, sem favor, séria e opulenta” <sup>33</sup>. Pesquisador e estudioso abnegado, não se furtou por isso à militância na arena política e cultural paraense.

Em 1915 e 1916, fez-se tricentenarista e integrou o Comitê Patriótico. Anos depois, em 1917 e 1918, respectivamente, figurava entre os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e da Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, da qual foi vice-diretor.

---

<sup>29</sup> *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará*. Pará: Imprensa Oficial, Ano I, vol. I, fascículo II, 1900.

<sup>30</sup> *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris: Aillaud, 1904.

<sup>31</sup> *O Município de Itaituba*. Pará: Typ. Guttenberg, 1906.

<sup>32</sup> *Índice geral dos registros de terras: publicação oficial organizada na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro pelo engenheiro civil João de Palma Muniz*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907/1913, 1ª série; 1910/1913, 2ª série.

<sup>33</sup> REGO, Clóvis de Moraes. Op. cit., p. 336.

No ano seguinte, em 1919, ajuda a fundar o *Club Republicano do Pará*; e ainda em 1919, vai a Belo Horizonte, junto a uma comissão de delegados, a fim de representar o Estado do Pará no VI Congresso de Geografia. De lá segue para o Rio de Janeiro, onde participa do Congresso de Acordo de Limites Interestaduais. Palma Muniz era militante da arena pública, combatente ativo na vida intelectual, política e cultural do Pará. Importa observar que a intensa produção intelectual de Palma Muniz está substancialmente vinculada à sua contribuição para eventos e instituições, que, no mais, se configuram em momentos específicos de uma forte experiência com as letras e com os principais debates públicos da época. Em especial, sua bibliografia está ligada à vida do Instituto Histórico e Geográfico; às efemérides pátrias que ajudou a organizar, ao lado de Santa Rosa e Ignácio Moura; e às pesquisas que pôde fazer de maneira especial quando foi Diretor do Arquivo Público do Pará e ao tempo em que esteve à frente da diretoria da secção de Repartição de Obras Públicas, órgão da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, de onde Henrique Santa Rosa era diretor-geral.

Entre mapas, catálogos, pesquisa em história, relatórios, levantamentos estatísticos, cartas geográficas e apontamentos biográficos, Palma Muniz, polígrafo, produziu uma vasta bibliografia que transita em diversos campos, sendo hoje uma das fontes fundamentais para o estudo de muitos temas. De 1901 até 1927, levou a lume o Relatório dos serviços da 3ª secção da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Estado do Pará (1901); Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará (1904); Carta geográfica do Município de Belém (1905); O Município de Itaituba (1906); Carta geográfica da zona da estrada de ferro de Bragança e da colonização do Estado do Pará (1908); Índice dos títulos de terras expedidos de 1901 a 1908 (1909); Terrenos discriminados na Estrada de Ferro de Bragança (1910); Mapa do Estado do Pará, com delimitação municipal (1912); Índice Geral dos Registros de Terras (1907/1913 e 1910/1913); Imposto Territorial (1913); O Instituto Santo Antonio do Prada: notícia histórica de sua fundação de desenvolvimento (1913); Formulário de terras, estudo e aplicação das leis de terras do Estado do Pará (1913); Limites Municipais do Estado do Pará – Baião, Bragança, Breves, Cametá e Chaves (1913); A Orla Marginal do Rio Amazonas dentro do território brasileiro (1916); A Faixa territorial da República brasileira (1916); Imigração e colonização do Estado do Grão-Pará – dados históricos e estatísticos de 1616 a 1916 (1916); Relatório do trabalho dos delegados paraenses no Congresso de Acordo de Limites Interestaduais do Rio de Janeiro e no VI Congresso de Geografia em Belo Horizonte em 1919 (1919); História da Instrução Pública no Pará (1922); Grenfell na história do Pará – 1823/1824 (1929); e o Catálogo das Petições de Cartas de Data e Sesmarias existentes no Arquivo Público do Grão Pará (1929). Além desses, Palma Muniz corriqueiramente publicava

trabalhos na Revista do IHGP. São eles: Reflexões sobre os Anais Históricos do Estado do Maranhão, de Bernardo Pereira de Berredo <sup>34</sup>; Os Contemplados (nota sobre doações de terras e fazenda que pertenceram aos religiosos expulsos pela Lei Pombalina de 1755) <sup>35</sup>; Valério Correa Botelho de Andrade – diário abreviado <sup>36</sup>; Sesmaria do Senado da Câmara Municipal de Barcelos <sup>37</sup>; Dados para a História dos Limites Paraenses <sup>38</sup>; Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa (esboço biográfico) <sup>39</sup>; A Primeira Assembléia Legislativa Provincial do Pará <sup>40</sup>; Centenário do Regresso dos Patriotas de 1823 <sup>41</sup>; Apontamentos sobre os ouvidores gerais do Pará <sup>42</sup>; Apontamentos biográficos (sobre Manoel de Souza d’Eça, Paulo Martins Garro, Fernão Carrilho e Henrique Antonio Galluzzi) <sup>43</sup>; Documentos para história do Pará <sup>44</sup>; D. Romualdo de Souza Coelho <sup>45</sup>; Documentos para história dos municípios do Pará <sup>46</sup>; Antonio Raposo Tavares <sup>47</sup>; e Município de Macapá: termos de vereação, 1770/1780 (compilação) <sup>48</sup>. Não há dúvida que a vida intelectual de João de Palma Muniz esteve ligada a um contexto específico; mas esteve também substancialmente atrelada à amizade que manteve e à trajetória comum ao lado de Henrique Santa Rosa e Ignácio Moura. Os dois primeiros foram mais estudiosos da geografia local que Ignácio Moura, mais dedicado à política, arte e à história.

Ignácio Baptista de Moura (1857-1929) nasceu em 31 de julho de 1857, em Cametá, município localizado na margem esquerda do Rio Tocantins e que fora primitivamente habitado pelos índios Caamutás, do grupo étnico Tupi. Era filho do coronel João de Moura, veterano da Guerra do Paraguai, herói entronizado pelo próprio filho na galeria de paraenses ilustres. Ignácio Moura se mostrou sensível à literatura romântica, cujo modelo espelha o desejo de uma ligação umbilical com o Velho Mundo. Militante da causa republicana e abolicionista <sup>49</sup>, juntou a isso uma ampla perspectiva civilizatória, imiscuída por certo

---

<sup>34</sup> *Revista do IHGP*. Vols. I, II, e III, Pará, 1917, 1918, 1920.

<sup>35</sup> Op. cit. N° 1, Pará, 1917.

<sup>36</sup> Op. cit. N° 1, Pará, 1917.

<sup>37</sup> Op. cit. N° 2, Pará, 1918.

<sup>38</sup> Op. cit. N° 5, Pará, 1926.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>41</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>42</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>43</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>45</sup> Op. cit. N° 6, Pará: Tipografia do Instituto Dom Macedo Costa, Pará, 1931.

<sup>46</sup> Op. cit. N° 7, Pará, 1932.

<sup>47</sup> Op. cit. N° 7, Pará, 1932.

<sup>48</sup> Op. cit. N° 8, Pará, 1934.

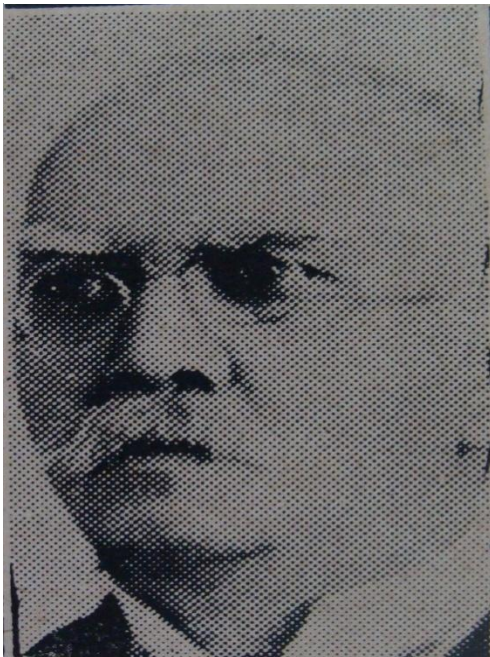
<sup>49</sup> Quanto ao movimento abolicionista no Pará, o poeta e jornalista José Eustáchio de Azevedo (1867-1943) avalia que “o movimento abolicionista bastante concorreu, entre nós, para o cultivo das letras; publicavam-se

conteúdo socialista, marcado pelo sentimento de benevolência às camadas pobres e pela aversão à escravidão:

Vamos! Na artéria dos moços  
 Ainda existe muito sangue!  
 Há no rio muita água clara  
 Para o tijuco do mangue!  
 Ou estas hostes inteiras,  
 expulsarão das fronteiras  
 a vergonha da nação  
 ou as águas do Amazonas  
 hão de lavar estas zonas  
 a mancha da escravidão! <sup>50</sup>

Segundo essa leitura, a história da Amazônia somente entraria na linha mestra do progresso das nações modernas, na medida em que limpasse seu passado de autoritarismo e tirania, e

**Figura 2:** Ignácio Baptista de Moura



Fonte: Revista do IHGP. Belém: Typ. do Instituto Dom Macedo Costa, 1931.

valorizasse as “mãos calosas do operário”. O trabalhador ganhava uma imagem sagrada nessa perspectiva, pois que “d’uma oficina fará seu sacrário. A serra, o malho à cruz terá de unir” <sup>51</sup>. Por outro lado, cumpre notar que, em conformidade com os parâmetros positivistas, subjazia também na visão do engenheiro-historiador a premissa do melhoramento cultural das classes baixas, devido sua alienação do dever cívico. Essa leitura diz respeito não só à idiosincrasia de Ignácio Moura; foi na verdade uma percepção largamente compartilhada e muito forte na *intelligentsia* dessa geração, da mesma forma como a atenção a educação dos jovens. Ignácio

Moura foi um dos primeiros letrados paraenses a produzir cartilhas ao modo da Terceira República

francesa, a fim de que fossem distribuídas nas escolas primárias. Já no início do século XX,

---

poemetos, arquitetavam-se romance, sendo o pivot em que giravam as propagandas contra o escravismo”, cf. Jacques Rolla (Eustáchio de Azevedo), *A Mina na Literatura Nortista*. In: REGO, Clovis Moraes. *A mina na “literatura Nortista” de Eustáchio de Azevedo e n’ “Pará Literário” de Theodoro de Rodrigues*. Belém Pará: Editora da UFPa, 1997.

<sup>50</sup> MOURA, Ignácio, poema “O trabalho”. Citado por Vicente Salles, “Prefácio”. In: MOURA, Ignácio. *De Belém a São João do Araguaia: vale do Rio Tocantins*. 2ª ed. Belém: Secult, 1989, p.13.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

sob as mais diferentes formulações, a infância era tida como o momento fundamental onde deveria ser cultivado o civismo, “o estudo e o trabalho espiritual, do qual depende o futuro máximo do país”<sup>52</sup>. Em 1893, preparou junto a José Coelho da Gama Abreu, Henrique Santa Rosa, Pedro Tavares, Manoel Nina Ribeiro e Adalberto Torrezão, um meticuloso volume contendo uma avaliação histórica, geográfica e econômica do Pará, para ser apresentado na Exposição Universal de Chicago<sup>53</sup>. Para essa geração, a dinâmica social não podia ser entendida de outra forma senão segundo uma sólida relação entre as ciências. Este é um ponto fundamental para entender a instalação do IHGP, de 1917, pois “o Instituto Histórico e Geográfico do Pará era, pois, um reclamo imprescindível para a nossa vida econômica”; isso porque “o estudo da história e da geografia confraternizados, quase em uma só ciência, vai se tornando necessário e imprescindível para a análise social de um povo, estabelecendo os coeficientes necessários para seu desenvolvimento e para a sua elevação futura”<sup>54</sup>. Dois anos depois, esteve à frente da exposição artística industrial do Liceu Benjamin Constant – uma espécie de marco na vitrine do progresso cultural paraense, com exposições jamais vistas no extremo-norte do país, com a participação de artistas europeus recém-contratados pelo governo paraense, como o italiano Domenico de Angelis, o russo Davi Widhopff e o francês Maurice Blaise<sup>55</sup>. Ainda no campo das artes e das letras, Ignácio Moura fez parte do quadro social da Mina Literária. Fundada em 1º de janeiro de 1895, a Mina Literária era uma espécie de reduto de letrados criada com o objetivo de despertar o “amor às letras no ânimo de nossos jovens patricios” e fazer o “Pará intelectual conhecido em todo o Sul e no estrangeiro, por meio do jornal e do livro”<sup>56</sup>. Em 1897, foi publicada a tradução francesa da obra apresentada em Chicago, acompanhada de um álbum de 23 fotografias de diversos prédios e logradouros do Pará, mais um mapa de Belém e um do Estado<sup>57</sup>. Tarefas de intelectual público, que Ignácio Moura tomou a si como projeto intelectual que se fez tão enlaçado às comemorações das efemérides pátrias.

Em 1900, quando do quarto centenário do descobrimento do Brasil, Ignácio Moura juntou-se a Estephanio Silva a seu primeiro trabalho de cunho biográfico - Vultos e

---

<sup>52</sup> SANTA ROSA, Henrique. O Tricentenário da Fundação de Belém. *Folha do Norte*, 20 de janeiro de 1917.

<sup>53</sup> *The state of Pará. New York: Published for the Governor of Pará by G. P. Putnam's Sons*, 1893.

<sup>54</sup> MOURA, Ignácio. Alocução pronunciada pelo Dr. MOURA, Ignácio na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I. Belém, novembro de 1917, p. 3-6.

<sup>55</sup> *A exposição artística industrial do Liceu Benjamin Constant: os expositores em 1895*. Belém: Typ. do Diário Oficial, 1895.

<sup>56</sup> REGO, Clovis Moraes, op. cit., p. 25.

<sup>57</sup> *L'État de Pará, États-Unis du Brésil; ouvrage illustré de 23 photographies des divers monuments de Pará, d'un plan et d'une vue de la ville, et d'un carte de l'État de Pará*. Paris: A. Lahure, 1897.

descobrimientos do Brazil e da Amazônia -, obra ilustrada, acompanhada pela compilação de vários documentos históricos de arquivos brasileiros e europeus<sup>58</sup>. No mesmo ano, escreveu uma geografia política do Estado do Pará, um vigoroso trabalho sobre a toponímia amazônica, fundamental para os estudos contemporâneos sobre a mudança dos nomes indígenas, especialmente nos séculos XVIII e XX<sup>59</sup>; e, ainda em 1900, como há pouco foi visto, cooperou junto à fundação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará. Esse foi o preâmbulo da completa militância de Santa Rosa, Palma Muniz e Ignácio Moura na história, na geografia e na etnologia da época. Assim como era necessário demarcar os passos da história da civilização amazônica, também era fundamental traçar o perfil de seus primeiros homens, de sua ancestralidade, para assim poder-se incluir o nativo nessa história de progresso. É assim que, em 1908, Ignácio Moura vai a Viena, apresentar no famoso Congresso Internacional de Americanistas um estudo sobre a situação dos índios da Amazônia, passado e presente<sup>60</sup>. Dois anos depois, esse mesmo tema estaria no seu mais famoso livro de viagens, onde polemizou com o casal francês Henri e Octavie Coudreau sobre a questão geopolítica da Amazônia de então<sup>61</sup>. O livro, no entanto, veio enriquecido com uma notável memória sobre as transformações urbanísticas e culturais de Belém nas três últimas décadas do século XIX. A origem pretérita vem ao presente pela pena do historiador. Nessa operação da memória, Ignácio Moura afirmava reiteradamente que seus predecessores camutás eram oriundos de uma estirpe de homens “valorosos, hospitaleiros, navegadores e aventureiros”; lisonjeiras características que “parecem ter deixado a seus descendentes, ainda depois de mestiçados com o sangue dos colonos”<sup>62</sup>. A tribo habitava a faixa do Baixo Tocantins, região que leva esse nome, ao que parece a Ignácio Moura, devido ao arranjo de duas palavras: “tucam”, mais a palavra “tins”: tucan-tins, que na língua Tupi significam nariz de tucano.

O interessante aqui não é investigar a veracidade etimológica; mas a perspectiva com que a expressão é abordada. Desse jeito, de nariz de tucano, apelidavam a grande nação que dominava naquele rio, e que tinha como característica fisionômica marcante o nariz

---

<sup>58</sup> MOURA, Ignácio & Silva, Estephanio. *Vultos e descobrimientos do Brazil e da Amazonia. Obra ilustrada e enriquecida de documentos historicos*. Pará: Tavares Cardoso, 1900.

<sup>59</sup> MOURA, Ignácio. *Geographia política do Estado do Pará*. In: *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp.145-180.

<sup>60</sup> “*Sur le Progrès de l’Amazonie et plus ses Indiens*”. Internationalen Amerikanisten Kongres. Wien, 1908. Leipzig: A. Hartleben, 1910, v.16, pp.541-556.

<sup>61</sup> De Belém a S. João do Araguaia: valle do Rio Tocantins. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

<sup>62</sup> MOURA, Ignácio. *De Belém a São João do Araguaia: Vale do Rio Tocantins*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura & Fundação Cultura do Pará Tancredo Neves, 1889, p. 75.

consideravelmente recurvado, tal como o bico de um tucano <sup>63</sup>. Apesar de inusitada, essa característica é um elemento importante para Ignácio Moura, conferindo ar de fidalgos a seus descendentes camutás. Diz ele que se lá, do lado nobre do Continente, na Europa, “o nariz aquilino indica o tipo da raça aristocrática; pois bem, os Tocantins parecem ter sido, pelo distintivo que lhes notaram, os aristocratas das raças indígenas da América do Sul” <sup>64</sup>. O que aqui está em jogo não é um elogio sobranceiro de sua estirpe; a análise deve seguir adiante e reconhecer aqui um projeto ambíguo. O que se pode perceber é que essa geração oscilava entre dois quadrantes distintos: de um lado, a defesa da Amazônia como lugar ímpar, comparado ao resto do Brasil e do mundo; e, de outro, a busca por identidade cultural e nacional, cujo parâmetro principal continuava contraditoriamente sendo ainda as sociedades européias, daí a aproximação dos camutás com a aristocracia do velho mundo. Uma relação contraditória como essa, revela certa desconfiança, de parte dessa geração, em relação aos postulados europeus.

Na educação, em 1911, Ignácio Moura torna-se professor catedrático de aritmética e álgebra do *Gynásio* Paes de Carvalho. Nesse mesmo ano, oferece seus serviços na regência da cadeira abrindo mão dos vencimentos durante o tempo de funcionamento da Câmara dos Deputados, da qual era membro. Obteve resposta negativa da parte do desembargador responsável, que argumentou não poder aceitar a oferta, pois durante as Sessões do Congresso, cessa, para o deputado ou senador, o exercício de qualquer outra função. Já com idade avançada, lembrar parece ter se tornado obra de ofício. Foi por esta época que nosso autor tomou a si a tarefa de um evento memorável em celebração aos três séculos de Belém, a fim de “recordar os costumes dos nossos antepassados e a marcha do nosso progresso” <sup>65</sup>. Mais do que celebrar a velha história da capital paraense, estava em jogo um projeto de construção da identidade nacional, ainda que o modelo de historiografia parecesse importado. Apesar da saúde já debilitada, o velho Ignácio Moura esteve à frente da organização das festas do Tricentenário de Belém, momento mais oportuno à celebração da nacionalidade e do republicanismo na Amazônia. Não foi sem sentido que um anônimo assim dedicou-lhe um soneto nas páginas do jornal *Folha do Norte*: “Se a tua cegueira o corpo tem sujeito./ Se os teus cabelos vão de todo embranquecer./ O espírito viril permanece perfeito./ Como da

---

<sup>63</sup> Em geral, quando menciona o nome de qualquer animal ou espécie de planta, MOURA, Ignácio gosta de atribuir logo em seguida sua designação científica; assim, a ‘tucano’ segue-se a notação *Ramphastus Taco*. Esse costume certamente dá pista sobre sua formação científicista.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 76

<sup>65</sup> IHGP, *Exposição Histórico-Indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916*. Arquivo Palma Muniz, Fundo Palma Muniz; Série Panfletos – 1909-1927, Caixa nº 01.

mocidade ao belo alvorecer”<sup>66</sup>. Mesmo assim, organiza e publica, o Anuário de Belém em comemoração a seu tricentenário 1616-1916: histórico, artístico e comercial, contando com a expressiva participação dos mais importantes intelectuais locais, aquinhado com um estudo aprofundado dos primeiros viajantes que antecederam a presença portuguesa na Amazônia<sup>67</sup>. A imagem de mentor dos festejos fez com que recebesse muitas homenagens, uma em especial: a do músico Augusto José Cardoso, na *Marcha Legendária do dr. Ignácio Moura*, em preito da homenagem do digno iniciador da comemoração do tricentenário de Belém, executada sob a regência do maestro Paulinho Chaves, numa festa artística e literária em prol do cofre de Comitê organizador do tricentenário. Atividades essas que lhe renderam, da parte do historiador paraense Rocha Pombo (1857-1933), em visita à Amazônia, o título simbólico de “patriarca da história paraense”<sup>68</sup>.

Como se não bastasse, ainda organizaria mostras e exposições de arte, literatura e história, à frente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Antes, porém, havia construído uma legenda associada a seu nome, desde a época em que atuara como engenheiro em construções ferroviárias em Pernambuco e na construção da estrada de ferro de Bragança, entre Belém e o nordeste do Pará. Lembranças dos tempos de tribuna, como deputado provincial durante a Monarquia e também, por diversas vezes, deputado estadual durante a primeira República. Letras e política afinal tinham sido as faces de uma mesma moeda na carreira de Ignácio Moura, tanto que, em 1926, três anos antes de sua morte, ainda foi chamado para organizar as publicações a respeito da passagem do presidente Washington Luís à Amazônia, durante o governo de Dionísio Bentes<sup>69</sup>. Fosse para traçar o contorno do caráter de um Antônio Vieira, um Vicente Pinzón, um Domênico de Angelis ou mesmo de um político da época, Ignácio Baptista de Moura se investia de historiador do presente, militante na arena pública das letras, para escrever a história da nação<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> Homenagem ao Dr. Ignácio Moura, *Folha do Norte*, 12 de janeiro de 1916.

<sup>67</sup> “Primeiros viajantes do Amazonas: século XVI”. In: MOURA, Ignácio. (org.), *Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915, pp.20-27.

<sup>68</sup> Na ata da sessão da Assembleia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar seu 1º aniversário, Luiz Estavam do Oliveira, o orador oficial do Instituto, assim se referiu a Ignácio Moura atribuindo a frase ao historiador Rocha Pombo. Cf. IHGP, *Ata da sessão de assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto*. Livro de ata – 6/03/1917 a 6/03/1931, pacote: 03.

<sup>69</sup> MOURA, Ignácio & ELEUTHERIO, Paulo. *A Amazônia do futuro: publicação comemorativa da visita feita ao extremo norte do Brasil, em julho de 1926, pelo Exmo. Sr. Dr. Washington Luis, actual presidente da Republica*. Para: Livraria Clássica, 1926.

<sup>70</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignácio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. *Estudos Amazônicos*, v. 2, p. 69-73, 2007.



Henrique Américo Santa Rosa (1860-1933) nasceu na capital do Estado do Pará, descendente de uma linhagem que mais tarde se faria influente na arena política e intelectual da cidade. O exemplo e o gosto por fundar instituições vieram de casa. Seu pai, Américo Marques Santa Rosa (1833-1899), médico baiano que fizera carreira no Pará, além de se

Figura 3. Henrique Américo Santa Rosa



Fonte: Revista do IHGP. Belém: Typ. do Instituto Dom Macedo Costa, 1931.

notabilizar na carreira médica, foi também sócio-fundador e primeiro presidente da Sociedade Médico Farmacêutica do Pará<sup>71</sup>. Além disso, atuou na área educativa, ganhando por concurso a cadeira de Gramática Filosófica da Língua Nacional do Liceu Paraense, onde por duas vezes assumiu o cargo de diretor. Nomeado à cadeira de Língua Nacional da Escola Normal, logo criou uma legenda política associando seu nome a dois dos principais campos de interesse da época: saúde e educação. Elegeu-se deputado por seguidas vezes à Assembleia Provincial, durante os anos de 1865 a 1880, e deputado à Assembleia Nacional. Sob o pseudônimo Um Democrata, publicou um volume de pouco mais de duzentas páginas sobre o movimento cabano<sup>72</sup>.

Segundo ambiente familiar de orientação republicana, cresceu o jovem Santa Rosa, e aos vinte anos de idade se formava em engenharia civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde, junto com a orientação técnica, recebeu instrução polivalente. Durante algum tempo não pôde ingressar na escola carioca por não ter atingido idade suficiente<sup>73</sup>. Mais tarde, também se vestiria de geógrafo e historiador e se destacaria nas letras e nos principais debates regionais.

<sup>71</sup> No dia 1º de fevereiro de 1898 foi solenemente instalada a Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará, tendo como primeiro presidente o Dr. Américo Marques Santa Rosa. Foram aclamados Presidentes Honorários os doutores Augusto Thiago Pinto e Francisco da Silva Castro, decanos da Medicina Paraense, “por seus serviços à ciência e à humanidade” e o Dr. José Paes de Carvalho, grande benfeitor da sociedade. Em moldes um tanto ecléticos para os padrões atuais, a sociedade admitia profissionais de outras áreas, ditas “Ciências Acessórias”, tendo entre seus fundadores 54 médicos, 23 farmacêuticos, 6 cirurgiões dentistas, um veterinário, um químico e um naturalista, este o Dr. Emílio Goeldi, diretor do museu que hoje leva o seu nome. Cf. DIAS, Leônidas Braga. Primeiras Sociedades Médicas do Pará. *Sociedade Brasileira de História da Medicina*. <http://www.sbh.org.br/index.asp?p=congressos> [consultado em 13/01/2009].

<sup>72</sup> Américo Marques Santa Rosa, *Os sucessos de Junho ou Último Motim do Pará*. Pará: Imprensa de T. Cardoso, 1891.

<sup>73</sup> CONDURÚ, Abelardo L. “Henrique Américo Santa Rosa, Patrono da Cadeira n.º 19. Discurso do consócio Abelardo Leão Condurú, fundador e ocupante da aludida Cadeira”. *Revista do IHGP*. Belém, 1966/1967, 67-76.

O imperativo de civilização e modernidade impunha contornos bem claros à forma como os engenheiros vislumbravam o passado, o espaço e o devir da Amazônia. Em 1890, Santa Rosa assume a diretoria geral da Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação do Pará, uma das principais e mais importantes secretarias da época, onde ficaria a frente por vinte e dois anos seguidos, oito governos diferentes, de 1890 até 1912. Foi uma espécie de oligarca da burocracia de Estado. Um ano antes, na administração de seu confrade republicano, José Paes de Carvalho, em parceria com o fotógrafo italiano Filippo Augusto Fidenza<sup>74</sup>, escrevia um álbum ricamente ilustrado demonstrativo das ações do governo, com um resumo da história do Pará, orientado à guisa de divulgar na Europa nossa civilização e progresso<sup>75</sup>. Em 1900, ao lado de Ignácio Moura, Palma Muniz e Domingos Antonio Raiol, entre outros, Santa Rosa ajuda a fundar o Instituto Histórico Geográfico e Etnológico do Pará, do qual, além de sócio-fundador, foi também vice-presidente. Entre letras e política se descortinou o projeto político dos engenheiros, do qual uma das preocupações principais voltava-se à educação. Em trinta de janeiro de 1901, Santa Rosa sugeriu e acrescentou duas ementas ao regimento interno das escolas públicas do ensino primário. Uma delas tratava da liberdade do professor público em poder escolher os livros que usaria em sala de aula. Porém, com o adendo de que os livros deveriam ser aqueles já previamente aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública. A outra ementa tratava da obrigação do professor em listar, anualmente, as vantagens e os inconvenientes no uso desses livros. Autor das duas ementas, o professor Henrique Santa Rosa foi também membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Criava-se assim um verdadeiro filtro pedagógico, orientado segundo parâmetros específicos. Ao listar os livros desprovidos de condições pedagógicas consideradas primordiais e indispensáveis à aplicação didática, o professor estaria colaborando para que inconvenientes dessa ordem fossem eliminados e “uma vez reconhecido que o livro não obedece aos requisitos exigidos para a aprovação de uma obra didática, esse livro deve ser posto à margem, fazendo-se assim uma verdadeira depuração”<sup>2</sup>.

---

<sup>74</sup> Fidenza chegou junto com a comitiva de D. Pedro II à cidade de Belém, onde posteriormente se estabeleceu e se tornou um dos maiores nomes da fotografia paraense. Fotografou a capital paraense durante cerca de 40 anos; deixou um rico registro das transformações urbanas por que a cidade passou no final do século XIX. Cf. PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira, *Paisagens urbanas: fotografia e modernidade em Belém (1846-1908)*. Dissertação. (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

<sup>75</sup> *Álbum do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excelência o Sr. Dr. José de Paes de Carvalho*. Belém: Imprensa Oficial, 1890.

<sup>2</sup> *A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará*. Belém: Imprensa Oficial. Anno II, 31 de julho de 1901, número 16, p.809. Para uma análise do espaço social de produção e editoração de obras didáticas e do regimento interno das escolas primárias no Pará, consultar COELHO, Maricilde Oliveira. *A produção de livros*

Militante de renome no cenário político paraense, em 1886, junto a Gentil Bittencourt, Lauro Sodré e Paes de Carvalho (1850-1943), havia já fundado o *Club Republicano do Pará*, órgão oficial da propaganda republicana na região. Misturando o estudo da história, de geografia e da etnologia aos seus parâmetros partidários, em 1914 Henrique Santa Rosa retorna ao Rio de Janeiro, agora a fim de representar o Pará no I Congresso de História Nacional, ocorrido entre 7 e 16 de setembro. Em meio aos principais historiadores da época, Santa Rosa apresenta o trabalho “A depressão amazônica e os seus exploradores, um ensaio de geografia histórica”, que reúne análises topográficas como as memórias dos viajantes que ao longo de séculos passaram pela região <sup>76</sup>. Lucia Maria Paschoal Guimarães mostrou que estudos dessa natureza eram novidade tanto no Brasil como na Europa da virada do XIX. Antenado aos debates historiográficos internacionais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro instituiu para esse evento uma linha de pesquisa, destinada à apresentação de trabalhos, que se intitulava “História das Explorações Geográficas” <sup>77</sup>. Nessa linha, Santa Rosa apresentou seu trabalho, o que em última análise demonstra que o engenheiro estava atento aos principais debates historiográficos da época. Mais adiante retornaremos ao tema.

Cartilha científicista, paladino da pátria. Em 1915, novamente se junta aos confrades Ignácio Moura e Palma Muniz para recontar, sob a ótica republicana, os três séculos de história de Belém. Vale lembrar, outra vez, que mais do que celebrar a velha história da capital paraense, estava em jogo um projeto de construção da identidade nacional. Ainda sobre ecos do tricentenário, em 1916, abordando a temática religiosa, Santa Rosa revisita o tema do processo civilizatório indígena no texto *Tricentenário de Belém: a infância de Padre Antônio Vieira* <sup>78</sup>. A estratégia discursiva do texto é bem clara: provar que a região contou com homens de valor que desde muito cedo contribuíram para progresso e adiantamento da região. De resto, somente com a fundação de Belém iniciaria a história regional. No ano seguinte, “retoma” o projeto de 1900, agora sobre vestimenta republicana, e refunda o natimorto Instituto Histórico e Geográfico do Pará, em 1917.

Ao longo de décadas os engenheiros-historiadores foram parceiros em várias empreitadas, e em 1919, visando sistematizar os estudos cartográficos, os trabalhos de

---

*escolares no Pará*. I Colóquio Internacional de História e Memória da Educação do Ceará, 2007, Aracati. Interfaces metodológicas na História da Educação. Fortaleza: UFC, 2007.

<sup>76</sup> SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional), t. II, p. 271-344.

<sup>77</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170

<sup>78</sup> SANTA ROSA, Henrique. Tricentenário de Belém: a infância do Padre Antonio Vieira. *Folha do Norte*, 15 de fevereiro de 1916.

levantamento geográfico e os de demarcação de fronteiras, além é claro de guardar a memória da engenharia paraense, criam o *Club* de Engenharia do Pará. O projeto político pensado para Amazônia passava pelo tema da integridade territorial, uma das prioridades de sua administração na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação. Daí o lugar de destaque que, ao lado de Palma Muniz, chefe da repartição de Obras Públicas, Santa Rosa assumiu na querela dos limites entre Pará e Amazonas<sup>79</sup>. Visando esclarecer e argumentar a respeito da visão paraense sobre o assunto, o engenheiro veicula sua interpretação na imprensa local<sup>80</sup>. A questão perdurou anos, se acirrando inclusive em conflito armado que os jornais paraenses noticiavam em veemente protesto. O tom da imprensa paraense era de total censura ao episódio, protestando que era “profundamente censurável a atitude hostil e criminosa do governo do Amazonas nesta pendência de limites com o Pará, estabelecendo lamentavelmente a luta armada entre os povos, que os elos geográficos, os elos morais, os eles comuns, enfim, de todos os interesses sociais, comerciais e políticos não permitem”<sup>81</sup>. Durante todas as primeiras décadas do século XX, os limites estaduais e municipais chamaram a atenção dos engenheiros, especialmente a de Santa Rosa e Palma Muniz<sup>82</sup>, tanto que estiveram entre os principais autores de mapas e cartas geográficas sobre o Estado do Pará e seus municípios<sup>83</sup>.

Em outubro desse mesmo ano, Santa Rosa assume a organização do comitê de recepção a Lauro Sodré. Seu companheiro de *Club* Republicano, que voltava à terra natal para se tornar governador<sup>84</sup>. Em 1922, substitui o velho amigo Ignácio Moura na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Tempos depois, Santa Rosa tornar-se-ia o segundo presidente de honra da instituição, sendo Lauro Sodré o primeiro. Neste mesmo ano, escreve sobre a participação paraense na exposição realizada em comemoração ao primeiro centenário da Independência do Brasil, efeméride muito noticiada nos jornais paraenses, e da qual

---

<sup>79</sup> *Limites do Amazonas e Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1937.

<sup>80</sup> Os nossos limites com o Amazonas: opinião do Eng. Henrique Santa Rosa, *Folha do Norte*, 30 de abril de 1916.

<sup>81</sup> A situação no tapajós. *Folha do Norte*, 11 de abril de 1916; e A situação no Tapajós: a questão de limites entre Pará e Amazonas se agrava num breve conflito armado, *Folha do Norte*, 9 de abril de 1916.

<sup>82</sup> Sobre este tema é possível consultar várias obras Palma Muniz, já antes listadas.

<sup>83</sup> *O estado do Pará: mapa com delimitação municipal 1918*. Pará: Instituto Histórico e Geográfico, 1918; *Limites do Amazonas e Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1937..

<sup>84</sup> Há muitas notícias a respeito da atuação de Sana Rosa no comitê de recepção a Lauro Sodré. Cf. Lauro Sodré. *Folha do Norte*, 9 de outubro de 1916, p. 1, col.1-2. Neste mesmo mês há vários outras sobre a chegada de Lauro Sodré em Belém, entre as quais: Lauro Sodré: sua chegada a Belém. *Folha do Norte*, 10 de outubro de 1916, p.1, col. 1-2; Lauro Sodré. *Folha do Norte*, 11 de outubro de 1916, p. 1, col. 6; Lauro Sodré. *Folha do Norte*, 12 de outubro de 1916, p. 1, col. 3; Lauro Sodré. *Folha do Norte*, 13 de outubro de 1916, p. 1, col. 2, 3 e 4; Lauro Sodré chega a Belém. *Folha do Norte*, 15 de outubro de 1916, p. 1, todas as colunas; Lauro Sodré em Belém, *Folha do Norte*, 16 de outubro de 1916, p.1-2. De outubro até a vitória de Lauro Sodré nas urnas, em dezembro de 1916, encontram-se várias notícias nas páginas da *Folha do Norte*.

participou diretamente da celebração local <sup>85</sup>. Fechando o segundo ano de sua administração no Instituto Histórico, faz um balanço de sua gestão <sup>86</sup>. Em 1926, profere conferência onde exalta as maravilhas e as riquezas da Amazônia <sup>87</sup>; e apresenta a tese *História do Rio Amazonas* no Congresso Internacional de História da América, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, evento que tinha sido já discutido no Primeiro Congresso de História Nacional, de 1914 <sup>88</sup>. A tese de Santa Rosa é dividida em duas partes; na primeira delas o autor recapitula as teorias e pensamentos emitidos pelos geógrafos e naturalistas a respeito do Rio Amazonas e arredores, em suas características físicas; na segunda parte, trata da colonização da região por onde corre o rio. Como saldo negativo, esse ano é também marcado pela morte de seu filho, Renato Brasiliense Santa Rosa (1890-1923). Coube ao velho amigo Palma Muniz render homenagem póstuma ao filho falecido numa breve biografia publicada na Revista do Instituto, ofício no qual se especializou <sup>89</sup>.

Sigo rapidamente o roteiro traçado pelo biógrafo, pois nele se vê um pouco dos meandros das conexões entre as relações familiares e a conformação de uma tradição na engenharia, na história e na geografia na Amazônia. Seguindo os passos do pai, Renato também se torna engenheiro, especialmente dedicado à geografia, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. De volta a Belém, em 1917, compôs o quadro de fundadores do Instituto Histórico, e logo assumiu posto na Comissão de Profilaxia do Impaludismo; e, por ato do governo do Estado de 1º de junho de 1917, é nomeado engenheiro sanitário. No programa de estudos incumbido à Comissão contava a secção de drenagem das zonas arredores de Belém, a fim de reduzir o acúmulo de águas paradas. No ano seguinte, junto ao pai também participa do grupo de fundadores do *Club* de Engenharia do Pará; e por nomeação de 21 de janeiro, Renato Santa Rosa assume o cargo de engenheiro da Repartição de Obras Públicas, onde fica até 1921, ano em que é transferido para o cargo de chefe do tráfego da estrada de ferro de Bragança, cuja diretoria assume interinamente em novembro de 1922. Foi professor substituto na cadeira de Hidráulica Agrícola e Construções Rurais, e depois professor catedrático da cadeira de Topografia e Máquinas Agrícolas na Escola de Agronomia e Veterinária do Pará,

---

<sup>85</sup> *O Pará na exposição, 7 de setembro de 1922*. 1922.

<sup>86</sup> *Relatório do Instituto Histórico e Geográfico do Pará: lido na Assembléia Geral de 10 de março de 1924*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

<sup>87</sup> *Pela Amazônia paraense, riquezas e maravilhas: conferência do Dr. Henrique A. Santa Rosa, presidente do Instituto Histórico em 19 de setembro de 1924*. Para, Belém: Typ. Arruda, 1926.

<sup>88</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, Op. cit.

<sup>89</sup> Valério Correa Botelho de Andrade – diário abreviado. *Revista do IHGP*, nº 1, Pará, 1917; Apontamentos biográficos sobre Manoel de Souza d'Eça, Paulo Martins Garro, Fernão Carrilho e Henrique Antonio Galluzzi. *Revista do IHGP*, nº 2, Pará, 1918; D. Romualdo de Souza Coelho. *Revista do IHGP*, nº 6, Pará, tipografia do Instituto Dom Macedo Costa, 1931; e Antonio Raposo Tavares. *Revista do IHGP*, nº 7, Pará, 1932.

da qual Palma Muniz agora era vice-diretor. Ainda em 1921, casou-se com Alice Santos, filha do senador Cypriano José dos Santos<sup>90</sup>. Iniciou o serviço técnico de traçado de limites do município de Bragança e elaborou um estudo sobre as vias de comunicação do Pará, que, à guisa de homenagem póstuma, foi publicado na edição de 1926 da Revista do IHGP, a mesma edição em que Palma Muniz lhe rende tributo<sup>91</sup>.

Henrique Santa Rosa era conhecido como urbanista arrojado e tido “como o mais acatado de nossos engenheiros do norte”<sup>92</sup>; das várias obras iniciadas durante sua gestão, consta a construção do Instituto Gentil Bittencourt e a edificação do Instituto Lauro Sodré<sup>93</sup> – triste templo do ensino, prédio abandonado e mal conservado pelo poder público nos tempos em que abrigava a escola pública Lauro Sodré; atualmente é a imponente e suntuosa sede do Tribunal de Justiça do Pará. Melhor para história e a para memória da cidade, que se mantém preservadas nesses lugares de memória; tanto pior para a educação pública, que perdeu o que poderia ser um belo templo do ensino – o ensino, aliás, foi um assunto bastante estimado nessa geração; sinal dos tempos. A visão que os engenheiros-historiadores compartilhavam sobre a necessidade de melhoramento cultural do povo, alienado do ponto de vista cívico, se estende ao modo como viam o espaço, urbano e natural. Segundo o engenheiro, apesar de seu progresso, Belém era ainda uma cidade que precisava ser melhorada: “nossa capital é daquelas que reclamam mais ativos cuidados para a adaptação de suas condições telúricas e hidrológicas às da salubridade da população”<sup>94</sup>. Santa Rosa põem em curso uma “visão futura” onde as características naturais que constituem o espaço amazônico deveriam ser adaptadas e melhoradas a fim de tornar mais moderna a cidade de Belém. Segundo ele, as únicas cidades brasileiras que podiam ser comparadas à capital paraense eram Belo Horizonte e São Paulo. Considerava que em todo território nacional somente essas cidades observavam as novas orientações na criação de “bairros higiênicos e núcleos de construções econômicas, onde as comodidades de ar, espaço, luz, viação, água e esgotos, constituem condições previamente estabelecidas, correspondendo, pelo seu valor, às circunstâncias mais ou menos

---

<sup>90</sup> Cypriano Santos produziu trabalhos sobre a higiene do Estado do Pará durante a administração de Lauro Sodré. Cf. Relatório apresentado ao Dr. Lauro Sodré em 30 de junho de 1892 pelo Dr. Cypriano Santos, Inspetor da Higiene do Estado. Belém: Imprensa da Typografia do Diário Oficial, 1892.

<sup>91</sup> Renato Brasiliense Santa Rosa. Vias de Comunicação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, Ano XIII, vol. V, 1926, pp. 57-98.

<sup>92</sup> MUNIZ, Palma. Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa: engenheiro civil e geógrafo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, Ano XIII, vol. V, 1926, pp. 99-105.

<sup>93</sup> O historiador paraense Ernesto Cruz (1898-1960) em seu longo inventário sobre as obras públicas do Estado do Pará menciona em 361 das 1004 páginas as obras iniciadas durante o período em que Henrique Santa Rosa esteve à frente da Secretaria de Obras Públicas, cf.: CRUZ, Ernesto Horácio da. *As obras públicas do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1967.

<sup>94</sup> SANTA ROSA, Henrique. Visão Futura. In: MOURA, Ignácio (org.), *Anuário de Belém*, p. 12-14.

favorecidas das classes da população a que se destinam”. Neste ponto era bastante conclusivo: apesar de todo o progresso, o fato é que Belém não passava ainda de “uma cidade por fazer”; e que tanto quanto outras, padecia já dos grandes problemas de uma metrópole moderna, pois assim como “a capital federal, com suas vilas operárias em que se tem consumido centenas de contos”, a capital paraense mantinha também serviços públicos deficientes. Entre as precariedades da estrutura urbana, o que mais causava preocupação era a ameaça à salubridade da cidade, e nisso, ao lado dos médicos, os engenheiros eram os homens de frente. O discurso sobre patriotismo e nacionalismo não era algo abstrato; estava sempre colado ao papel dos governantes quanto à modernização das condições de vida, saúde e educação da cidade.

Aí está. Três homens, três engenheiros, geógrafos e historiadores. Três polígrafos com trajetórias pessoais semelhantes que se cruzaram em pontos específicos. Essa foi uma geração muito atenta a datas e episódios da história nacional que pudesse de alguma forma ser tomado como tema nacional e como tema republicano <sup>95</sup>. Chega mesmo a impressionar a dedicação com que se lançaram em seu projeto político, como um verdadeiro projeto de vida. Fundando instituições, celebrando datas cívicas e produzindo textos e obras, a documentação que deixaram constitui uma verdadeira vastidão de informações. É certo que esta dissertação, no entanto, jamais dará conta de todos esses temas, lamentavelmente. Sob esse limite, a missão desta primeira parte ficará cumprida se deixar explícito os momentos latentes de suas produções, seus intercâmbios e conexões, particularmente no campo das “irmãs siamesas”, história e geografia.

### **1. 3. O Instituto Histórico e Geográfico do Pará dividido entre a Monarquia e a República.**

Visto em panorama a trajetória em que engenheiros se vestiram de geógrafos e historiadores, é hora de seguir mais de perto esse percurso, nos orientando agora segundo o projeto político que pensaram para região. Neste ponto, procuro examinar mais detidamente o

---

<sup>95</sup> Lucia Maria Paschoal Guimarães, citando Yves Renouard, lembra que os modelos de comemoração contemporâneos se sustentam e organizam a partir das noções-chaves de centenário e geração; esta última deve ser entendida como uma reunião de classe de idades, um conjunto de homens e mulheres cujas ideias, sentimentos e modos de vidas são semelhantes, e que apresentam as mesmas condições intelectuais e morais aos fatos e acontecimentos maiores que afetam a sociedade onde estão inseridos. Cf. Yves Renouard, *La génération*. In: Nora, Pierre (1993,v.1: 983) *apud* GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto História e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1997, p. 1.

seis de março de 1917, dia da instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Logo de início, deve-se frisar que não se tratou de uma escolha casual. A opção pelo seis de março revela não só uma percepção política definida, como também uma larga rede de conexões intelectuais. Mas antes de centrarmos nessa discussão, a fim de melhor elucidar a opção e a própria memória da instituição, é necessário fazer notar que houve, por assim dizer, uma “versão” anterior do Instituto Histórico. É necessário retornar a ela, por razões que já ficarão mais claras.

Em 1900, como parte das celebrações do quadricentenário do Descobrimento do Brasil, uma nova agremiação científica surge no Pará, sob o nome de Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Pará. A primeira diretoria da instituição foi uma somatória de figuras carimbadas da historiografia e da intelectualidade paraense, como era o caso de Arthur Vianna, Francisco F. de Vilhena Alves e do Barão do Guajará, Domingos Antonio Raiol<sup>96</sup>; junto a outros talentos que começavam a despontar no cenário intelectual da cidade, caso de Henrique Santa Rosa, que a essa altura contava 30 anos, e João de Palma Muniz, com 27 anos. Eis a diretoria: Barão do Guajará, presidente; Henrique Santa Rosa, primeiro vice-presidente; Monsenhor João de Andrade F. Muniz, segundo vice-presidente; Arthur Vianna, primeiro secretário; Francisco F. de Vilhena Alves, segundo secretário; Dr. José P. Barroso Rabelo, orador; e Dr. Bento Miranda, tesoureiro. Nasceu, padeceu de morte prematura e não durou a ponto de publicar um segundo número de sua revista.

Atualmente, essa formação é tida como a primeira fase do Instituto e a segunda seria assim o Instituto reinstalado em 1917. Porém, cumpre notar que mais de meio século depois, já na década de 1960, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará experimentou um momento de reestruturação institucional que implicou a reinvenção de sua história e de sua memória. Segundo o historiador José Maia Bezerra Neto, “data desta época a construção da memória e história de que o IHGP havia sido fundado em 3 de maio de 1900 e reinstalado em 6 de março de 1917”<sup>97</sup>. Tratava-se de reinventar uma memória e recuperar uma data, em detrimento da outra, como a legítima em que o Instituto fora fundado. Segundo essa operação, os dois momentos foram abordados estabelecendo filiações e continuidades entre o Instituto fundado em 1900 e aquele, então, (re)instalado em 1917. O certo é que hoje o aniversário de fundação

---

<sup>96</sup> Cf. Obras de Domingos Antônio Raiol, Barão do Guajará. Coleção “História do Pará”. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1970.

<sup>97</sup> NETO, José Maia Bezerra. Os fundadores de 1917, herdeiros de 1900? IHGP 90 Anos: história, memória e tradições. Texto apresentado na mesa redonda: “Memória e História do IHGP”, durante a Solenidade Comemorativa dos Noventa Anos de Reinstalação do IHGP, realizada em 6 de março de 2007, no Auditório da Academia Paraense de Letras.



do Instituto é comemorado no dia três de maio; por outro lado, ainda que conservado nos documentos oficiais, o seis de março findou por cair num ostracismo asfixiante. Para os termos desta dissertação, é importantíssimo observar que a geração que fundou o Instituto em 1917 jamais usou outra expressão senão “fundação”. Não consta nenhum registro documental que contenha expressões do tipo “reinstalação” ou “re-fundação”. Não por acaso. Eles jamais admitiam, em seus discursos ou pronunciamentos, a ideia de filiação ou continuidade entre os dois momentos. Apesar de sabermos que alguns desses homens, a exemplo de Ignácio Moura, Palma Muniz e Henrique Santa Rosa – ou seja, o núcleo principal do IHGP de 1917 – ter participado diretamente dos dois momentos. A revelia disso, não se declaravam herdeiros ou continuadores da tradição de 1900.

A princípio essas contradições, talvez, se mostrem bastante confusas. Todavia, é bom reiterar que a construção da imagem de uma linhagem histórica entre os Institutos de 1900 e o de 1917, como parte de uma só história linear, coube aos intelectuais e homens de letras à frente do IHGP na década de 1960. Criando novas tradições, eles reinventaram a memória e reescreveram a história da instituição: “fazendo da fundação em 1917, reinstalação; e recuperando a data de 3 de maio como a de fundação, solenizando-a desde então”<sup>98</sup>. Mas nem sempre foi assim. Em 6 de março de 1941, durante a sessão comemorativa ao 24º aniversário de fundação do Instituto, foi preparada a inauguração dos retratos de dois sócios para assim figurar na galeria de beneméritos da Instituição, o professor Abelardo Cundurú e o Dr. Avertano Rocha, presidente e vice-presidente da instituição, respectivamente. Nesse momento, a memória institucional invocava sua origem em 1917. Em outras palavras, até esse momento prevalecia o sentido impresso pela geração de Ignácio Moura, Henrique Santa Rosa e Palma Muniz, que acreditavam estar fundando uma nova instituição, agora republicana.

É sempre uma dúvida pertinente a de indagar a respeito do significado da criação de uma agremiação científica, nos padrões do Instituto Histórico e Geográfico, para aquela sociedade do princípio do século passado. Sem dúvida, o papel social que o IHGP hoje desempenha pouco tem a ver o que o fora naquele início de século. Não tanto pela administração daqueles que atualmente estão à frente do Instituto, mas pela atual pouca importância que a história goza entre as chamadas “ciências estratégicas para o desenvolvimento regional”. Em outras palavras, é bem significativa a diferença de valorização

---

<sup>98</sup> Idem, *Ibidem*, p. 3. José Maia Bezerra Neto lembrou que, na década de 1950, o volume número XII da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, publicado em 1951, trazia estampado pela primeira vez tanto o símbolo do Instituto, onde consta a data de 6 de março de 1917, quanto a data da fundação impressa sua capa: 6 de março de 1917, sem nenhuma referência ao 3 de maio de 1900.

que a nossa sociedade e a sociedade paraense do início do século passado atribuem e atribuíram à história e à geografia. Os fundadores do Instituto tinham a consciência e a pretensão deliberada de que as matrizes científicas presentes nas veias da instituição não eram nem de longe o desígnio último de seus esforços, apesar da ideologia científica ter tido um peso extraordinário para essa geração. Isso é importante tanto para entender os elementos que unem e separam o Instituto Histórico de 1900 daquele de 1917, quanto para perceber a relação que aqueles homens de letras, e a partir daí o IHGP, mantinham com a sociedade da qual faziam parte.

No dia 6 de março de 1917, a solenidade esteve sob a presidência, ao centro da mesa, do Dr. Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944), um dos principais nomes do republicanismo e primeiro governador republicano no Pará. Lauro Sodré estudou engenharia militar na Escola da Praia Vermelha, que no século XIX era uma espécie de centro de estudos matemáticos e humanístico, onde pontificavam idéias positivistas. Lá, no Rio de Janeiro, foi aluno do também engenheiro militar e positivista ardoroso, Benjamin Constant (1836-1891). Passado algum tempo, de volta a Belém, tornou-se o primeiro governador do Estado eleito pela Assembleia Constituinte, em 23 de junho de 1891. Longe de ser um positivista bitolado, para Lauro Sodré e para uma fração significativa da intelectualidade paraense, na qual se situam os engenheiros-historiadores, o pensamento comteano foi uma matriz importante para pensar a Amazônia e a Federação como um todo. A influência desse pensamento, no entanto, não era unilateral; o que significa dizer que foi uma teoria importante entre outras influentes na época, como o evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882), o monismo de Ernest Harkael (1834-1919) e a teoria social de Herbert Spencer (1820-1903). Naquele 6 de março, Lauro Sodré era o atual Governador do Estado do Pará, e acabara de ser nomeado presidente de honra do IHGP<sup>99</sup>. Ao seu lado, compondo a mesa, estiveram sentados o jornalista Luiz Barreiros, presidente da Associação da Imprensa do Pará, e o engenheiro civil Ignácio Baptista de Moura, que acabara de ser oficialmente nomeado primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sem referência alguma à versão de 1900. Além de autoridades civis e militares, muitas outras personalidades acudiram à sessão de instalação. Embora, por ventura, se faça cansativa a leitura completa da uma longa lista de nomes daqueles que lá estiveram, acredito que seja uma somatória importante à compreensão do significado da criação do

---

<sup>99</sup> COELHO, Alan Watrin. *A ciência do governar: positivismo, natureza e evolucionismo em Lauro Sodré* – Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2007. Nesta dissertação o autor analisa o debate doutrinário, ocorrido em 1881, entre Lauro Sodré e o periódico "A Boa Nova", órgão oficial do bispado de Dom Macedo Costa no Pará.

Instituto Histórico e Geográfico de 1917. Eis os nomes: Joaquim de Arruda Falcão, Lauro Sodré, Ignácio Moura, Luiz Estevam de Oliveira, Antonio Martins Pinheiro, José Joaquim Pereira de Araújo, Napoleão Simões de Oliveira, Abel Chermont, João de Palma Muniz, Ophir Loyola, farmacêutico Manoel Luiz de Paiva, João José Monteiro de Paiva, Eduardo Pinto, José de Castro Figueiredo, Enéas Calandrini Pinheiro, Bento Aranha, Américo Dantas Ribeiro, Manoel Manços da Silva Villaça, João Alfredo de Mendonça, Heráclito Ferreira, Álvaro Antônio Pires, José Eustáquio de Azevedo, Aldebaro d'Albuquerque, Moreira de Castro, Genaro Ponte Souza, José Maria Leone, Moreira dos Santos, Constantino Wan-Meil, Augusto Ferreira, Nunes Pereira, Antenor Cavalcante, Raymundo José Martins Bessa, Honorato Remígio de Castro Filgueiras, Luiz Barreiros, Manoel Braga Ribeiro, Cônego Raymundo Ulisses Pennafort, Pedro d'Almeida Genú, Lucidio Freitas, Raymundo Fernandes, Manoel Dias Maia, Saturino G. Fernandez, Ludgero de Azevedo, Hygino Amanajás, Padre Antonio Cândido da Rocha, Raymundo Bertoldo Nunes, João Baptista Cearense Cylleno, Theodoro Braga, João Pereira de Castro, Emmanuel de Almeida Sodré, Ten. Dr. Ezequiel Antunes d'Oliveira, Dr. Caribé da Rocha, Augusto Octaviano Pinto, Henrique Américo Santa Rosa, Dr. Baptista Penna de Carvalho, Justos H. Nelson, Manoel Valente Cordeiro, José Coutinho de Oliveira, Dr. Américo Campos, Nilo Baptista Vieira, Eladio Lima, Angyone Costa, Lauro Chaves, Benedicto Duarte Soeiros, João Caetano Barreto, Gilberto da Silveira Moreira, Augusto de Mattos Pereira, Ignácio Gonçalves Nogueira e José Alves Maia.<sup>100</sup>

Todos esses nomes abrangem uma larga área das letras e das ciências; da vida religiosa, intelectual e política paraense. Do governador ao intendente. Do médico ao engenheiro<sup>101</sup>, ao farmacêutico. Do advogado ao jurista; de eclesiásticos a jornalistas. Todos os que lá estiveram participaram de um dos maiores eventos sociais da vida cultural do Estado do Pará do princípio do século passado. Misturando furor cívico à paixão pelas letras e à alta estima pela ciência, se configurou a legenda sob a qual nasce o IHGP. Sua primeira diretoria contou com figuras como Ignácio Moura, presidente; Henrique Santa Rosa, vice-presidente; João de Palma Muniz, primeiro secretário, Joaquim de Arruda Falcão, segundo secretário; Luiz Estevão de Oliveira, orador; e José Joaquim Pereira de Araújo, tesoureiro. A partir da

---

<sup>100</sup> Ata da sessão de instalação Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Livro de atas: 6 de março de 1917 a 6 de março de 1917. A ata de instalação do Instituto foi também publicada no primeiro número da *Revista do IHGP*, em 1917. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém, Ano I, fascículo I, novembro de 1917.

<sup>101</sup> Médicos e engenheiros escreveram um capítulo à parte na história da intelectualidade paraense. No que se refere à classe médica, à institucionalização da medicina no Pará, ver RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

segunda metade do século XIX, especialmente após a instalação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, várias congêneres regionais foram criadas em diversos estados da federação. Em geral, os Institutos Históricos e Geográficos eram entendidos como o lugar privilegiado a partir do qual se falava sobre o passado e a geografia da nação<sup>102</sup>. Além disso, era de onde também se falava sobre progresso futuro do país calcado nos exemplos do passado<sup>103</sup>. Essas instituições protagonizaram o discurso nacionalista brasileiro tanto no século XIX, considerado século da história<sup>104</sup>, quanto nas primeiras décadas do século seguinte. Elas estabeleceram entre si um sentimento de irmandade, como se pode ver, na missiva enviada do Nordeste, remetido no ofício de 28 de março de 1917, em congratulação do “Instituto da Bahia ao seu irmão paraense”<sup>105</sup>.

Retomando a lista, ela é extensa e leva o registro de muitos dos principais nomes da intelectualidade paraense. O momento é solene e marca um dos pontos mais altos da produção dos estudos históricos e geográficos na região. Sob certo ponto de vista, é plausível visualizar o Instituto de 1917 como herdeiro e continuador dos empreendimentos de 1900, pois, se os parâmetros políticos eram díspares e conflitantes, do ponto de vista do desenvolvimento e da interpretação da história e da geografia enquanto ciências fundamentais à compreensão da dinâmica social, os intelectuais paraenses, sob a liderança de Ignácio Moura, reinstalaram o Instituto Histórico e Geográfico em 1917 e perpetuaram, com isso, a tradição cientificista da Instituição plantada em 1900. Em ambos os casos, permanece o campo perceptivo no qual história e geografia são tidas como irmãs siamesas, que, portanto, não podem ser separadas. Nos dois momentos, segundo os parâmetros de âmbito nacional, história e geografia são tomadas ciências basilares para a compreensão do movimento da sociedade. Aliás, a contiguidade entre essas duas ciências é um tema essencial quando se tem pela frente a missão de justificar a criação de um Instituto Histórico e Geográfico. Aquilo que é considerado lugar-comum numa determinada formação social é fonte de indícios importantes ao historiador, já

---

<sup>102</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988, p. 13-14.

<sup>103</sup> Para uma bela discussão sobre noção de história *magistra vitae*, ver KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 41-60.

<sup>104</sup> De acordo com François Dosse, o século XIX como “século da História” é uma afirmação conceitual de Gabriel Monod, conforme o artigo *Du Progrès des études historiques en France depuis le XVI<sup>e</sup> siècle*, publicado na *Revue Historique*, em 1876. Cf. DOSSE, F. *A História em migalhas, dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 58, nota 60.

<sup>105</sup> Além do Instituto da Bahia, também chegaram ofícios remetidos de Minas Gerias em saudação à fundação da congênera paraense. Cf. IHGP, *Livros de Ofícios Recebidos. Ofício de 28 de março de 1917*. Pacote 01. Dada a rede de interlocuções dos intelectuais paraense da época e o ambiente singular de evocação dos valores pátrios, é provável que haja outras mensagens do tipo remetidas por outros Institutos das demais regiões; a pesquisa, no entanto, fica neste ponto comprometida devido aos anos em que as portas do IHGP seguem fechadas.

que essas formulações revelam evidências das raízes sociais e culturais de uma forma particular de percepção <sup>106</sup>. A exemplo disso, a indissociação entre história e geografia foi um desses lugares reveladores.

Acompanhando a explanação do historiador, fica mais clara essa premissa. No seu pronunciamento na inauguração do Instituto, Ignácio Moura se expressa segundo afirmativa reiterada de que “o estudo da geografia é um complexo do estudo da história”. E mais que isso, “uma completa a outra, não se podendo distingui-las nem separá-las”. O argumento invoca a relação fundamental entre espaço e tempo, nas malhas dos quais os acontecimentos se dão e transcorrem. É claro e direto: “se não houvesse as Termópilas não haveria Leônidas; sem a Hélade não aparecia Homero para cantar a *Ilíada*, nem haveria o culto da arte e do heroísmo. Foram os romanos que demografaram os aspectos e os limites dos países da Europa; sem o fórum, não apareceria Cícero. Se Portugal não tivesse aquela posição geográfica, não teria descoberto o Brasil, nem dobrado a África para conquistar as índias; nem teriam os Lusíadas esse admirável astro que se chamou Luiz de Camões”. Ignácio Moura segue esclarecendo aos ouvintes que “é por isso que o estudo da história e da geografia confraternizadas, quase em uma só ciência, vai se tornado necessário e imprescindível para a análise social de um povo”. Essa função social se justifica, segundo ele, porque consubstanciadas numa análise profunda, elas estabelecem “os coeficientes necessários para seu desenvolvimento [do povo] e para a sua elevação futura”. Aqui fica claro que somente assim, juntas, era possível compreender a totalidade da dinâmica social, para em seguida operar sobre ela. A “elevação futura” se mostra à luz na conclusão do historiador: o “Instituto Histórico e Geográfico do Pará era pois um reclamo imprescindível para nossa vida econômica” <sup>107</sup>.

O sentido dessa contribuição se dá tanto no que diz respeito à territorialidade, pois garante ao poder público a possibilidade de agir em áreas ainda por melhor conhecer, ou em outras em que é necessário o prévio conhecimento do território e da situação das terras sobre sua gerência. Naquele princípio de século, esse era um conhecimento que estava ainda em vias de construção, e sobre o qual Palma Muniz e Santa Rosa produziram vários estudos, examinando a história e as demarcações sobre os municípios paraenses e tomando parte direta nas questões de limites envolvendo Pará, Amazonas e Goiás. Há que se notar que a história

---

<sup>106</sup> WILLIAMS, Raymond. *A Fração Bloomsbury*, p. 142.

<sup>107</sup> Alocução pronunciada pelo Sr. Dr. Ignácio Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a 6 de março de 1917, no Teatro da Paz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, Fascículo I. Belém, novembro de 1917, p. 3-6.

mestra da vida não cuidava de lamúrias pela falência da economia do látex; ao contrário, já que era acionada como instrumento precípuo à construção de uma identidade para o povo amazônico, instruindo-o no amor à pátria e ao saber, interessava sim cultivar uma memória soberba, assentada especialmente nas riquezas naturais e na inclusão da região numa longa trajetória de progresso. Já aqui aparece introduzido um segundo aspecto, aquele que afasta 1917 de 1900, e que, para além do discurso de objetividade e de cientificidade da Instituição, se refere à função social do Instituto, e por extensão, à função social da história e da geografia.

A percepção da função social do Instituto também se faz ver na mensagem enviada pelo governador Lauro Sodré ao presidente Ignácio Moura, por ocasião do primeiro aniversário da Instituição, em 1918. Por meio de correspondência, o Governador do Estado roga votos de desculpas pela “impossibilidade que estou de comparecer à solenidade com que o Instituto Histórico e Geográfico do Pará dá amanhã uma prova pública e eloqüente da utilidade de sua existência”<sup>108</sup>. Um ano antes, o governo de Lauro Sodré, sob a Lei Estadual n. 1.641, de seis de outubro de 1917, reconhece a utilidade pública do Instituto. O mesmo reconhecimento vem da esfera federal, de acordo com o Decreto Federal n. 3.894, de 26 de novembro de 1919. Daí em diante, pelas décadas seguintes, a revista do IHGP leva os dois decretos estampados em sua capa<sup>109</sup>. É pertinente indagar em que consiste a utilidade pública a que se refere o Governador. Segundo ele, a existência de uma instituição da envergadura do IHGP era algo fundamental para o “levantamento intelectual e moral da nossa Terra”. Centro de estudos específicos, o IHGP foi uma espécie de reduto letrado, um espaço de relações sociais de um grupo de sujeitos que se percebiam, autoreflexivamente, como responsáveis pelo levantamento moral e intelectual da região. A geografia revelava a área de atuação do Estado e as riquezas locais; já a história, exibia exemplos pedagógicos. Assim “nossa Terra sentir-se-á engrandecida pelo estudo consciencioso dos nossos maiores”. O desejo era o de abrir “diante dos olhos da geração de agora o quadro fiel da vida, que viveram gerações de outrora”<sup>110</sup>. Sem dúvida, se é certo que a objetividade científica foi uma percepção amplamente difundida e aceita na época, o ânimo daqueles historiadores não se dissocia do ambiente sócio-cultural, muitas vezes ambíguo, em que se encontravam. Em outras palavras,

---

<sup>108</sup> IHGP, *Ofício enviado pelo Governado Lauro Sodré em 5 de março de 1918*. Ofícios Recebidos– 1917/1920, Pacote 01.

<sup>109</sup> Dos primeiros volumes de 1918 e 1919 até os volumes XVI e XVII de 1969/1970, a Revista do IHGP leva impresso em sua capa os dizeres “considerado de utilidade pública por Decreto Federal nº 3.894, de 26 de novembro de 1919 e Lei Estadual n.º 1.641, de 6 de outubro de 1917.

<sup>110</sup> Idem.

os “nossos maiores”, aqueles que deveriam servir de exemplo e inspiração à “geração de agora”, foram cuidadosamente selecionados segundo um crivo republicano.

O Instituto fundado em 1917 não se origina de outra coisa senão de uma percepção política distinta do Instituto de 1900. Sob a liderança de Ignácio Moura, o IHGP fora fundado em seis de março de 1917, em homenagem ao centenário da revolução pernambucana. Não há dúvidas de que essa foi uma geração bastante ligada às celebrações e manifestações cívicas. Todos os anos uma porção delas os apeteceia <sup>111</sup>. Essa afeição por datas e fatos é uma característica pertinente à historiografia produzida no período. No entanto, o cuidado que se deve ter é o de não perder de vista a rede de conexões intrínsecas a algumas dessas celebrações. Decerto, a opção pelo 6 de março se deu em função de uma escolha republicana. Mais que isso, a opção pelo 6 de março demarca não só uma perspectiva historiográfica claramente política, definida de acordo com parâmetros republicanos; como também assinala a intrincada rede intelectual que conecta a “intelectualidade amazônica” com o universo mais amplo e complexo do que se vinha então discutindo em nível nacional e internacional. Esse quadro mostra suas cores se ligarmos o discurso pronunciado por Ignácio Moura, na noite da sessão solene de instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, à viagem de Henrique Santa Rosa ao Rio de Janeiro, três anos antes, em 1914. Confrontando fontes e juntando informações, se faz ver um momento em que, misturando elementos de patriotismo e civismo fundados no ideal republicano francês, se conformava uma forte tradição na historiografia amazônica das primeiras décadas do século XX, intensamente influenciada pela atividade dos engenheiros-historiadores, amigos próximos e confrades de IHGP.

Exclamava Ignácio Moura: “a intelectualidade amazônica age, sob o impulso do patriotismo, para comemorar a data centenária da Revolução Pernambucana, que nos trouxe a alvorada da independência e da república”. No balanço historiográfico do engenheiro, segue impressa a chave-mestra da interpretação positiva de nossa história política: independência e república. Pois, “se houve quem afirmasse que o pródromo da nossa emancipação política foi a transladação da família real para o Rio de Janeiro, em 1908, intimidada pelo reflexo da espada de Napoleão na vassalagem da Europa; se o grito do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, converteu-se em mistificação política para sustentar um cetro; o brado dos patriotas pernambucanos, a 6 de março de 1817, no campo do Erário, constituiu a verdadeira

---

<sup>111</sup>Sem mencionar as efemérides regionais e nacionais, a documentação revela, em especial as fontes jornalísticas, que nas primeiras décadas do século passado a intelectualidade local congratulou-se do centenário de Miguel de Cervantes até a anual celebração da Queda da Bastilha. Cf. *Folha do Norte*, especialmente os anos de 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922 e 1923.

interpretação do tema democrático: ‘emancipação com república’”. O que aqui está em pauta é o tema democrático; é a república. Portanto, nada mais eloquente do que fundar o Instituto no exato centenário da Revolução pernambucana de 1817. Se a República direcionava os ângulos de leituras do passado amazônico, trouxe consigo também uma nova legislação que conferia mais autonomia aos estados, cuja reformulação no aparelho burocrático abria uma nova possibilidade de desenvolvimento. Daí também a importância dos estudos mais amplos na área da geografia, pois precisava-se conhecer melhor o território nacional. Em resumo, essa geração edificou um divisor de águas. Justamente por que, segundo eles, somente o 6 de março de 1817 revela a “manhã clara de um sol primaveril, em que surgira transfigurada a deusa formosíssima da liberdade, que já ditara, em França, o verdadeiro código dos direitos dos povos”.

Se nos países europeus, no século XIX, a vida universitária facilitou atividades científicas que incrementaram a circulação de ideias, no Brasil em virtude da ausência do ambiente universitário, esse papel coube às associações científicas e aos redutos letrados. O IHGP, entre outras agremiações, cumpriu esse papel no Estado do Pará. No que se refere ao âmbito nacional, a atitude pioneira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se deu por meio da organização, entre 7 e 16 de setembro de 1914, do Primeiro Congresso de História Nacional. Inaugurado solenemente em 7 de setembro de 1914 pelo próprio presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, o Congresso reuniu cerca de 200 participantes, incluindo representantes dos governos estaduais e das principais associações científicas do país. Os Anais do Congresso informam a exposição de 102 trabalhos, dos quais foram publicadas 95 memórias históricas, sendo 54 na categoria de teses oficiais e 41 nas teses avulsas.

A historiadora Maria Lúcia Paschoal cuidou de analisar o Congresso de 1914, e concluiu que apesar da diversificação dos trabalhos publicados, decorrente da própria amplitude da programação do evento, a leitura dos Anais demonstra que três assuntos mereceram uma atenção bem especial dos estudiosos: o “Domínio Holandês”, a “Guerra do Paraguai” e a “Revolução de 1817”. Três episódios da história pátria; todos bastante propícios ao desenvolvimento do ideário nacionalista. Para as pretensões desta dissertação, é suficiente manter o foco na análise sobre a Revolução Pernambucana, cuja relevância que lhe foi atribuída no Congresso se deu em função de figurar como um dos episódios da história



nacional que melhor se prestava a estimular o patriotismo <sup>112</sup>. A historiadora afirma que a Revolução de 1817 recebeu tratamento idêntico por parte de três estudiosos que a abordaram: “Ascendino Carneiro da Cunha enalteceu a ação dos rebeldes na Paraíba do Norte, enquanto Jonatas Serrano e Marcílio Teixeira de Lacerda ocuparam-se da biografia de um dos líderes daquele movimento, Domingos José Martins, modelo de virtudes cívicas a ser cultuado pelas gerações futuras, porquanto (...) morreu como um herói e assumiu as proporções grandiosas de um semideus, segundo Teixeira de Lacerda <sup>113</sup>. Em meio a essas discussões, Henrique Santa Rosa, representante do Estado do Pará, apresentou o trabalho *A depressão amazônica e os seus exploradores* <sup>114</sup> na segunda seção – das nove seções temáticas destinadas à apresentação de trabalhos – *História das Explorações Geográficas*. Nessa obra, Santa Rosa desenvolve a mesma abordagem metodológica no campo da geografia histórica, que, anos mais tarde, em 1926, dará origem a sua grande obra *A História do Rio Amazonas* <sup>115</sup>; como já vimos, esse é um trabalho cuja abordagem, em última análise, demonstra a sintonia do engenheiro-geógrafo-historiador com as principais tendências historiográficas dos primeiros anos do século XX, período no qual as pesquisas em geografia histórica vinham se consolidando como uma nova área de estudos nos principais centros universitários europeus <sup>116</sup>. O Congresso de 1914 retoma a memória da Revolução Pernambucana de 1817, a fim de divulgar uma tradição firmada no ideário democrático e republicano. Em termos mais amplos, o evento demonstra o interesse do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em promover a sistematização do conhecimento histórico disponível, buscando unidade e coerência, da qual a intelectualidade paraense fazia questão de fazer parte.

Esse é o contexto em que a participação de Henrique Santa Rosa no Congresso de Nacional História se fez fundamental para o intercâmbio historiográfico da Amazônia com outras paragens da nação. Intercâmbio esse que influenciou decisivamente a intelectualidade paraense na opção pelo seis de março. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Paraense

---

<sup>112</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170

<sup>113</sup> CUNHA, Ascendino Carneiro da. “A Revolução de 1817 na Paraíba do Norte”. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, v. 1, pp. 588-612; Jonatas Serrano, “Um vulto de 1817”, *Idem*, v. 1, pp. 519-551; LACERDA, Marcílio Teixeira de. “Domingos José Martins”, *Idem*, v. 1, pp. 553-586, *apud* Maria Paschoal, *op. cit.*, pp. 165-166.

<sup>114</sup> SANTA ROSA, Henrique. A depressão amazônica e os seus exploradores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional, t. II, p. 271-344.

<sup>115</sup> SANTA ROSA, Henrique. *História do Rio Amazonas*. Pará: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

<sup>116</sup> Para um exame do legado epistemológico da geografia histórica e um balanço do movimento de renovação do pensamento geográfico, ver, PIRES, Hindenburgo. Francisco. Reflexões sobre a contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos Geográfico e Histórico no século XX. *Anais do I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*. Uberlândia: UFU, 2008, v. 1, p. 01-18.

nasce como parte de um movimento nacional assentado no republicanismo. O contexto específico da década de 1910 difere expressamente a instituição forjada em 1900, daquela reinventada dezessete anos mais tarde, que, além da matriz republicana, deve sua vida a um movimento de âmbito nacional. Movimento que em solo paraense ganhou força durante as duas primeiras décadas do século passado, antes mesmo da fundação do Instituto. A trajetória que deságua no IHGP deve muito à celebração do Tricentenário de Belém, em 1915-1916. O IHGP, aliás, foi o maior produto do tricentenário, efeméride que se encaixa num diálogo intenso com o movimento que se espalhou na Europa ocidental dos oitocentos, onde a noção de “centenário” – recém chegada aos dicionários e enciclopédias – cultivava o sentido de lembrar e festejar de uma maneira especial o centésimo aniversário de um acontecimento marcante.

Em história ou em geografia, toda pesquisa se articula segundo um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Isso implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias. Ao que interessa a este trabalho, essas determinações são conformadas pelos engenheiros. É o lugar social do qual trata Michel de Certeau, referindo-se à história como uma operação, o que, segundo ele, significa compreendê-la como a relação entre um lugar (um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análises e a construção de um texto. Em resumo, qualquer pesquisa faz parte da “realidade” da qual trata <sup>117</sup>. Portanto, está ligada a privilégios, enraizada em particularidades: “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesse, que os documentos e as questões que lhe serão propostas, se organizam” <sup>118</sup>. O saber que funda instituições organiza também a vida intelectual, de modo que a intensa produção intelectual de Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e Ignácio Moura está substancialmente ligada à vida do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Além das efemérides, as notas em jornais, as obras desses autores e a Revista do Instituto foram não só veículos de suas matrizes interpretativas, como foram também instrumentos importantes de renovação da cultura letrada, como locus de formulação e discussão de concepções, processos e práticas sócio-culturais; além é claro de instrumentos de difusão de projetos políticos <sup>119</sup>.

Ater atenção nesse aspecto é necessário para a compreensão do corpo intelectual e seus modos de comunicação com a sociedade. Como exemplos disso, já alguns dos

---

<sup>117</sup> CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982; pp. 65-119.

<sup>118</sup> Idem, *Ibidem*, p. 67.

<sup>119</sup> CRUZ, Heloisa. A Cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890-1915. *Projeto História* nº. 13. São Paulo: EDUC/PUC-SP, junho de 1996.

parâmetros precípuos do Instituto se apresentam no primeiro número da Revista do IHGP. Junto à ata de instalação e à alocução pronunciada pelo presidente na inauguração da instituição, a Revista publicou textos sobre temas diversos. Entre eles, estiveram textos como o de Henrique Santa Rosa, “Dados dos geólogos e hidrografia paraense”, onde o engenheiro-historiador revisita antigos estudos sobre a composição, estrutura e propriedades físicas do solo paraense, e sobre os cursos d’água e o potencial hídrico da região. De autoria de Palma Muniz, saíram impressos três artigos. São eles: “Reflexões sobre os Anais Histórico do Estado do Maranhão, de Berredo”, “Os contemplados” e “Diário Abreviado do Ten. Corl. Valério Correa de Botelho Andrade”. Ao lado desses, estão texto como: “A última execução capital no Pará”, de João Victor G. Campos; “A Arte decorativa entre os selvagens da foz do Amazonas”, de Theodoro Braga; “A terra, as coisas e o homem da Amazônia”, de Bento F. Tenreiro Aranha; e “José Bonifácio e a Independência do Brasil”, de Martins Bessa. Aparte às peculiaridades de cada texto, alguns temas supõe, à primeira vista, falta de unidade à Revista. Bem olhados, acabam na verdade delineando percepções e direcionamentos bem próximos. Santa Rosa desenvolve uma abordagem em que vinha se especializando, e que mais tarde incorporou-se e ganhou solidez junto ao discurso pertinente ao *atelier* do historiador.

Definindo o espaço natural como objeto, o olhar que dirige à natureza é um gesto de historiador. Segundo esse olhar, Santa Rosa invoca a memória dos naturalistas a fim de examinar os trabalhos e os relatos de homens como “Agassiz, H. Smith, F. Hartt, O. Derby, F. Katzer e outros pesquisadores dos nossos segredos geológicos”. O desejo do engenheiro-historiador era o de visualizar “os sinais que resistem o perpassar dos tempos”. Sinais que, acreditava ele, indicavam “aos pósteros a obra da evolução a que obedece a natureza, na transformação contínua dos elementos orgânicos e inorgânicos que a constituem”<sup>120</sup>. A obra de Santa Rosa partilha da percepção defendida pelo seu confrade Ignácio Moura, percepção a que “une história e geografia quase numa só ciência necessária à nossa elevação futura”. Essa compreensão da relação entre história e geografia guarda tacitamente o sentido de que a exuberância e a riqueza natural da Amazônia são o indicativo inequívoco do trajeto de progresso traçado para região onde corre o Amazonas. Não é à toa que o Amazonas é visto como o “rio por excelência, a glória do nosso planeta; tal é a região por ele drenada que, na opinião de Humboldt, mais cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo”<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> SANTA ROSA, Henrique. Dados dos Geólogos e Hidrografia paraense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, p. 8.

<sup>121</sup> SANTA ROSA, Henrique. *História do Rio Amazonas*. Op. cit., p. 103.

A reedição da obra de Bernardo Pereira de Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, é apresentada acompanhada de uma justificativa, onde Palma Muniz reitera que seu empreendimento está em conformidade com o dispositivo do estatuto do IHGP, que “estabelece como um dos pontos do vasto programa social a reedição de obras raras que interessam o Pará”; neste caso, sendo obra de muito valor e “cujo conhecimento e divulgação serão de grande proveito para o estudo da História Paraense, ainda por fazer, em conjunto completo e metódico”<sup>122</sup>. Aqui, e em outras oportunidades, aparece a interpretação de que a história paraense estava ainda por fazer, ou, como dirá Ignácio Moura, a percepção de que “ainda estamos na infância de nossa história”. Noutro artigo, *Os Contemplados*, tema muito familiar aos engenheiros-historiadores, Palma Muniz examina as doações feitas com as terras das fazendas que pertenceram aos jesuítas expulsos e aquelas sequestradas pelas leis pombalinas<sup>123</sup>. Em sequência, traz um conjunto de apontamentos biográficos sobre o tenente coronel Valério Correa Botelho de Andrade, antigo administrador da Capitania de São José do Rio Negro<sup>124</sup>. Se Santa Rosa lembra a natureza como identidade, Palma Muniz analisa o tema a partir da discussão sobre fronteiras e territorialidade. Theodoro Braga retoma o tema sobre *A arte decorativa entre os selvagens da foz do Amazonas*<sup>125</sup>, apontando a “nobreza” artística presente nas raízes paraense, e Bento Aranha trata das peculiaridades e a riqueza da região no texto *A terra, as coisas e o homem da Amazônia*<sup>126</sup>. Narrando a história da execução de um escravo negro, João Victor Campos condena a escravidão e a monarquia como formas de atraso; e Pedro de Almeida Genú, em dedicatória ao historiador Rocha Pombo, propaga o eco da polêmica a respeito da data de fundação de Belém<sup>127</sup>. Antes mesmo da instalação do IHGP de 1917, todos esses temas foram alvos de abordagem e estiveram presentes nas efemérides pátrias festejadas por essa geração. Isso mostra que cada evento se situava no meio de um universo de valores bem próprios e bem característicos dessa geração. Nenhum evento ou efeméride foi tão aguardada e planejada – a não ser o centenário da adesão do Pará –, quanto

---

<sup>122</sup> MUNIZ, Palma. *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, de Berredo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, p. 17.

<sup>123</sup> MUNIZ, Palma. *Os Contemplados*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 71-78.

<sup>124</sup> Diário abreviado do ten. corl. Valério Correa Botelho de Andrade. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 93-96.

<sup>125</sup> BRAGA, Theodoro. *A arte decorativa entre os selvagens da foz do Amazonas*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 49-52.

<sup>126</sup> ARANHA, Bento. *A terra, as coisas e o homem da Amazônia*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 53-70.

<sup>127</sup> GENÚ, Pedro de Almeida. *Ressurreição Histórica*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 97-100.

o Tricentenário de Belém. Essa é uma celebração que guarda evidências marcantes do papel dos engenheiros-historiadores na tradição historiográfica paraense.

## Capítulo 2

### Os Engenheiros-historiadores e a história da Amazônia.

#### 2. 1. A memória de três séculos.

As datas e os acontecimentos importantes que se relacionam com a vida social, quer considerados como mundiais, religiosos ou profanos, como referentes a uma nação ou a um povo, a uma província ou a um Estado, a um município ou a uma agremiação, descendo até à família e ao indivíduo, exigem de parte dos interessados um culto, uma lembrança, uma recordação, todas as vezes que se repetem.

Engenheiro João de Palma Muniz

No ano de 1923, Ignácio Moura encontrava-se já completamente cego, quando pôde declarar, sem muito preâmbulo: “Não me preocupo com os galhardetes e festões das ruas, préstitos e músicas, manifestações efêmeras, que desaparecem no torvelinho dos tempos sem qual deixar vestígios”<sup>128</sup>. A frase carrega um forte conteúdo de experiência, ao mesmo tempo hermético e revelador. Talvez, a fim de elucidá-la, seja válido acrescentar o advérbio “mais” logo após sentença inicial “não me preocupo”. Lida como está, e tal como foi pronunciada, ela pouco permite recordar todo o entusiasmo patriótico do Ignácio Moura de oito anos antes, quando então tomou para si a vanguarda da celebração da memória de três séculos da capital paraense. Naquela ocasião, o velho engenheiro-historiador foi o grande mentor dos festejos e reuniu e produziu um largo volume de estudos e versões sobre a história local. Nesse momento, a disputa veiculada na imprensa, nas cartilhas, nos livros didáticos, e nas representações artísticas e literárias, se dava principalmente em função daquela que deveria figurar como a versão oficial da história paraense. Sem exagero algum, a efervescência do movimento intelectual das primeiras décadas do século XX transformou Belém num verdadeiro santuário do catecismo cívico, onde sobressaía a lição precípua do estudo da história pátria.

Mas eis então a nova sentença: “Não me preocupo mais com os galhardetes e festões de ruas...”. A omissão do advérbio na frase só parcialmente silencia a vivência de dois momentos basilares dessa tradição da historiografia amazônica, cujo desenrolar da

---

<sup>128</sup> MOURA, Ignácio. Centenário do Pará. *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923.

experiência histórica, e a distância de um para o outro, revela uma sensível mudança de posição por parte de Ignácio Moura. Alguns anos e um enorme volume de experiência separam 1915-16 de 1922-23; isto é, a comemoração do Tricentenário de Belém, da festa do Centenário da adesão do Pará à independência. Ambos foram importantíssimos; tanto para o movimento intelectual, quanto para a produção e a conformação de uma tradição historiográfica marcada pela presença dos engenheiros. A celebração dessas efemérides marcou não só o aumento do volume de pesquisas sobre o passado e a geografia amazônica, como foi também fundamental à projeção pública de vários letrados. Soma-se a isso, a fundação de muitas associações científicas, como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, 1917; a Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, 1918, da qual Palma Muniz foi vice-diretor; o *Club* de Engenharia do Pará, 1919; o Centro Pedagógico do Pará, 1920; e a Universidade Livre do Pará, 1924. De fato, a diversidade do movimento intelectual do princípio do século vinte em Belém também se desenvolveu em torno da criação de outras associações especializadas, entre elas, a Faculdade Livre de Direito, em 1902; a Escola de Farmácia, em 1904; a Escola Livre de Odontologia, em 1914, e a Faculdade de Medicina, em 1919. Essa profusão de associações é sintoma não só da movimentação da intelectualidade local. É também reveladora de uma nova fase da política pública voltada para áreas como saúde, saneamento e urbanização <sup>129</sup>, inclusive porque parte significativa desses letrados gozaram de cargos em pontos importantes da administração pública.

A constituição de comitês cívicos se fez um capítulo à parte na história paraense. Não somente por suas realizações, mas pelo que suas realizações podem nos dizer sobre a sociedade da época. Logo no princípio do ano de 1915, entre a profusão de criações de agremiações e comitês destinados a promover eventos cívicos, artísticos e literários, alguns dos mais exponenciais nomes da intelectualidade paraense se reuniram a fim de compor um grupo que esteve ligado por laços de amizade. Ao final, o batizaram com o nome de “Comitê Patriótico”. Dentre as lições de catecismo cívico, se destaca o estudo da história pátria. Nessa linha seguiu o comitê, sempre com lisonjeira pretensão de oferecer a Belém a maior festa natalícia que, até aquela altura, a capital paraense jamais havia recebido; e, junto a isso, produzir nos entremeios da celebração uma nova leitura sobre a história regional que encaixasse a Amazônia num lugar de destaque frente à nação. À época, a cegueira do velho

---

<sup>129</sup> Sobre as instituições ligadas ao “socorro público”, ver RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008, especialmente o tópico “Hospitais e instituições de assistência à saúde pública”, pp. 39-50.

patriota ia já bastante adiantada, mas tampouco esse infortúnio limou suas pretensões para aquele ano. Junto a Palma Muniz, Henrique Santa Rosa e ao pintor-historiador Theodoro Braga, Ignácio Moura compôs o núcleo principal do movimento que se constituiu com o propósito de comemorar o terceiro século da fundação da cidade de Belém. Entre aqueles que tiveram presença ativa no comitê tricentenarista, podemos também destacar nomes que se projetaram em vários campos do saber, e que hoje, em breve passeio pelo centro urbano de Belém, revelam ao transeunte curioso a memória viva e calada encimando fachadas de prédios, escolas, ruas e hospitais da cidade. Nesses lugares de memória figuram nomes como o Dr. Ophir Loyola, médico, primeiro secretário do comitê e hoje um dos principais hospitais de Belém; Augusto Meira, advogado, escritor, poeta, orador oficial do comitê e também uma das principais escolas públicas da cidade; e Paulino de Brito, jornalista formado em direito em Recife, escritor e professor, atualmente nomeando outra escola pública de Belém. Dr. Carlos Cotello, representante do governo português no Pará; Almeida Genú, Bertholdo Nunes e Abel Chermont, também se destacaram no comitê <sup>130</sup>.

Em termos analíticos, a constituição de comitês ou grupos intelectuais engajados segundo princípios e valores compartilhados, fornece matéria rica à pesquisa em história social da intelectualidade, em antropologia social e em sociologia política, social e da cultura. Um grupo supõe uma estrutura simbólica interpretativamente inteligível, já que se estabelece por meio de elos ideológicos, culturais e afetivos fundamentais à constituição e sustentação de um corpo intelectual. Isso significa dizer que muito se tem a ganhar ao reconhecer o movimento ou grupo como processo social extremamente significativo e valioso. De resto, essa é uma premissa metodológica que em certo sentido nos aproxima um pouco da assertiva definida por Clifford Geertz. Para o antropólogo norte-americano, o homem se apresenta como um animal amarrado a teias de significados, e a cultura se constitui justamente nessas teias que são tecidas pelo próprio homem.

Considerações como essas acentuam a importância de encarar o grupo intelectual como fato social, interpretando-o em suas motivações e seus objetivos. Em suas teias de significado. Em analogia a Geertz, poderia dizer que o fundamental é interpretar densamente os grupos intelectuais <sup>131</sup>, o que expressa uma aproximação do trabalho do historiador com a

---

<sup>130</sup> MORAES, Tarcisio Cardoso. *A Memória de Três Séculos: civilização, modernidade e a nova história da Amazônia, 1915-1916* (Trabalho de Conclusão de Curso), 2006. Veja também, RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Efemérides Paraenses: o Tricentenário de Belém e a nova história da Amazônia, 1915-1918*. 2005 (Trabalho de Conclusão de Curso).

<sup>131</sup> GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Especialmente o capítulo 1.



atividade do crítico literário. Bem entendido, os ofícios do crítico literário e do historiador não se limitam a comentar e a produzir crônicas folhudas sobre objetos culturais dados; mas especialmente mobilizá-los criticamente a fim de construir um conhecimento ou uma interpretação nova sobre o mundo. Existem grupos sociais muitos importantes que têm em comum um corpo de práticas ou um *ethos* que os distingue, ao invés de princípios ou objetivos definidos em um manifesto. Essas exposições gerais receberam tratamento oportuno da pena de Raymond Williams, em estudo sobre Bloomsbury, círculo de intelectuais que, após a Primeira Guerra Mundial, se posicionaria contra as tradições literárias, políticas e sociais da Era Vitoriana – e do qual fez parte a escritora britânica Virgínia Wolf (1882-1941). Williams faz observações importantes e que são particularmente interessantes para refletir o caso dos engenheiros-historiadores.

Guardada a particularidade histórica, o Bloomsbury foi um grupo de amigos que tinha na Universidade de Cambridge uma simples localidade, ao invés de ser uma instituição social e cultural altamente específica que ela era e é. Organizaram-se em torno de um manifesto que traçava diretrizes autodefinidoras. Quanto aos tricentenaristas, eles jamais se constituíram num grupo devidamente delimitado segundo um manifesto ou regras pré-estabelecidas. Mas estiveram juntos, na ocasião da comemoração do tricentenário (1915-116), na fundação do IHGP e posteriormente no centenário da Adesão do Pará (1922-23), segundo um amplo conjunto de valores que os unia como uma espécie de célula comunitária. Isso de alguma forma os separava de um “mundo exterior”. É neste sentido que devem ser pensado como fato social e cultural geral. Isto é, naquilo que eles realizaram e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre a sociedade com a qual estabeleceram relações, de certo modo indefinidas e ambíguas <sup>132</sup>.

Presidente e grande mentor do comitê patriótico, Ignácio Baptista de Moura (1857-1929), formou-se em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, primeira faculdade de engenharia do Brasil e um dos principais centros de difusão do positivismo no país. A mesma linhagem seguida por João de Palma Muniz e Henrique Américo Santa Rosa. A matriz francesa presente nas raízes da Escola Politécnica instruíra não só sobre o positivismo, que era visto como uma espécie de código moral. Imprimia também uma formação que definia os politécnicos como engenheiros capazes de um “‘polimorfismo’ pronto a levá-los a diferentes

---

<sup>132</sup> WILLIAMS, Raymond. A Fração Bloomsbury. *Plural*. São Paulo: USP, 6: 139-168, 1999.

atividades, inclusive no exercício de cargos públicos”<sup>133</sup>. Essa formação lhes possibilitou o contato com doutrinas e ideias que marcaram suas experiências intelectuais. Além disso, a trajetória educacional comum, ligada a uma mesma instituição de conhecimento, marca um passado de experiências individuais que se revela no presente como um elo sentimental identitário. A Politécnica, entre eles, era muito mais que um simples espaço de estudos técnicos. Sobretudo foi um espaço de relações diversas, ricas, conflitantes e contraditórias, como o são as relações humanas. A Politécnica se apresentava como um circuito de ideias e doutrinas, de diferentes leituras especializadas e eruditas. Mas se apresentava também, nas demandas da lembrança e do sentimento, como um passado comum. De certo, foi a instituição onde os intelectuais mantiveram contato mais intenso e sistemático com a doutrina positivista. Porém, mais que isso, junto à filosofia comteana, as teorias evolucionistas e o darwinismo foram alguns dos principais modelos com os quais se confrontou essa geração, a fim de pensar a Amazônia e a nação como um todo. Em geral sempre tendo a evolução social como lugar comum de paradigma de desenvolvimento. Especialmente a partir da década de 1870, essas teorias se introduzem no Brasil e na Amazônia. De modo bastante específico e particular, entretanto; pois não se pode imaginar uma adesão unívoca a tais doutrinas. Um reducionismo desse tipo não permitiria a compreensão efetiva do processo social em que se imiscuem homens, ideias e lugares, compartilhando e constituindo um ambiente social e cultural que precisa ser entendido e explicado dentro de tudo aquilo que lhe é peculiar.

Os fatos e as datas são inequivocamente importantes ao historiador. Seus manejos e formas de abordagem reportam a uma percepção metodológica específica de tratamento do passado. Reportam a uma concepção de história. Reportam igualmente a um lugar social de produção do discurso historiográfico. Portanto, examinado o tratamento dado às datas e aos fatos, se descortinam não só os cânones historiográficos, mas também o projeto político de uma fração bem particular da sociedade. O dia em que foi fundada a cidade de Belém é exemplo disso. Qual esfinge, a sombra de incerteza sobre a data da fundação da capital paraense desafiou o espírito dos tricentenaristas. Em última análise, é especialmente curioso, senão raro e estranho, comemorar um aniversário do qual não se saiba a data. Pois bem. Assim se deu no princípio do século passado no extremo Norte do Brasil. Se hoje parece não haver qualquer dúvida quanto ao quadricentenário de Belém, a completar-se no dia 12 de janeiro de 2016, o tricentenário foi festejado em meio à grande desconfiança sobre em que dia

---

<sup>133</sup> ALVES, Isidoro Maria da S. Alves. (1996), “Modelo Politécnico, Produção de Saberes e a Formação do Campo Científico do Brasil”. In: M. A. Dantas, M. Paty & P. Petitjean (orgs). *A ciência nas relações Brasil-França*. São Paulo, EDUSP, FAPESP, p. 69.

Francisco Caldeira Castelo Branco teria efetivamente fundado a cidade de Belém do Grão Pará. E junto com ela o alicerce da civilização na Amazônia. O litígio sobre a data do aniversário da cidade é importante para elucidar como uma geração, tão ligada ao postulado cientificista da objetividade documental, encarou o problema. Como já foi visto, a noção de “centenário” supõe um escala temporal clara e definida, na qual se comemora repetidamente uma grande data, como uma cerimônia religiosa que se repete reiteradamente. Convém lembrar as palavras de Palma Muniz, que servem de epígrafe a este capítulo. Diz ele: “as datas e os acontecimentos importantes que se relacionam com a vida social, quer considerados como mundiais, religiosos ou profanos, como referentes a uma nação ou a um povo, a uma província ou a um Estado, a um município ou a uma agremiação, descendo até a família e ao indivíduo, exigem de parte dos interessados um culto, uma lembrança, uma recordação, todas as vezes que se repetem”. É sem dúvida algo no mínimo constrangedor para uma geração de historiadores “objetivos” desconhecer a data tida como a mais importante e inaugural da história local. Vejamos.

Anos mais tarde, em meados da década de 1950, examinando o tumulto que a incerteza causou no meio intelectual paraense do início do século, o historiador Ernesto Cruz (1898-1960), na obra *História do Pará*, avaliava que a data andou sendo “motivo para os cronistas andarem em desacordo”. Segundo ele, tudo em virtude de “um erro grave” de Bernardo Pereira de Berredo. Além de cronista, Bernardo Pereira de Berredo fora também administrador colonial, e governou o antigo Estado do Maranhão durante os anos de 1718 a 1722. Ainda em 1718, no início de seu governo, Bernardo Pereira conclui sua obra mais conhecida, os *Anais Históricos do Estado do Maranhão*<sup>134</sup>. Num breve estudo biográfico introdutório à edição de 1905 dos *Anais Históricos*, consta que Berredo costumava ler seus manuscritos em serões literários. Alguns desse escritos nunca foram publicados. O autor da nota introdutória pontua ainda, que a despeito da preocupação de Berredo pela forma e pela concepção estilística, alguns trechos de sua prosa são muito truncados, sendo “descuidado e confuso”<sup>135</sup>. Em todo caso, o certo é que os *Anais Históricos* estão entre as principais referências documentais do período colonial. É certo também que os *Anais Históricos* não definem precisamente a data exata da saída da frota de Castelo Branco de São Luiz do

---

<sup>134</sup> BERREDO, Bernardo de Pereira. *Anais Histórico do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo que mais nele tenha sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718: oferecido ao augustíssimo monarca D. João V. nosso senhor*. Florença: Typographia Berbéra. 1905 (3ª Edição). Cf. MIRANDA, Bertino. Berredo: sua vida, sua época, seus escritos. Prefácio à edição de 1905 (3ª edição) dos *Anaes Histórico do Estado do Maranhão*. In: *Annaes Histórico do Estado do Maranhão* Florença: Typographia Berbéra, 1905.

Maranhão; tampouco mensura o tempo gasto no transcurso da viagem. É justamente esse o descuido que Ernesto Cruz aponta como uma das principais razões para a controvérsia, além de uma inadvertência “injustificável em um cronista do seu tope”<sup>136</sup>.

Já às vésperas do tricentenário, muitos outros autores se lançaram à cata de toda sorte de informações e minúcias que pudessem auxiliar na definição da “grandiosa data”, e acabar de vez com o desacordo gerado no meio intelectual. Há que se notar, que por maior intensidade que tenha auferido no princípio de século XX, o problema não era recente, tampouco fortuito. Ganhou apenas fundo mais urgente e ares mais dramáticos. Décadas antes, no ano de 1895, o historiador luso-paraense, João Lucio de Azevedo (1855-1933), se interrogara sobre a data. Como resposta, somente pôde concluir que “com os elementos que temos, apenas é possível afirmar que a fundação do Pará teria lugar em fins de janeiro ou princípios de fevereiro de 1916”<sup>137</sup>.

Domingos Antonio de Raiol (1830-1912), na primeira edição de *História Colonial do Pará*, em 1894, confiava na assertiva de que a história da fundação da cidade teria se iniciado quando “três pequenos navios partiram em fins de novembro de 1915”; somente chegando ao Grão-Pará em 3 de dezembro daquele ano, contrariando portanto a afirmativa de João Lúcio de Azevedo. A polêmica é extensa, e se nesse momento fosse levada a diante chegaria ainda ao historiador Francisco Adolfo de Varnhgen que, segundo Raiol, “pretende pôr em dúvida o dia em que a expedição saíra do Maranhão alterando assim também o dia da chegada do mesmo ao Pará”<sup>138</sup>. É bom destacar que na interpretação de Ernesto Cruz, tanto Domingos Antonio Raiol como os demais autores, dentre os quais também Antônio Baena, não fizeram nada mais senão repetir o equívoco de Berredo, em sua imprecisa e “descuidada afirmativa”<sup>139</sup> de que Castelo Branco teria tomado o caminho da futura Belém estando “avançado já o mês de novembro”<sup>140</sup>.

Já agora podemos voltar à polêmica, não a este, mas a seu “segundo momento”. Ou seja, o que diz respeito ao esforço dos tricentenaristas em esclarecer a contenda. Mais uma

---

<sup>136</sup> CRUZ, Ernesto. Fundação de Belém. In: *História do Pará*. Belém-Pará: Universidade Federal do Pará, 1963. V. 1.

<sup>137</sup> AZEVEDO, João Lucio de. *Notas sobre a verdadeira data da fundação de Belém*. RSEP. v. 2, n 2-1. Belém, 1895, pp. 73; e BARATA, Manuel. *A jornada de Francisco Caldeira Castello Branco: Fundação da cidade de Belém. Estudo de História Paraense com documentos inéditos*. Rio de Janeiro: Cia Typ. do Brazil, 1904, p. 13-14 *apud* FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura*. São Paulo: Unicamp, 2001.

<sup>138</sup> Cf. RAIOL, História Colonial do Pará. In: *Obras Completas de Domingos Antônio Raiol*. Belém: SECULT, 1970, p. 243-282.

<sup>139</sup> CRUZ, Ernesto. *Fundação de Belém*, p. 61.

<sup>140</sup> BERREDO, Bernardo de Pereira. *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, p. 105.

vez, o que realmente importa neste episódio é indagar e examinar os significados ocultos por trás da importância que aqueles homens deram à questão. Não se tratava simplesmente de descobrir a data com a intenção única de que assim se pudesse finalmente fixar o momento em que se daria a celebração do Tricentenário. Mais que isso, a controvérsia revela um conteúdo simbólico tácito fundamental para entender suas perspectivas históricas e antropológicas; além, é claro, do universo de valores que agiam por trás dessas perspectivas.

Em 1915, esse “ponto obscuro de nossa história” apresentou-se como uma demanda que precisava de solução urgente. Para tanto, o *Anuário de Belém*, obra comemorativa ao tricentenário, dedicou parte de sua atenção à apresentação de documentos, artigos e notas de esclarecimento sobre o assunto. O volume esteve sob organização de Ignácio Moura, cujo parecer sobre o tema afirmava que “... nos primeiros dias de janeiro de 1916, por uma manhã clara de sol, Castelo Branco deveria ter fundado a sua nau na graciosa curva da enseada do legendário Guajará”. A impressão do engenheiro-historiador se revela já no recorte temporal da obra, 1616-1916. No entanto, apesar disso, o comitê julgou oportuno recorrer ao “esclarecido juízo crítico dos homens de letras e de todas as pessoas lidas na História da nossa cara pátria”<sup>141</sup>, razão pela qual entraram em contato com dois eruditos “amigos nossos e conhecidos mestres na história de nosso país”<sup>142</sup>. Um deles chamava-se Rafael Galanti, clérigo jesuíta, professor, autor de várias obras didáticas de história e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, fundado em 1905. O outro autor consultado foi o historiador João Von Franckenberg. Este, em resposta, enviou seu livro *História do Brasil*, obra de cunho didático, na época muito adotada nas escolas públicas do Rio Grande do Sul<sup>143</sup>; mas na qual “nada consta sobre o assunto”<sup>144</sup>. Já o clérigo jesuíta defendia que Castelo Branco “lançou ferro à baía do Guajará, formada pelo rio Moju, Acará e Guamá”, onde “tomou terra a 3 de dezembro, dia de São Francisco de Xavier, e, erguendo a imagem deste santo, começou a edificar uma cidade com o nome e invocação de Nossa Senhora de Belém”<sup>145</sup>. No final das contas, somente foi apresentada uma única versão: a de Galanti.

Apesar da convicção com a qual o clérigo jesuíta apresentou sua versão, não foi ela suficientemente satisfatória para que o comitê a reputasse válida à elucidação do episódio. Neste ponto é interessante notar que, em comum, ambos autores cultivavam uma perspectiva

---

<sup>141</sup> Fundação do Pará: 1615-1915. In: MOURA, Ignácio, (Org.) *Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915, pp. 114-116.

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> FRANCKENBERG, J. Von. *História do Brasil*. Porto Alegre: Rodolpho José Machado, s/d (4ª edição).

<sup>144</sup> PENNAFORT, Cônego Ulisses, Fundação do Pará, op. cit., p. 114.

<sup>145</sup> GALANTI, Rafael. *Compêndio de História do Brasil*. São Paulo, 1896-1905, seção IX, p. 392.

que muito agradava ao comitê em geral, e a Ignácio Moura, em particular: a que apresentava o cristianismo como valor e elemento qualitativo fundante do progresso, sobretudo moral e cultural. Nessa linha, João Von Franckenberg afirma que o cristianismo “é a religião dos povos que marcham à vanguarda da civilização”, e que na Oceania, África e Ásia se encontram povos que ainda “praticam os mais absurdos fetichismos”, uma vez que “não foram ainda catequizados”<sup>146</sup>; leia-se, civilizados. Mais adiante veremos as implicações deste quadro teórico.

O *Anuário de Belém* se constituiu numa espécie de arena de debates historiográficos. Tantos os partidários da versão de dezembro de 1615, quanto os da de janeiro de 1616, lá se fizeram representar. Uma dessas versões foi defendida pelo Cônego Ulisses Pennafort, patrono do Instituto Histórico do Ceará, no artigo *Fundação do Pará, 1615-1915*<sup>147</sup>. O título também deixa claro a opção do autor, que inicia seu texto lembrando que “a propósito de datas e fatos travou-se em Belém, não há muito, entre alguns escritores paraenses – Barão do Marajó, dr. Ignácio Moura e Arthur Vianna – interessante polêmica sobre a data da fundação do Grão-Pará”<sup>148</sup>. Ao final, após um breve balanço das versões, Pennafort explica que foi no clérigo português Manuel Severim de Farias (1583-1655) a quem “me socorri para afirmar positivamente que Francisco Caldeira Castelo Branco saiu do Maranhão a 25 de dezembro”. De Manuel Severim de Farias, Pennafort cita a *Relação* que principia de 1<sup>a</sup> de Março de 1618 até todo fevereiro de 1619, na qual constaria que a frota do herói fundador partiu do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615. Conclui afirmando que “eis que nos cumpre oferecer como subsídio para a história da fundação da cidade de Belém do Grão-Pará, cujo tricentenário iremos forçosamente rememorar no próximo futuro dia 25 de dezembro de 1915... Eis que cai por terra a data de 3 de dezembro”<sup>149</sup>.

A disputa pela memória oficial, como anteriormente mencionado, se fez ainda intensa por ocasião do tricentenário. O *Anuário* foi produto disso. Graças às investigações diplomáticas empreendidas no acervo da Torre do Tombo e outros arquivos de Portugal, por José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), Barão de Rio Branco, o comitê toma conhecimento e em seguida publica um documento considerado “precioso para a fixação do

<sup>146</sup> FRANCKENBERG, J. Von. *Compêndio de Geografia Elementar para o uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Rodolpho José Machado, 1903, p. 37-38.

<sup>147</sup> PENNAFORT, Cônego Ulisses, *Fundação do Pará, 1615-1915*. In: MOURA, Ignácio (Org.), *Anuário de Belém: Em comemoração de seu Tricentenário: histórico, literário e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915, pp. 114-116. Esse escrito foi publicado pela primeira vez no diário paraense *O Jornal*, Ano VI, n. 833, sexta-feira, 13 de maio de 1910, e reproduzido na revista *Palavra* de outubro de 1912.

<sup>148</sup> PENNAFORT, Cônego Ulisses, op. cit., p. 114.

<sup>149</sup> Idem, p. 116.

primeiro estabelecimento português na Amazônia”<sup>150</sup>. O conteúdo impresso admite que na noite de 25 para 26 de dezembro, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco desatraca do porto do Maranhão em direção ao que viria a ser a cidade de Belém. A partir das argumentações e das documentações, ganha força a versão para a qual o 25 de dezembro marca o início da viagem inaugural. Mas ainda “resta saber a data precisa desse grande acontecimento”<sup>151</sup>.

Entre os principais e mais ativos integrantes do comitê, Theodoro Braga (1872-1953) também se viu desafiado pela esfinge do tricentenário. Em dezembro de 1908, no *foyer* do Teatro da Paz, durante as festas de aniversário do intendente Antonio Lemos, o pintor apresentou sua obra-prima, àquela altura precedida por grande divulgação e esperada com ansiedade pela elite paraense. A obra retrata um antigo acontecimento: a fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará. Junto à apresentação da tela, o pintor distribuiu certa quantidade de uma pequena cartilha explicativa para a leitura da imagem. Apresentava-se ali a principal representação pictórica da chegada da frota de Castelo Branco a Belém. Para compô-la, foi necessário que o pintor se vestisse de historiador e se deitasse a desenvolver uma extensa pesquisa documental. As perspectivas e o contexto particular da arte amazônica em que esteve imiscuída a tela de Theodoro Braga, que se forjou no momento de germinação no qual se desenvolveu uma nova interpretação da história regional, receberam tratamento cuidadoso por parte do pesquisador Aldrin Moura de Figueiredo, que toma a tela do pintor-historiador como marco da invenção do modernismo na Amazônia<sup>152</sup>.

Mas apesar da enorme importância atribuída pelos autores, a questão da data não pareceu fundamental à pintura da tela histórica. Segundo Aldrin Moura de Figueiredo, “Theodoro Braga havia que se preocupar muito mais com as cenas, personagens, disposições, paisagens, vestes e cores. Como uma espécie de episódio embrionário, o retrato da fundação de Belém era, por si só e por isso mesmo, um mito fundador da identidade nacional na Amazônia”<sup>153</sup>. Noutro momento, porém, o pintor-historiador haveria de se pronunciar sobre o assunto. No ano de 1919, buscando demonstrar com precisão os episódios que há tanto vinham gerando controvérsias, Theodoro Braga expunha que a viagem de Castelo Branco “foi

---

<sup>150</sup> MOURA, Ignácio (Org.), *Anuario de Belém*, p. 87.

<sup>151</sup> Uma Data histórica, *Anuario de Belém*, pp. 87-89.

<sup>152</sup> Para uma análise minuciosa da tela de Theodoro Braga e do modernismo paraense e seus percalços, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. (tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2001. “A partir dessa tela, o pintor inventou o modernismo na Amazônia”, p. 1, capítulo 1.

<sup>153</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos*, p. 33.

feita navegando somente de dia para tomar as conhecenças da terra”, e que “apesar de demora durou ela 18 dias, chegando os expedicionais a 12 de janeiro de 1916, no local que escolheram para a fundação”<sup>154</sup>.

À medida que se passavam os anos e os festejos tricentenários iam se tornando registro do passado, nem por isso se esquecia a controvérsia. Hora ou outra a questão vinha a lume demonstrar as vicissitudes do longo e acirrado processo de disputa da memória e de invenção de tradições. Já findos os festejos natalícios de 1915-1916, em setembro de 1917 ainda se faziam ouvir ecos da questão nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Nessa ocasião, o problema da data voltava à cena em razão da visita de um dos principais historiadores brasileiros da época, José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), que percorreu diversas cidades da federação coletando material para sua volumosa História do Brasil<sup>155</sup>.

Confiando na vossa atuação generosa, assim como no zelo ardente com que vos empenhais pelo conhecimento das causas (mortas) e importância desta nossa terra, e comovido de que antes de mais nada devemos estar certos do dia da fundação da nossa cidade capital, como nosso torrão pátrio, venho por este meio rogar-vos intercedeis junto à comissão encarregada das memórias comemorativas do nosso tricentenário para que o laudo da mesma seja dado solenemente por ocasião da próxima recepção ao digníssimo historiador Dr. Rocha Pombo a passar por aqui em viagem de estudo<sup>156</sup>.

O ofício vem endereçado da parte de Pedro d’Almeida Genú ao Presidente do Instituto Histórico e Geográfico. Companheiro tricentenarista, Genú em várias sessões assumiu a função de secretário do Comitê Patriótico. Foi sua a ideia de solicitar ao Arcebispo de Belém a “concessão provisória da imagem do Santo Cristo que atualmente se acha na igreja das Mercês e que fora trazida por Castello Branco, do Maranhão, para que fique no Castello durante as festas do tricentenário”<sup>157</sup>. O preceito católico esteve sempre presente sob a percepção comum que associava religião, instrução e civilização. Essa formulação corriqueira na época foi amplamente partilhada por essa geração. Se um representante oficial da fé cristã podia afirmar que antes do “grande feito”, antes da fundação de Belém, “as trevas do paganismo adensavam-se por sobre os filhos das selvas, bárbaros e selvagens”<sup>158</sup>, somente

<sup>154</sup> BRAGA, Theodoro, *Noções de Chorographia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.

<sup>155</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1939. 10 v.

<sup>156</sup> IHGP, Ofício de 20 de setembro de 1917. Ofícios Recebidos -1917-1902. Pacote: 01.

<sup>157</sup> Tricentenário da Fundação de Belém. *Folha do Norte*, 12 de julho de 1915.

<sup>158</sup> ROCHA, Cônego Ricardo. Os Jesuítas e a Civilização no Brasil. In: MOURA, Ignácio (Org.). *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915, pp. 32-35.



ofuscada pela luz que “cintilou dos braços da cruz, as trevas dissipando, iluminando um novo mundo, que, d’ora em diante surgiria”; a impressão fundamental dessa interpretação seguia seu curso no peito do “patriarca da história paraense”<sup>159</sup>. Numa conferência pronunciada em 7 de agosto de 1923, realizada como parte da comemoração do centenário da Adesão do Pará à independência do Brasil, e que teve como tema a trajetória de Padre Antonio Vieira e o aniversário da reinstalação da Companhia de Jesus, Ignácio Moura referia-se à instituição católica como a “timoneira da nossa civilização”. Pois “por todos os países por onde passou aquela caravana austera da civilização cristã, eram eles considerados os obreiros máximos na edificação social dos povos”<sup>160</sup>. Do tricentenário ao centenário da adesão, essa percepção se manteve organizando as interpretações sobre o papel do catolicismo e do indígena na região. Mais adiante retomaremos este assunto.

Por ora, o contexto que explica o ofício remetido por Almeida Genú se relaciona ao concurso sobre as “Memórias Tricentenárias”, projetado e organizado pelo comitê, ainda em 1915. Assim como o certame de poesia sobre a “evolução sentimental dos Neengaibas”, este não saiu como previsto. Daí a cobrança de Almeida Genú, que esteve entre os concorrentes ao prêmio. Além da recompensa, “o meu pedido se funda ainda mais na necessidade que tenho de fazer o meu trabalho entrar no prelo juntamente com os outros estudos sobre o nosso Estado”<sup>161</sup>. Fica claro, nesse episódio, que as celebrações cívicas se constituíram, para aqueles patriotas-pesquisadores, também num forte propulsor de estudos e publicações sobre a história regional.

Os ecos da querela seguiram em frente. Anos mais tarde, no princípio de sua conferência de inauguração da Universidade Livre do Pará, Henrique Santa Rosa revisitava os primeiros dias da fundação. A conferência versava sobre tema aparentemente alheio à questão, pois deveria discorrer sobre os aspectos topográficos de Belém. O momento era o da inauguração da nova instituição de ensino superior no Pará. Era o dia 15 de junho de 1924. Esse acontecimento foi precedido pelo esforço de homens que, juntos, conceberam a criação da Universidade Livre do Pará. Jaime Aben-Athar, Camilo Salgado, Elias Viana, Ignácio

---

<sup>159</sup> Na ata da sessão da Assembleia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar seu 1º aniversário, o orador oficial do Instituto, Luiz Estavam do Oliveira, assim se referiu a Ignácio Moura atribuindo a designação do historiador Rocha Pombo. Cf. IHGP, *Ata da sessão de assembléia Geral do Instituto Histórico e Geographico do Pará, realisada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversario desse Instituto*. Livro de ata – 6/03/1917 a 6/ 03/1931. - pacote: 03.

<sup>160</sup> MOURA, Ignácio. *Os Jesuítas e Antonio Vieira no apostolado pala liberdade dos índios no Grão-Pará*. Belém: Tipographia da Revista España, 1923. A conferência foi recentemente reeditada em *Estudos Amazônicos*, V. II, nº 1, julho/dezembro de 2007. Belém, Alves Gráfica e Editora, 2007, pp. 81-118.

<sup>161</sup> IHGP, *Ofício de 9 de outubro de 1917*. Ofícios Recebidos -1917-1902. Pacote: 01.

Moura e o próprio Henrique Santa Rosa, lançaram-se em mais essa empreitada. Antes de versar sobre os aspectos topográficos de Belém, tema da conferência, Santa Rosa falou à platéia sobre “o natal de 1615”, data “escolhida para que, do porto de São Luiz, se fizesse de vela a esquadilha de Francisco Caldeira Castelo Branco”. O momento era o de falar sobre algo novo. Sobre o “começo de uma nova era”. O curioso nisso é que assim iniciava uma exposição que se destinava a tratar de assuntos da topografia de Belém. A princípio, parece vã deambulação, mas acontece que o autor se via como que obrigado à recapitulação histórica e a “assinalar os fastos da conquista portuguesa na colonização do Norte”<sup>162</sup>.

No fundo, Henrique Santa Rosa vinha se especializando e se notabilizando em estudos de geografia histórica, bem de acordo com a compreensão forte na época, segundo a qual não se podia entender completamente a dinâmica social caso fossem descoladas as “irmãs siamesas”. Isto é, se a história fosse pensada apartada da geografia. Nessa operação historiográfica, o engenheiro-historiador justifica sua opção pela escolha portuguesa de 1616, a escolha que deu início a uma nova civilização. Longe das insurgências do destino e do acaso, para “garantir a estabilidade da fundação da colônia”, a localização geográfica da cidade de Belém, segundo ele, não foi uma escolha tomada aleatoriamente. Muito ao contrário, foi fruto da investigação estratégica do homem civilizado: o “ponto de vista defensivo foi o predominante nesse primeiro momento da fundação”, mas não o único. Outro aspecto certo para Santa Rosa era o de que o colonizador, desde muito cedo, teria tido a sagacidade de escolher um sítio “forte por natureza”. Nesses termos, o engenheiro – agora geógrafo-historiador – segue narrando a história da ocupação e do crescimento da cidade, explicando as peculiaridades físicas da região, sempre reiterando a sapiência portuguesa na escolha do local em que edificou a cidade de Belém.

A expressão “nova era” significa uma época ainda por vir, mas que, em geral, já se presume afortunada em progresso, glória e prosperidade. Comumente é usada em detrimento de um momento anterior pretensamente adverso e desafortunado, ou, no mínimo, de menor prestígio. A distinção é sobretudo qualitativa. Esse é um dado importante para os parâmetros historiográficos da época. Pois aqui, a expressão “nova era” delimitava o início da história da Amazônia somente a partir da chegada da civilização. Além disso, Santa Rosa precisava salientar que a cidade de Belém havia sido fundada de acordo com a escolha da topografia mais apropriada, e que essa dimensão geográfica, em última análise, determinaria a evolução

---

<sup>162</sup> SANTA ROSA, Henrique. *Belém e sua Topografia: conferência realizada em 15 de junho de 1915 na Universidade livre do Pará*. Belém: J. B. dos Santos & Ca, 1924, p. 3.

futura da civilização na região. Sem dúvida, como se pode ver, não foi pequena a mobilização e o interesse em solucionar o “episódio inaugural da historia paraense”.

Ao final, o tricentenário foi comemorado em meio a uma tradição vacilante e em vias de invenção <sup>163</sup>. As diferentes leituras que se gestaram na década de 1910-1920 sobre aqueles distantes tempos de 1615-1616 informam bastante quanto aos métodos, abordagem e percepção do tempo histórico, e suas relações com o objeto. Além do quadro “puramente” historiográfico, informam muito sobre a sociedade paraense do início do século vinte, o que significa dizer que traços daquela sociedade surgem desenhados, em alguns de seus aspectos, a partir da forma como os polígrafos-historiadores se relacionaram com o passado. A data do “grandioso marco fundador da nova civilização” foi apenas uma das muitas dissensões que exacerbaram os ânimos dos intelectuais, e talvez o mais categórico exemplo do gosto dessa geração de polígrafos pelo saber histórico, cujos pressupostos assentavam-se na objetividade documental e nos limites sugeridos pela categoria “progresso”, que manifesta certa determinação do tempo histórico enquanto uma relação necessária de causa e efeito. Porém, “progresso” não se trata meramente de uma categoria abstrata; ao contrário, era uma categoria particularmente tangível para a geração que assistiu às modificações urbanas promovidas pelo fogo-fátuo da borracha. Para além de uma caracterização material, diz respeito também a um estado de “adiantamento” moral, espiritual, cultura e político. Essa é a percepção tácita na querela, pois a chegada portuguesa era o símbolo-mor da introdução da civilização na Amazônia, civilização que agora era vigorosamente reivindicada.

### **2. 1. 2. O artista indígena: ancestralidade e civilização na Amazônia.**

Oscar Wilde lembra que a finalidade única da arte é ocultar o artista e revelar o belo. Para ele, o artista não é outra coisa senão o criador de coisas belas. A contemplação e o deleite pelo belo eram encarados, pela intelectualidade paraense, como ato inequívoco da sociedade civilizada. Já em solo paraense, a finalidade da arte era a de comprovar reiteradamente a existência de civilização. A de que aqui, como no Velho Mundo, também se contemplavam e cultivam o belo e o civilizado. Neste ponto se levanta uma questão importante de se observar. Se o que interessava a esses sujeitos era equacionar presente e passado para que juntos dessem sustentabilidade à memória de três séculos de

---

<sup>163</sup> A respeito das discussões sobre invenções de tradições, vale lembrar o clássico estudo de HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *Invenção das tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

desenvolvimento da civilização na Amazônia, qual o papel reservado para a sociedade anterior à chegada do Europeu? Que tipo de herança esse ancestral amazônico podia ter deixado à mocidade local?

Sob o pincel dessa geração, várias imagens foram elaboradas retratando o primeiro contato entre os adventícios e os naturais da terra. Em todas elas, a figura do índio aparecia; renitente é certo, mas às vezes de modo bastante inusitado. Seja em poesias, prosa ou pinturas, comumente apresentavam em louros a grandiosa obra dos conquistadores portugueses que “sedentos de glórias, iam loucos buscar,/ com a cruz da lusa espada, vitória ao mar”<sup>164</sup>. Mas o tema não é a reação ou a percepção indígena ante a chegada do visitante desconhecido, a não ser para esboçar um espanto solícito. Paira sobre a cena uma atmosfera de heroísmo e triunfo; há algo de grandioso e soberbo, tanto na representação do ambiente amazônico – que aparece sob o signo da natureza fecunda, densa e selvagem – como na figura do conquistador. A perspectiva é clara. O que está em pauta é a chegada gloriosa do homem civilizado desembarcando a “guarnição ali onde hoje existe o forte do Castelo”. São os primeiros passos, os primeiros estabelecimentos. É o que está em foco. Para assim ratificar a afirmação de que uma vez a conquista realizada, o que vem por diante são as “douradas esperanças”, pois agora está “lançada a primeira pedra no fecundo terreno de uma futura cidade”<sup>165</sup>. Estes “são fatos que anunciam a vida futura de um Estado, que por enaltecerem a ação dos conquistadores, enalteciam por igual, as esperanças de um novo povo, de uma nação nova, a surgir na aurora de seus futuros destinos e de uma nova civilização”<sup>166</sup>.

Eis aqui definido o início de um Estado civilizado, e esta determinação não se limita meramente a uma lucubração solitária. Esta percepção bem pode ser estendida àquela geração de intelectuais; muito embora seja sempre delicado ao historiador esse tipo de transmutação de escala, em que a partir de um grupo ou de um indivíduo se estende sua assertiva para a sociedade em geral<sup>167</sup>. O certo é que há sempre algo de ideológico posto nas edificações de marcos e divisores de águas. O que aqui está em questão é um projeto nacional, uma vez que é a partir da chegada do europeu que foi contada a história da Amazônia. Somente a partir deste marco que se iniciaria a história da região. A indagação que se impõe diz respeito à forma e às premissas segundo as quais essa geração encarou o papel ou o “problema” do

---

<sup>164</sup> A Alma Portuguesa, *Folha do Norte*, 1 de janeiro de 1915.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> Idem.

<sup>167</sup> Sobre o problema da escala em história, consultar LEPETIT, Bernard. Sobre Escala na História. In: Jacques Revel (Org). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 77-102.

índio. Teriam eles mensurado alguma forma, mínima que seja, de contribuição da tradição indígena à construção da civilização, ou os indígenas somente eram um constrangimento à modernidade na Amazônia? Seria a índole do indígena amazônico totalmente alheia à manifestação de qualquer “nobreza” de sentimento? E o que fazer com essa tradição? Em se tratando de uma geração empenhada em identificar a Amazônia, a partir de sua memória, como uma região moderna e civilizada, parte especial na totalidade da nação, simplesmente trancar o índio na jaula da barbárie e da selvageria não seria também macular a própria gênese do homem amazônico? Sem dúvida, àquela altura o evolucionismo cultural foi um valor amplamente compartilhado; mas não seria contraditória a tentativa de demonstrar reiteradamente seu *status* civilizado ao passo que sua origem remontaria à barbárie indígena?

Parece-nos contraditório, talvez o seja; mas é certo que não se tratava somente de dizer que Belém era então uma cidade salubre, moderna e civilizada, pouco deixando a desejar aos maiores centros urbanos do Brasil ou da Europa. A preocupação ia além. A fim de encaixar a região numa longa tradição de civilização e modernidade, não era somente o presente que estava em jogo. Presente e futuro estavam inscritos no passado. A labuta do patriota-historiador crescia no paradoxo entre o imperativo científico de verdade (pautada na documentação) e a fidelidade cívica, a fim de construir uma memória nacional exemplar; onde o passado servisse como uma coleção de exemplos, de modo que fosse possível instruir por meio dele. A história é entendida como *magistra vitae*, mestra da vida, termo cunhado por Cícero e ligado ao contexto da oratória, onde o orador é capaz de atribuir o sentido de imortalidade à história como instrução para a vida. O passado imortalizado é aquele que ensina por meio de exemplos, premissa igualmente fundamental à fisionomia teórica e metodológica dessa historiografia, que se registra numa base bastante prática; aliás, a principal tarefa que Cícero atribuía à historiografia era especialmente dirigida à prática, sobre a qual o orador exerce sua influência: ele se serve da história como uma coleção de exemplos a fim de que seja possível instruir por meio dela. No contexto da retórica é que nasce o termo história *magistra vitae*, a história exemplar, a história que ensina, fundamentada numa moral a ser estimada e da qual os grandes homens do passado dela deram mostra, e que supõe um eixo linear do tempo histórico; isto é, um *continuum* histórico. Passado e presente não estavam

separados; faziam parte da marcha em direção ao progresso. Nestes termos é que se encaixava o passado amazônico: num futuro que se deixa instruir a partir do passado <sup>168</sup>.

Uma primeira resposta a essas questões diz respeito ao fato de que a contradição não é algo estranho ao gênero humano; ao contrário. Tampouco cabe ao historiador tornar pertinentes e coerentes as contradições ou pretensas contradições do passado. Pois bem; se aqueles homens tiveram ou não consciência dessa contradição, é outra questão, mas certamente a clarividência não faltou a todos. A questão da origem sempre fez parte de certa tradição historiográfica, e não raramente agasalhou um projeto de nação, como o romantismo brasileiro, quando se preocupou em preservar o lugar de um índio inverossímil na formação da nossa nacionalidade, pintando-o de modo muito curioso: um fidalgo português. Já Varnhagen somente concedia uma nota de lisonja a índios e negros mediante seus respectivos processos de aculturação e aceitação dos valores portugueses, isto é, desde que não fossem tão índios ou excessivamente negros <sup>169</sup>.

A gestação de um projeto nacional capaz de inserir nos cânones da civilização uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades bem específicas. Eidorfe Moreira sugeriu que a literatura histórica e didática paraense abrigava tacitamente a projeção de uma sociedade civilizada alicerçada na ideia de progresso e evolução cultural <sup>170</sup>. Durante o século XIX, esta literatura exibiu a representação de um indígena distante da realidade, preso a um passado; o que permite deduzir que houve incentivo pedagógico à difusão dessa imagem, e que a geração da década de 1910 cresceu tendo em mãos essa literatura didática. O que é preciso assinalar é que essa geração marcou uma sensível, mas importante mudança de eixo interpretativo. Os historiadores amazônicos das décadas de 1910-20 tiveram que lidar com um problema bastante particular na medida em que conviveram com duas imagens distintas e conflitantes: de um lado, a efígie da Amazônia como “terra de índio” e de barbárie; de outro, assim como Manaus, se impunha sobre a região a imagem de metrópole da borracha, centro civilizado.

O papel do índio é um dos elementos que marcaram esse novo eixo interpretativo dessa geração. Se outrora o índio era visto como um ser distante da realidade, preso num tempo outro, já felizmente superado, não merecendo ser alvo de estudo; agora, no início do

---

<sup>168</sup> KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.

<sup>169</sup> WEHLING, Arno. Moral romântica em construção da memória. In: *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 57-74.

<sup>170</sup> MOREIRA, Eidorfe. *O livro Didático Paraense: breve notícia histórica*. Belém: s.n., 1979.

século XX, os pesquisadores já o incluíam como um objeto de investigação. Logo em seguida, porém, descartavam sua inserção enquanto expressão da história da civilização, num imperativo de “inclusão científica e exclusão ideológica”<sup>171</sup>. Neste ponto é preciso fazer uma ressalva importantíssima. Não obstante o índio carregar o peso do signo da barbárie para boa parte daqueles intelectuais, e recebendo mesmo a inclusão científica a custo da exclusão ideológica, na Amazônia houve a implementação de outra leitura sobre a figura indígena. Não sem alguma ambiguidade, é verdade.

Em meio à tensão entre modernidade e retardamento cultural, a elaboração da nova interpretação da história da Amazônia apreciou como um lugar comum o nosso evolucionismo cultural a partir da chegada do europeu; mas não podia negar integralmente as raízes indígenas. Apesar da história da região ter sido contada a partir do marco zero da fundação, o passado antecedente à chegada europeia foi lido e apropriado de formas diversas. Numa interpretação muito interessante e significativa, a região que agora se pretendia moderna e civilizada, embora sua origem remontasse a um ancestral “tão afastado da luz intelectual, do progresso e da civilização”<sup>172</sup>, carregava o germe, mesmo capenga e precário, da inteligência e do avanço. A própria formação físico-geográfica da região Amazônica é signo do progresso. Em citação ao naturalista alemão Alexander Von Humboldt, Henrique Santa Rosa reitera que “tal é a região banhada pelo Rio Amazonas” que “mas cedo ou mais tarde se há de concentrar a civilização do globo”<sup>173</sup>. Porém, não só a riqueza natural abriga o potencial evolutivo da região. Ao contrário de um silvícola rude, tosco e sem nenhuma manifestação de gosto e estima estética, ao invés de um antepassado grotesco, estranho à manifestação do belo, Theodoro Braga apreciava uma imagem muito peculiar do indígena amazônico, cuja habilidade e sutileza permitiam-lhe que mesmo “sem o instrumento moderno que os auxiliasse na pureza das linhas retas ou curvas” tivessem eles “a intuição da simetria na divisão geral do objeto”; “da harmonia não só nos detalhes como do conjunto da ornamentação, do equilíbrio dos assuntos escolhidos, enfim uma orientação pré-estudada para cada ornamentação”<sup>174</sup>.

---

<sup>171</sup> COPANS, Jean. Da Etnologia à Antropologia. In: J. Copans et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1988, pp. 11-41 *apud* FIGUEIREDO, Aldrin Moura de, op.cit.

<sup>172</sup> BRAGA, Theodoro. A Arte Brasileira através da cerâmica da Ilha do Marajó. In: MOURA, Ignácio (Org.). *Anuário de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: histórico, artístico e comercial*. Belém: Imprensa Oficial, 1915, pp. 135-136.

<sup>173</sup> SANTA ROSA, Henrique. *História do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926. p. 103.

<sup>174</sup> BRAGA, Theodoro. A Arte Brasileira através da cerâmica da Ilha do Marajó. In: MOURA, Ignácio (Org.). *Anuário de Belém*, op. cit., pp. 135-136.

Segundo Aldrin Moura de Figueiredo, os esforços de Theodoro Braga e de Ignácio Moura representaram os trabalhos mais conclusivos sobre o papel do “selvagem” diante da “civilização nacional”. Em suas análises sobre a formação social e sobre o caráter do povo brasileiro, ambos buscaram incorporar outra versão do índio, como representação do nativo, “mas essa inclusão se deu com o expresso objetivo da exclusão”<sup>175</sup>. Enquanto o pintor-historiador divulgava sua obra-prima, a tela histórica que narrava a fundação da cidade de Belém, em 1908, o engenheiro-historiador apresentava seu estudo *Sur le Progrès de l’Amazonie et en plus ses Indiens*, no célebre Congresso Internacional dos Americanistas de 1908, em Viena, com uma explicação análoga e de fundo semelhante àquela visualizada no quadro de seu colega. Ambos se investiam de historiador do presente, militantes na arena pública das letras, para escrever a história da nação. Noutro texto, publicado no livro do Tricentenário, o Anuário de Belém, Theodoro Braga afirmava que não se cansava de visitar “os ricos salões do Museu Goeldi, jóia preciosíssima que possui a cidade de Belém”. “Gosto de ir lá nos dias tranqüilos”, diz ele; “deixar passar minha imaginação sobre cada objeto, produto da inteligência de uma não pequena parte da humanidade”. Certamente desejava nesse momento estabelecer umnexo, tênue que seja, entre a origem ancestral amazônica e o desenvolvimento intelectual que caracterizava o estágio civilizado das grandes nações europeias. Embora a civilização se insinuasse a partir da presença europeia, seria um grande problema se a origem de homem amazônico não passasse de um ancestral bronco e rude. Sua imaginação seguia passeando sobre objetos indígenas e cismava quanto ao “que produziriam esses selvagens se a luz impagável da instrução indicasse a facilidade de execução, entregando-lhes instrumentos de precisão e nitidez”. O “artista indígena evitou as linhas pesadas”, sendo capaz de desenvolver “trabalhos de desenho linear executados tão cuidadosamente, tão inteligentemente”. Há inclusive “um fragmento de um prato, talvez, ou coisa que a isso se assemelhe, em que a ornamentação escolhida e executada, lembra a cruz *gammée*<sup>176</sup> dos antigos gregos cheia de um simbolismo inexplicável; dão ao conjunto uma

---

<sup>175</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil-Reino, 1908-1931. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 2, p. 25-41, 2008, p. 35.

<sup>176</sup> *Croix gammée* ou suástica é um símbolo místico encontrado em muitas culturas em tempos diferentes, dos índios Hopi aos Astecas, dos Celtas aos Budistas, dos Gregos aos Hindus. Alguns autores acreditam que a suástica tem um valor especial por ser encontrada em muitas culturas sem contatos umas com as outras. Os símbolos a que chamamos suástica possuem detalhes gráficos bastante distintos. Vários desenhos de suásticas usam figuras com três linhas. A nazista tem os braços, apontando para o sentido horário, ou seja, indo para a direita e roda a figura de modo a um dos braços estar no topo. Outras chamadas suásticas não têm braços e consistem de cruzes com linhas curvas. Os símbolos islâmicos e malteses parecem mais hélices do que propriamente suásticas. A chamada suástica celta dificilmente se assemelha a uma. As suásticas budistas e hopi



simplicidade e uma riqueza de gosto que eu não sei se poder-se-ia achar tão feliz decoração”<sup>177</sup>. A alusão metafórica à civilização grega não poderia ser mais entusiasta e eloquente; mas a despeito disso não negava a “selvageria indígena”. Realmente os considerava selvagens; mas tampouco eram quaisquer selvagens, assim como o do romancista inglês Aldous Huxley (1894-1963) não o era. O Selvagem de *O Admirável Mundo Novo* é filho da civilização, embora tenha crescido perdido na selva, junto à sua mãe “descivilizada” em meio aos selvagens condenados ao atraso e à lucidez, já que não dispunham do suave alucinógeno da satisfação artificial. Ao contrário, o selvagem de Theodoro Braga e os “aristocratas Tocantins” de Ignácio Moura são total e genuinamente silvícolas, mas ambos carregavam atributos especiais. Demonstravam “preocupação de um gozo para os olhos com ornamentações graciosas, e um prazer intelectual em se cercarem de elementos superior às brutas e exclusivas necessidades da vida material”<sup>178</sup>. Eis aí a tensão entre o imperativo de civilização à moda ocidental e o desejo de valorização regional vivida por aquela geração.

### **2. 1. 3. Templo cívico, a capital festeja a nação.**

O século XX anuncia uma nova mentalidade e uma mudança de postura da intelectualidade paraense. Agora, o que se queria era forjar uma nova identidade nacional na Amazônia, diferente daquela propalada no século anterior. Mais que celebrar a região, sob o limbo republicano esses sujeitos queriam mesmo era glorificar a nação. Havia ainda certo ressentimento sobre o modo como a região era vista em nível nacional, especialmente a respeito da imagem que gozava no sul e sudeste. Mas agora, em tempos republicanos, era a hora de mudar esse quadro. Para isso, acharam necessário revisar e recontar a história da Amazônia. A questão, para essa geração, não era somente modernizar a infra-estrutura urbana e o conhecimento sobre as áreas e território dos interiores. Do presente ao passado, o que queriam mesmo era encaixar a história da Amazônia numa longínqua tradição de modernidade e civilização. Portanto, não havia ocasião mais oportuna que Tricentenário. Entretanto, não cessavam de frisar que “não celebramos nós, somente, o fato local da fundação desta cidade”. Mais que isso, lhes interessava pensar o Brasil como totalidade.

---

parecem reflexos no espelho do símbolo nazista. Na China há um símbolo de orientação quádrupla, que segue os pontos cardeais; desde o ano 700 ela assume ali o significado de número dez mil. No Japão, a suástica (manji) é usada para representar templos e santuários em mapas. Cf. DAVIS, Renée. *La Croix gammée, cette énigme*. Paris: Presses de la Cité, 1967.

<sup>177</sup> Idem, ibidem.

<sup>178</sup> Idem, ibidem.

Totalidade na qual a Amazônia se constituía numa fatia muito especial: “depois da descoberta do Brasil, nós celebramos o fato mais grandioso da história do Brasil, aquele de que defendeu a sua maior capacidade territorial, e o alargamento imensurável de suas fronteiras, e quiçá constituía a base principal de sua existência, pujança, vitalidade no seio das demais nações do novo mundo”<sup>179</sup>.

Aqui se conformava uma forte tradição da historiografia amazônica das primeiras décadas do século XX. Marcada para dezembro de 1915 e janeiro de 1916, as festividades tricentenárias contaram com vasta programação constituída de desfiles cívicos e marchas de rua. Entre o cronograma tricentenário, constou a elaboração do *Álbum Histórico*, que tinha a missão de “rememorar os ‘Grandes Vultos’ que pelos seus feitos se têm recomendado à veneração pátria”<sup>180</sup>. Se o desejo era o de cativar, para isso realizaram um certame público a fim de selecionar um hino oficial para o evento. Como se não bastasse, foram realizados festivais, exposições e congressos variados. A programação foi extensa e esteve sempre de acordo com os postulados da nova história que estava em vias de edificação, com o compromisso precípua de elaborar uma identidade nacional pautada no discurso democrático do republicanismo francês. O espaço para o debate público sobre o patriotismo e sobre a história da região estava aberto como em poucos momentos da vida do Estado. Isso apesar da década de 1910 sofrer o estigma de estação de decadência econômica e cultural, em virtude da crise da goma elástica.

Antes de mais nada, esses homens se viam imbuídos de um senso de responsabilidade social que os fazia sentir-se como que responsáveis pelo progresso e melhoramento da região, material e espiritual. Uma vez que o passado revelava a chave do progresso futuro, era sempre lembrada a responsabilidade do historiador em não deixar apagar a tocha pátria que iluminaria as gerações vindouras e tiraria o povo de sua alienação cívica. Com vista nisso, foi pensado o Congresso Paraense de Instrução em meio às festas tricentenárias. Não se tratava tão somente de relembrar uma antiga data, mas sim de glorificá-la projetando os ensinamentos do passado para adiante. Daí a atenção dedicada à iniciação da mocidade no estudo, no trabalho espiritual e no amor à pátria. Na verdade, era algo bastante corriqueiro aparecerem notas de exortação à mocidade, seja em discursos eloquentes ou via imprensa. As chamadas sempre clamavam a dedicação ao estudo científico e ao labor da juventude em prol da nação:

---

<sup>179</sup> Tricentenário de Cabo Frio, *Folha do Norte*, 12 de outubro de 1915.

<sup>180</sup> Cf. IHGP, *Livro do Arquivamento, 1917-1921* (Convite do Comitê Patriótico).

Continuam, sob os melhores auspícios, os trabalhos do “comitê” do tricentenário da fundação de Belém.

Anteontem uma comissão do diretório foi ao palácio agradecer ao coronel Egídio Leão de Salles, secretário do Interior e Instrução pública, a solicitude com que se desempenhou da missão que, a pedido do “comitê”, tomou a seus ombros, [deve faltar algum texto aqui] fazem pelo professorado das escolas públicas as teses sobre história regional, que devem ser trabalhadas pelos srs. Professores e explicadas aos alunos dos respectivos estabelecimentos. A comissão pediu também ao chefe de departamento de Instrução Pública que significasse o mesmo agradecimento aos srs. Professores e professoras dos estabelecimentos de ensino que, esforçadamente, estão dando cumprimento às circulares daquela secretaria sobre as referidas teses <sup>181</sup>.

Esse desígnio pedagógico orientou o Congresso de Instrução. Foram apresentadas em sessões solenes as pesquisas realizadas por diversos professores das escolas públicas do Estado, ficando a cargo de cada um deles a implementação e apresentação das teses de história regional. Estimulando a pesquisa histórica e apresentação de seus resultados, pretendia-se expandir o conhecimento das raízes regionais, fundamentais para identidade local. A questão da identidade brasileira foi tratada como elemento fundador da nacionalidade nascente, onde a história encabeçou as diretrizes das interpretações sobre a nova fisionomia da nação. Nesse movimento irromperam historiadores das mais diversas áreas do conhecimento, sejam pintores, professores, engenheiros, clérigos ou literatos. Num sentido bem nítido de paladinos da pátria, havia latente um sentimento iluminista que marcava a diferença em relação a um “mundo exterior” para o qual deveria ser levada a tocha da glória e do exemplo pátrio, responsável pela iluminação do passado no presente. Traçando a perspectiva de um futuro venturoso, não à toa dedicavam olhar especial à juventude. O Congresso de Instrução foi organizado intensamente durante o segundo semestre de 1915 e somente foi realizado na primeira quinzena de janeiro de 1916. Entre outros trabalhos, chamam atenção a exposição da monografia *A arte na literatura nacional*, de Misael Seixas<sup>182</sup>; e *A índole dos nossos selvagens existentes na época da fundação de Belém*, de Germina Pinto<sup>183</sup>. Esses foram temas clássicos para época, e por isso constantemente revisitados, como vimos.

Numa perspectiva que buscava ilustrar claramente o enorme salto evolutivo que se deu na região desde 1615-16 até 1915-16, numa única exposição o Comitê alocou os antepassados indígenas lado a lado aos grandes vultos que se destacaram no adiantamento da Amazônia.

---

<sup>181</sup> O Tricentenário da Fundação de Belém. *Folha do Norte*, 22 de julho de 1915.

<sup>182</sup> Misael Correa de Seixas nasceu em Belém em 1880. Jornalista, escritor e professor. Formou-se pela faculdade de direito em Recife. Membro da Academia Paraense de Letras, cadeira nº 2, patrocinada por Jose Álvares da Cota.

<sup>183</sup> Congresso Paraense de Instrução. *Folha do Norte*, 6 de janeiro de 1916.

Sob a coordenação Henrique Santa Rosa, organizou-se uma coleção de autógrafos dos homens ilustres do país. A coletânea estava designada a figurar em uma das galerias da Exposição Histórico-indígena, que se destinava a “recordar os costumes dos nossos antepassados e a marcha do nosso progresso”<sup>184</sup>. Seguindo a linha do progresso, a coleção contava com os “importantíssimos autógrafos de Ruy Barbosa, Visconde de Ouro Preto, Conde de Affonso Celso, Barão do Guajará, Tito Franco de Almeida, Ferreira Pena, dr. Américo Santa Rosa, Antônio Lemos, Justo Chermont, Lauro Sodré, José Veríssimo e dr. José Joaquim de Assis”. Na cata de figuras exponenciais que exaltassem o nome da região, o comitê não deixou de pedir auxílio a “todos os cidadãos que possuam autógrafos” de “homens ilustres do país, especialmente do Pará”<sup>185</sup>. Num diálogo contraditório, ainda que excluindo ideologicamente o indígena, essa historiografia buscou pinçar alguns traços que demonstrassem uma designação natural à civilização.

Em sentido análogo ao da coletânea de autógrafos, organizou-se também a Galeria e o Álbum Históricos. A primeira tratava-se de uma montagem de objetos antigos que julgassem de valor histórico. Já o Álbum Histórico se constituía numa compilação de fotografias da gente ilustre da região. Eventos abertos à visitação pública, em ambos os casos o comitê buscava estimular ao máximo a participação popular, e quando possível, ajudando a compô-lo, por exemplo, enviando “todo e qualquer objeto antigo”, tais como “utensílios, vestuários, quadros, relíquias, moedas, jóias, livros, mapas, desenhos, pinturas, ornatos, artefatos indígenas”<sup>186</sup>:

#### **Galeria Histórica.**

Continuam a chegar ao forte do Castelo vários utensílios e relíquias de valor histórico, destinados a figurar na próxima exposição daquele monumento ancestral.

O artista Raymundo Felix da Costa remeteu um candelabro, obra talhada em madeira, com uma antiguidade de mais de 120 anos.

De Cameté chegou uma cadeira de velha rusticidade artística, em que se parece ter sentado o legendário Padre Prudêncio.

O sr. Geneho Borralho, comandante do “Cassianá”, foi comissionado pelo “comitê”, para angariar antiguidades na região tocantina<sup>187</sup>.

#### **Álbum histórico**

O organizador do Álbum Histórico, fotógrafo Benedito Bastos, tem recebido fotografia de diversas notabilidades sociais e políticas, que devem figurar na dita obra, fornecida cavalheirescamente por distintas pessoas que têm ocorrido ao seu

<sup>184</sup> IHGP, *Exposição Histórico-Indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916*. Arquivo Palma Muniz – Fundo Palma Muniz; Série Panfletos – 1909-1927, Caixa nº 01.

<sup>185</sup> Fundação de Belém. *Folha do Norte*, 8 de novembro de 1915.

<sup>186</sup> IHGP, *Exposição Histórico-Indígena no Castelo de 25 a 31 de janeiro de 1916*. Arquivo Palma Muniz – Fundo Palma Muniz; Série Panfletos – 1909-1927, Caixa nº 01.

<sup>187</sup> Álbum Histórico. *Folha do Norte*, 11 de julho de 1915.

estabelecimento fotográfico, à praça Visconde do Rio Branco, n. 14, para levar-lhes retratos de seus antecedentes notáveis.

O sr. Bastos espera das pessoas que possuem retratos desses ilustres varões, a fineza de lhes levarem acompanhados, sempre que for possível, de ligeiros traços biográficos, citando entre vários os seguintes:

Agassis, Humboldt, Hartz, Condreau, Martius, Espite, Jacques Ruber, Ferreira Penna, Barbosa Rodrigues (naturalista); cônegos Baptista Campos e Siqueira Mendes, Felipe Patroni, Ferreira Aranha, Arcypestre Manoel Theodoro, padre Eutychio, barões de Mamoré, Jary e de Cametá, conselheiro Tito franco, visconde de Nazareth e de Santo Elias, drs. Arthur e Gaspar Vianna, Numa e Thiago Pinto, Américo Santa Rosa, Gama Lobo, Frutuoso Guimarães e dr. Camilo; desembargadores Jose de Araújo R. Danin, Augusto Bernaud, Jerônimo Coelho, Bernardo Ferreira de Oliveira, Joaquim Cosme de Freitas, coronel Frederico Costa, general Hilário Gurjão, maestro Henrique Gurjão, pintores Estrada, De Angelis, Eurico Bernardi, poetas Gustavo Adolfo, Santa Helena e Theodoro Magno, Theodoro Rodrigues e Carmerino Rocha, Bruno Seabra, Torencio Porto, Bezerra de Albuquerque, Chrispim do Amaral e tantas outras personalidades extintas, que mais contribuíram para o engrandecimento moral deste ubérrimo rincão de terra brasileira<sup>188</sup>.

Se o espírito dessa geração apreciava galerias e álbuns históricos; brasões, bandeiras e medalhas, não poderiam ela deixar de eleger um hino oficial que contasse um pouco da história dos três séculos de progresso da região. Para isso se fez um concurso público. O sentido do hino era muito especial para essa geração: “como o hino é sempre a sagração de um feito evocado pela alma popular, o Comitê apelou para a mocidade, para os poetas contemporâneos que nos seus *ethos* de patriotismo e sublimadas inspirações, compusessem uma dessas canções soberbas, que como a Marselhesa, desse ao mundo inteiro a grandeza de nossa nacionalidade, íntegra e extraordinária, evolucionada através de três séculos”<sup>189</sup>. A prerrogativa básica do certame exigia do poeta que ele se fizesse historiador, pois antes da eloquência lírica das rimas, a obra precisava ser um poema histórico que “faça vibrar o sentimento popular, recordando-lhe nosso passado laborioso e honrado e acenando o nosso porvir prometedor e brilhante”. A indicação é que o poeta “poder-se-á melhor inspirar nas páginas luminosas da nossa história regional”<sup>190</sup>. A avaliação das produções ficou a cargo de uma comissão formada por membros da Academia Paraense de Letras, que devia emitir uma “apreciação crítica e um julgamento sob o ponto de vista histórico e literário”<sup>191</sup>. Ao final, a título de premiação, o vencedor receberia uma medalha de ouro. Três hinos foram apresentados à comissão avaliadora. Cada um deles assinados sob os pseudônimos D. Antônio, Cabano e Padre Prudêncio. A classificação elegeu como vencedor a rubrica de D. Antônio, seguido de Cabano e Padre Prudêncio, respectivamente. O pseudônimo D. Antonio

<sup>188</sup> Galeria Histórica. *Folha do Norte*, 21 de novembro de 1915.

<sup>189</sup> Hino do Tricentenário. In: MOURA, Ignácio (Org.). *Anuário de Belém*, pp. 38-41, p. 38.

<sup>190</sup> Idem, p. 38.

<sup>191</sup> Cf. IHGP; *Fundo Comitê Patriótico*. Série Atos de Correspondências, 1915.

encobria as iniciais J.A.M.D, do Dr. Augusto Meira; Padre Prudêncio era o sr. Agnelo das Neves e Cabano o sr. Augusto Queiroz de Albuquerque <sup>192</sup>. Eis um trecho do poema:

Quando a cruz luminosa do Cristo  
 Quis do Tejo voar sobre os mares  
 Foi Castelo Branco Valente Soldado,  
 Que refez, do Brasil, a conquista.  
 Dominado o Amazonas Sonhando,  
 Dando a terra amplitude imprevista.

Exultemos, oh filho que somos  
 Desta terra do sol, de Tupã!  
 Da ventura, nos largos assomos  
 Exultemos, exulte o Pará...

Dominando o Amazonas Gigante  
 Foi aos Andes, em pleno Equador,  
 Deu à pátria perfil radiante,  
 Vasto império, grandeza e vigor...<sup>193</sup>

Augusto Meira (1873-1964) era advogado e sempre se permitia incursões pela poesia. Seguiu a risca a indicação do comitê e buscou compor uma verdadeira epopeia nacional, interpretando a celebração tricentenária não somente como efeméride amazônica; mas da nação como um todo. Estrofe por estrofe o autor associa temas, ideias e fatos. Segundo a explicação do poeta, pareceu-lhe que “a recordação desse fato longínquo, no seio de nossa natureza virgem e deserta, lembraria por associação de idéias e repercussão de sentimentos o grande feito inicial do descobrimento do Brasil”. Na primeira estrofe sobressai a associação entre a Amazônia e o Brasil, um fato dentro do outro, um fato “coroava o outro, completava e engrandecia o outro”. Por outro lado, a referência à cruz retoma o tema do heróico e do religioso. É a “Cruz dos Cruzados, contra os mouros, era a mesma que nas velas das quinás, estendia os seus braços para o descobrimento grandioso dos oceanos nunca dantes navegados”. Por isso o hino começa se reportando ao patrocínio da cruz “acordemente com a verdade histórica e o sentimento cavalheiresco da época”.

O poeta-historiador não para por aí. Segue salientado que a “cruz foi nosso primeiro padrão e símbolo da nossa conquista”, “deu o primeiro nome a nossa terra”. Não foi só isto. O espaço e o território são apropriados como forma da invenção da nação pelos portugueses. As metáforas e insinuações de Augusto Meira interpretam a conquista do território e do espaço Amazônico como o clímax final da construção da nação, uma vez que “vir ao Amazonas foi o

<sup>192</sup> O tricentenário de Belém. *Folha do Norte*, 17 de julho de 1915.

<sup>193</sup> IHGP, *Hino aos 300 anos de Belém do Pará*. Fundo Comitê Patriótico; Série Atos de Correspondência, 1915.

complemento do grande sonho português. Dominar o Amazonas foi, efetivamente, o maior passo na história da conquista. Antes disso, nos mapas geográficos do tempo, o Brasil era representado por uma estreitíssima facha de terra costeira, insignificante e miserável”, somente mais tarde “o braço português, por intermédio de Caldeira [Castelo Branco], refazendo a carta do Brasil, deu à Pátria que adoramos, o perfil deslumbrante, a validade, que ela possui e que o hino dá conta. A gente português que aqui chegou e dominou a terra com Caldeira, encontrou mais uma das grandes maravilhas do mundo: vias amplíssimas, lagos, sóis radiantes, aves, frutos, flores, florestas verdejantes, a imensidade e a abundância”<sup>194</sup>. Território, história e cultura foram temas fundamentais à construção de uma identidade nacional na Amazônia. O jogo simbólico do espaço no processo de formação da identidade receberá tratamento específico no próximo capítulo desta dissertação; mas já se pode adiantar que o tricentenário desencadeou em Palma Muniz produções importantes sobre o tema<sup>195</sup>.

Como foi recorrente na passagem do XIX para o século XX, os letrados paraenses deram conta dessa miscelânea cívica ressaltando sempre os nomes dos ilustres homens, que deveriam representar várias esferas sociais. Na Galeria Histórica estava representada a esfera política e a militar, a eclesiástica, a artística e a esfera científica. Devidamente registrados, viam-se os representantes tanto dos tempos coloniais quanto os dos dias próximos. Cabe ressaltar que nesse longo e abrangente percurso, a memória histórica misturou-se à particular, outra característica dessa geração. Em meio às figuras de Rui Barbosa, General Gurjão, cônego Batista Campos, o pintor De Angelis e o cientista Humboldt, o comitê não escasseou espaço para suas gêneses familiares. Dando o exemplo, Ignácio Moura subscreveu a biografia do pai, Coronel Moura, no catálogo da primeira série da Galeria Histórica. No mesmo ritmo, lá encontramos os nomes do Dr. Olinto José Meira, pai de Augusto Meira, e Américo Santa Rosa, pai de Henrique Santa Rosa<sup>196</sup>.

Mas a preocupação com o passado amazônico não era simples vício de antiquário. Ao contrário, foi justamente na interpenetração entre passado e presente que se assentou a lógica da construção historiográfica dessa geração. Exemplo disso, não só de antigos artefatos se constituiu o acervo do Museu Histórico. Numa perspectiva nitidamente evolucionista, como já oportunamente frisei, desemboca no presente o percurso no qual a história do progresso da

<sup>194</sup> MEIRA, Augusto. Hino do Tricentenário de Belém. In: MOURA, Ignácio, *Anuário de Belém*, pp. 38-41.

<sup>195</sup> *A Faixa territorial da República brasileira*. Pará, 1916; *A Orla Marginal do Rio Amazonas dentro do território brasileiro*. Pará, 1916; e *Imigração e colonização do Estado do Grão-Pará – dados históricos e estatísticos de 1616 a 1916*. Pará, 1916.

<sup>196</sup> Cf. Catálogo da primeira série da Galeria Histórica. Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1918. Respectivamente, p. 105; 25; 67.

Amazônia era contada. Assim, ao lado da cadeira de velha rusticidade artística, vinda de Cameté e que supostamente teria tido a honra de agasalhar o peso de Padre Prudêncio, e do candelabro com antiguidade de mais de 120 anos, enviado pelo artista Raimundo Felix da Costa, teve lugar um objeto de vida histórica mais curta: uma bola de futebol. Organizada pelo presidente da Liga Paraense de Futebol, Abel Chermond, a Taça Tricentenária foi sediada nos campos paraenses em janeiro de 1916, e contou com a participação especial do Clube de Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro <sup>197</sup>. Do jogo entre o time carioca e a seleção local, saiu a bola já tornada relíquia histórica. O sentido último da figuração de personagens recentes na galeria histórica, assim como um artefato recente ao museu de antiguidades, descansa sobre a vontade desses homens de contar e de fazer parte da história paraense, num sentido próximo ao da construção da história presente.

## **2. 2. A engenharia da história e a engenharia na história: do Tricentenário de Belém ao Centenário da Adesão do Pará.**

Era ano de 1923. A essa altura, o Instituto teve sua segunda direção. Sai Ignácio Moura, e Henrique Santa Rosa assume a presidência da casa. Completando o “novo” quadro, Luiz Estevão de Oliveira, de orador oficial passa à vice-presidência. Palma Muniz conserva-se na função de primeiro secretário, como “operosos secretário, em estilo quase vitalício” <sup>198</sup> e membro da comissão de redação da revista do Instituto. O posto de segundo secretário ficou a cargo de Manuel Braga Ribeiro. Luiz Barreiros era o novo orador; e Sulpicio Cordovil, o tesoureiro. Da nova diretoria, somente este último não consta como sócio fundador. Por essa época, Theodoro Braga transferia-se definitivamente do Pará para o Sul do país, onde se tornaria, em 1921, livre-docente da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. De resto, deitando a vista nos “novos” nomes, é bem difícil imaginar que a mudança de diretoria tenha implicado alteração no eixo interpretativo da instituição. Seguiu a dinastia dos engenheiros. Entre as demais posições de destaque, Henrique Jorge Hurley aparece como conselheiro da casa e membro da comissão de geografia e etnografia. Entre outros

---

<sup>197</sup> Cf. Foot-Ball: Taça Tricentenária, *Folha do Norte*, 2 de janeiro de 1916; Foot-Ball: Flamengo e Payssandú, *Folha do Norte*, 4 de janeiro de 1916; Foot-Ball: Flamengo e Remo, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1916; Foot-Ball: Taça Tricentenária, *Folha do Norte*, 6, 7, 8 e 9 de janeiro de 1916; Foot-Ball: Final da Taça Tricentenária, *Folha do Norte*, 10 de janeiro de 1916; e 2016: A resolução de empate da Taça Tricentenária, *Folha do Norte*, 13 de janeiro de 1916.

<sup>198</sup> REGO, Clovis de Moraes. Op. cit. p. 338.



interessados no assunto da independência, Palma Muniz e Jorge Hurley foram os sujeitos que centralizaram a intensa polêmica sobre a questão.

Este é um dos focos analíticos deste item. Antes porém, gostaria de chamar atenção para outro tema de análise deste capítulo. Isto é, agora é hora colocar esses dois eventos na balança. Decerto, os dois episódios foram sem dúvida nenhuma os maiores momentos de evocação cívica e de cultivo da história local na primeira metade do século passado. Neles, mais que nunca, está impresso o cânone historiográfico firmado pelos engenheiros. Este é o norte deste capítulo. Devo frisar que se no Tricentenário de Belém havia uma marcante preocupação com a “redescoberta” do Brasil pelo olhar amazônico, nas celebrações de 1922-23 o reencontro com o passado foi enfatizado como elemento fundador da nacionalidade nascente. Além disso, a própria existência do Instituto Histórico e Geográfico marca uma diferença e uma ligação inequívoca entre os dois momentos. Se em 1915-16 o IHGP foi o principal produto do Tricentenário, sete anos mais tarde, como já era de se esperar, essa Instituição teve uma atuação das mais destacadas no processo de lapidação das interpretações sobre nossas origens nacionais, processo esse que vinha já sendo construído desde o início do século, imiscuído e indissociável da carreira intelectual desses sujeitos.

Sete anos haviam já se passado desde os alvoroços da festa tricentenária. Nesse meio tempo, da década de 1910 à década de 1920, várias outras efemérides foram comemoradas em Belém, regionais e nacionais; internacionais até. A rede de relações e filiações onde figuram as formações discursivas da intelectualidade paraense articula percepções, sensibilidades e projetos políticos a amplitudes de nível nacional e mundial. Ao lado da celebração anual da expulsão de Antônio Lemos, articulada simbolicamente como a “queda definitiva da oligarquia implantada em nosso Estado”<sup>199</sup>, celebrou-se também anualmente a Queda da Bastilha, em elogio aos valores do modelo republicano francês que se fazem aqui representar. No campo da literatura, o comitê tricentenarista paraense entrou em contato direto com o comitê do tricentenário de Miguel de Cervantes.

Dessa troca de ideias, resultou a oferta, por parte dos intelectuais espanhóis, de se publicar no “valioso álbum histórico” que estava sendo preparado em Salamanca, um número especial cuja tiragem seria feita em fascículos com a denominação “O Brasil e a Ação Portuguesa”. Ao que parece, a oferta espanhola mexeu com o brio dos tricentenarista, que lamentavam que os “intuitos sociais do ‘comitê’ paraense”, no que se refere ao seu valor

---

<sup>199</sup> A partir de 1913, se tenta inventar a tradição de acordo com a qual a cada dia 29 de agosto é festejada a expulsão do ex-intendente Antônio Lemos do Pará. Cf. O 29 de agosto. *Folha do Norte*, quarta-feira, 25 de agosto de 1915.

cívico, histórico e científico “ainda não foi aqui devidamente considerado pelos nossos homens de responsabilidade”. Trocando em miúdos, os tridentenaristas viam suas boas intenções passarem despercebidas. O que em certo sentido parecia frustrante, já que consideravam o culto cívico elemento característico das nações adiantadas. Se aqui eram vistos com algum descaso, encontravam abrigo lá fora. Pois a “legendária nação latina” dava-lhes a “demonstração eloqüente de sua cultura cívica”, contribuindo “honradamente, e ainda mais, utilitariamente, para solenizarmos o tricentenário de nossa capital”. Vale a pena ver um trecho da carta destinada ao Dr. Ignácio Moura:

Espanha – Salamanca, calle Berjemereros, 20, 2ª - 20 de julho de 1915 – Excmo. Sr. Ignácio Baptista de Moura, digno presidente do diretório do Comitê Patriótico – Pará.

É nosso propósito publicarmos, por ocasião das festas do tricentenário, um número especial de “O Brasil e a Ação Portuguesa” com a descrição da viagem de Castelo Branco e outros artigos e ilustrações não só referentes ao fato que se comemora, como ao progresso do Pará, ao seu comércio, indústria, agricultura e aos seus homens de destaque, brasileiros e portugueses – irmãos todos. Para parte deste texto e ilustrações nos servimos de elementos que se encontram nas bibliotecas de Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Mafra e buscamos também na de Salamanca e de Madrid pois é provável que aqui haja também algo que sirva. Para outra parte que se relaciona com a atualidade, só a gentileza dos nossos prezados compatriotas e dos ilustres brasileiros residentes em Belém nos podem dar o que necessitamos.

Assim e confiada na bondade de s. exc., porque de seu patriotismo estamos seguros, vimos rogar a v. exc., um punhado de favores, que imensamente agradeceremos pois (...) ninguém melhor para poder auxiliar-nos em nosso empreendimento, caso v. exc. se digne a dispensar-nos sua atenção.

Mui grato ficaremos, pois, a v. exc. se com a possível brevidade tiver o incômodo de nos enviar, registrado, o retrato de v, exc; demais membros do “comitê”, de seus auxiliares, do exmo. sr. Governador, secretário superintendente municipal, e de qualquer funcionário civil e militar, jornalista, comerciante, médico, etc., fotografia de qualquer quadro alusivo á descoberta e fundação de Belém. – idem de edifícios públicos, monumentos, etc. qualquer publicação ilustrada ou não, oficial ou particular, mais ou menos antiga em que possamos obter elementos do atual Estado do Pará, um número de cada periódico ou revista que atualmente se publique em Belém; programas das festas do tricentenário, etc.(...)

Do n. do tricentenário faremos uma tiragem excepcional, pois desejamos difundi-lo em todo o Brasil.

V. exc. nos desculpará tanto incômodo, estando certo de que manifestaremos o nosso reconhecimento, podendo dispor dos insignificantes préstimos de Vosso criado e admirador – D. Bacelar.”<sup>200</sup>.

Do Tricentenário de Cabo Frio (1915), no Rio de Janeiro, à homenagem anual à memória do maestro Carlos Gomes, ao jubileu da Abertura do Amazonas (1917). Do centenário da Revolução Pernambucana (1917), ao centenário da Associação Comercial do Pará (1919). Do centenário da Imprensa no Pará (1920), ao jubileu da Guerra do Paraguai (1920) e o quarto

---

<sup>200</sup> Brasil: Espanha-Portugal. *Folha do Norte*, 25 de julho de 1915.

centenário do Estreito de Magalhães (1902). Foram tantas as efemérides festejadas. Da independência do Brasil à Adesão do Pará, o impressionante esforço político dessa geração era o de forjar uma identidade regional por meio de nova versão da história regional, pensando o Brasil em toda sua territorialidade a partir da Amazônia, último rincão da conquista portuguesa que daria à nação sua grandiosidade territorial. O território, aliás, foi visto sempre como a base comum à identidade nacional. Daí a importância e a necessidade de se conceber a história e a geografia juntas.

Em 1923, era hora de comemorar mais uma grandiosa data. Outra grande festa tomaria as ruas e os principais estabelecimentos artísticos e literários de Belém. Havia transcorrido já sete anos desde o tricentenário de Belém. Entre as experiências das efemérides, mas até que a década de 1910, os anos da década seguintes foram fecundos em comemorações pátrias. Mais um momento especial se apresentava. Tratava-se agora de comemorar o centenário da Adesão do Pará à independência. Outra vez, era sempre lembrada a responsabilidade dos historiadores perante a verdade e perante a missão de acender na alma do povo o interesse e o respeito pelo passado. Numa severa vigília, agia-se para que o sopro das vicissitudes imediatas não esfriasse a benemérita luz do tempo de outrora e a impedisse de iluminar o devir. Entretanto, retomando o velho tema da alienação cívica do povo, uma pergunta se impunha: “Como aparelhar o povo paraense para receber a magna data?”<sup>201</sup>.

Aqui retomamos a discussão introduzida no princípio do tópico sobre *A Memória de Três Séculos*, pois a pergunta foi formulada por Ignácio Moura, que para respondê-la resolve revisitar os clássicos, chegando até Plutarco, historiador e moralista grego. Maior biógrafo da Antiguidade Clássica, Plutarco é autor de *Vidas Paralelas*, obra famosa por conter relatos da vida de Alexandre, Júlio César, Demóstenes e de Cícero<sup>202</sup>. O velho historiador diz agora não se preocupar “com os galhardetes e festões das ruas, préstitos e músicas, manifestações efêmeras, que desaparecem no torvelinho dos tempos sem qual deixar vestígios”. O dissabor do velho patriota não o faz abandonar seu projeto. Ao contrário, o empurrou ainda mais para a história, e nesse campo Plutarco dá o exemplo, pois ele “era mais prático: descrevia os heróis das epopéias helênicas, para que o povo aprendesse a constituir ‘homens’ no futuro. Os exemplos dão valor às regras”. O auxílio do poder público às festas e aos desfiles de rua ficava a desejar, como ocorreu no tricentenário, daí o atraso e a razão de algumas das programações e premiações tricentenárias só terem sido realizadas em 1917. Apesar disso,

---

<sup>201</sup> MOURA, Ignácio, Centenário do Pará, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923

<sup>202</sup> PLUTARCO, *Vidas Paralelas*. São Paulo: Editora Paumape, 1991.

consideravam “um crime retroceder no propósito de solenizar a passagem trisecular da mais importante data da nossa história”<sup>203</sup>. Nem por isso o Estado deixava de ser chamado a cumprir seu papel: “os poderes públicos do Estado devem recorrer às escolas e colocar desde já, nas mãos das crianças, um livro que trate das biografias dos extraordinários varões, preparadores do glorioso evento. Lembrei-me agora do precioso livrinho ‘Paraenses illustres’ do inesquecível escritor patricio, R.C. Alves da Cunha, mandando-o adotar nas escolas públicas, o que valerá por melhor preparativo à comemoração projetada”<sup>204</sup>.

Como não podia ser diferente, o projeto político representado pelos engenheiros ultrapassava as efemérides. Nelas se realizavam. Por elas se comunicavam com a sociedade. É esse o contexto em que a história - assim como arte e a literatura - lida a partir de um projeto político bem definido: precisava ser política. Precisava ser prática, “vale mais isso, pois ainda estamos na infância da nossa história e ninguém achou defeito aos historiadores helênicos de exagerarem o préstimo de Agamenon e Aquiles”. O velho historiador arremata explicando que “tive sempre horror a escola materialista, que se enamora mais da poeira que do céu. Ainda não é ocasião de perscrutar as falhas dos monólitos da nossa passada grandiosidade. Demos grandes exemplos aos moços, para que dali possam sair ainda maiores imitadores”<sup>205</sup>. Segundo essa compreensão da história como mestra da vida, a matriz interpretativa defendida por Ignácio Moura visava, a todo custo, louvar os eventos tidos como gloriosos e esquecer os desnecessários.

Nessa matriz interpretativa, Palma Muniz quis apagar da memória a versão de que teria existido por essas bandas uma guerra de independência. O passado vem ao presente pela pena do historiador. Nessa operação historiográfica, o engenheiro-historiador reconta a cada dia de 1923 um resumo dos principais episódios de cem anos antes; dia após dia. Assim, em 4 de março de 1923, Palma Muniz narra os sucessos que se desenrolaram em 4 de março de 1823, onde o brigadeiro José Maria de Moura, governador das armas, expõe à Junta Governativa:

“ser melindroso conservar por mais tempo reunidos em custódia no Quartel das Mercês, os patriotas que ‘sérias considerações da Segurança Pública fizeram prender’, lembrando que a Junta e as mais autoridades civis e militares, convocadas no dia 2 precedente haviam resolvido deportá-los para o interior da província, pelo que se tornara urgente a efetividade dessa decisão, por ‘não convirem tais e tão

---

<sup>203</sup> Fundação de Belém. *Folha do Norte*, 31 de outubro de 1915.

<sup>204</sup> MOURA, Ignácio, Centenário do Pará, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923; Cf. CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

<sup>205</sup> MOURA, Ignácio. Centenário do Pará, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923.

freqüentes visitas e conferências no lugar em que se achavam presos, e muito menos que eles estivessem em contato familiar com os soldados”<sup>206</sup>.

Nesse mesmo dia, “publica a Junta do Governo uma proclamação ao povo paraense, explicando a causa do movimento de 1º de março, na qual acentuou a “frouxidão” da Junta deposta”<sup>207</sup>. No dia seguinte, 5 de março de 1923, deitando a vista nas páginas da *Folha do Norte*, o leitor é transportado no tempo até a exatos cem anos atrás. Vejamos: “Como uma das bases estabelecidas pelos comandantes e oficiais dos corpos de 1ª linha, no dia 1º de março, por ocasião dos acontecimentos nele ocorridos, informa o ouvidor da comarca do Pará, Dr. Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, à Junta do governo que na sua repartição não existiam empregados que não fossem aderentes ao Sistema Constitucional Português, não lhe constando haver nenhum do partido do Sul”<sup>208</sup>. A cada dia um retorno há um século. A cada dia, uma viagem no tempo; e o passado vem ao leitor se apresentando sob ares de verossimilhança. A estratégia narrativa do autor é clara e sumariamente política. Assim, invocando diariamente o passado e trazendo-o de sua tumba até o presente, o leitor é convidado a experimentar os arroubos patrióticos de antes; dos heróis de antes. Visando, ao final, criar um laço umbilical entre presente e passado.

A postura de Palma Muniz é a mesma de Ignácio Moura. Ou seja: forjar um tom conciliador que somente o conceito de adesão traria para o ânimo de sua geração, e, com isso, massificar o sentimento de identidade. Tratava-se de atribuir um novo significado à identidade nacional, dialogando e pensando-a a partir do regional. Para isso, precisavam sustentar uma certa projeção do Pará na história do novo país que nasceu com o processo de independência. No que se refere a este aspecto, Aldrin Moura de Figueiredo assinala a importância de não perder de vista a emergência histórica de um léxico datado, onde conceitos como independência, adesão, emancipação política, libertação, vida livre, devem ser encarados como um indício concreto para situarmos esses personagens, “imersos que estavam, numa problemática política e cultural central naquele contexto histórico”<sup>209</sup>. A conexão é clara, pois se no Tricentenário celebrou-se a conquista da Amazônia pelo português, a formação da nação, por meio da ideia fundamental de territorialidade, volta a ser celebrada na adesão do Pará. Agora, em 1923, é o momento de lembrar aqueles homens que atuaram na agregação do país.

---

<sup>206</sup> MUNIZ, Palma. Efemérides Centenárias do Pará: 4 de março de 1823. *Folha do Norte*, 4 de março de 1923

<sup>207</sup> MUNIZ, Palma. Efemérides Centenárias do Pará: 4 de março de 1823. *Folha do Norte*, 4 de março de 1923.

<sup>208</sup> MUNIZ, Palma. Efemérides Centenárias do Pará: 5 de março de 1823. *Folha do Norte*, 5 de março de 1923.

<sup>209</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos*, p. 87.

De sua parte, Ignácio Moura produz uma ligeira biografia de Lord Cockrane, onde o situa como “a figura mais clássica dos tempos da adesão à independência, no extremo norte do Brasil..., incontestavelmente”. E cuja história de vida é um misto de superação e predestinação. Vejamos:

“filho do químico Arquibaldo Cockrane, que morreu quase na miséria, na Inglaterra, e sobrinho do almirante Alexandre Cockrane, sob cujo comando o nosso herói fez a sua instrução militar e conquistou os seus primeiros triunfos sobre as esquadras francesas e espanholas... O seu ardor juvenil levou-o à Câmara dos Comuns, onde as suas idéias liberais o colocaram em antagonismo ao ministro Castlereigh, cujos adeptos o acusaram, em 1814, de propalar a morte do Bonaparte, com o fim de influir nos fundos públicos, pelo que foi destituído da representação parlamentar e, apesar de novamente eleito, pelo círculo de Westminster, foi desligado da marinha inglesa e condenado a ser exposto no pelourinho”<sup>210</sup>.

Foragido da pátria, o “nosso herói” tornou-se “o corsário luminoso na conquista da liberdade dos povos sul-americanos”. Da fundação de Belém, que marcou a conquista da Amazônia, da independência brasileira, seguida da adesão paraense, até a proclamação da República, evento após evento, seguia sempre a marcha do progresso como fases evolutivas, razão pela qual era preferível o conceito de adesão, ao invés do de guerra. Para tanto, era fundamental “elucidar” o currículo do herói libertador da América do Sul, que ajudou a “libertar o Chile e o Peru das garras da tirania espanhola, e com tanto denodo se houve e tamanhas vitórias teve, que toda a banda ocidental da América andina, ficou iluminada pelas irradiações da sua espada”<sup>211</sup>. Em resumo, o perfil heróico de Cockrane é formado de façanhas guerreiras e astúcias militares:

Proclamada a independência do Chile e do Peru, Cockrane foi chamado pelo governo imperial do Brasil para nos coadjuvar, fazendo assegurar a adesão do norte do País, cujos principais portos, na extensa costa marítima, ainda continuavam sob o protetorado de uma poderosa esquadra lusitana.

Tinha o intrépido marinheiro nesse tempo a idade de 47 anos; porém, nem sempre o denodo lhe servia de melhor apanágio no triunfo, recorrendo, as mais das vezes, ao ardil e a astúcia, para conseguir a Victoria.

Foi assim que, depois de ter vencido o general Madeira, em 2 de julho de 1823, na Bahia, e feito retirar para a Europa a esquadra lusitana Brasil, tendo deixado os seus abrigados nalguns portos de Alagoas e Pernambuco, chegou ao Maranhão, onde iludiu a junta governativa, dizendo ser comandante de uma esquadra poderosa, pronta a bloquear a Bahia de S. Marcos, se não fosse reconhecida imediatamente a autoridade do governo imperial, proclamando a 28 de julho desse ano a adesão daquela província ao movimento libertador<sup>212</sup>.

---

<sup>210</sup> MOURA, Ignácio. Os homens da independência no Pará. *Folha do Norte*, 6 de janeiro de 1923.

<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> Idem.

Por si só, o assunto é polêmico e demasiadamente ambíguo. Mas a tensão se acentua na participação de Grenfell no processo de Adesão. Neste ponto Ignácio Moura adverte que o capitão-tenente John Paschoal Grenfell partiu para Belém como auxiliar e somente obedecendo às ordens de nosso herói, Lorde Cockrane. Embora deste episódio “resultaram as dúvidas de alguns historiadores, de que tivéssemos operado sob a ação ameaçadora do almirante inglês”, trata-se de “falsa afirmação, hoje brilhantemente refutada pela elucidativa pena de Palma Muniz”<sup>213</sup>. Ao final, o sentido último que Ignácio Moura deseja imprimir é construir a figura de um herói, como fazia Plutarco ao povo grego. Em função disso, Cockrane é vislumbrado sob a áurea de um herói pacificador, libertador, cuja glória ilumina a ação de Grenfell. Mas ao contrário do que se pode imaginar, esse tema não vem à tona somente no centenário da adesão. Foi algo latente e controverso sempre que se buscava afirmar um passado agregador e identitário em terras paraenses. Neste ponto é preciso trabalhar com algumas digressões e analisar as polêmicas e ambiguidades do assunto sobre outra perspectiva. Devo lembrar que se venho até agora tratando da instalação do Instituto Histórico e Geográfico, do Tricentenário de Belém e da Adesão do Pará, o faço com o intuito de demonstrar o especial desempenho que esses três eventos tiveram na conformação de uma tradição historiográfica marcada pela cata de uma identidade nacional pautada no espaço amazônico, onde os engenheiros assumiram a dianteira.

### **2. 2. 1. Primeira Guerra vista a partir da Adesão do Pará.**

Nossa digressão inicia nos primeiros meses do ano de 1915, precisamente, em janeiro, fevereiro e março, pois aqui – antes mesmo da celebração do centenário, em 1923 – nasce, nas páginas da *Folha do Norte*, um ríspido debate a respeito da atuação de Grenffell no processo de adesão do Pará à independência do Brasil. O foco é o episódio da tragédia do Brigue Palhaço. Um signatário desconhecido, sob o pseudônimo “Um paraense”, inaugura a contenta no dia 13 de janeiro desse ano, trazendo à luz um artigo intitulado “Um pouco de História: o inglês bárbaro na história do Pará”, donde inicialmente considera que “há fatos que, por mais afastados que sejam, não desaparecem nunca da atualidade, embora se conservem latentes momentaneamente volvendo à luz, sobretudo quando eles se avolumam, ou seja por grande benefício à humanidade, ou seja por uma atrocidade contra ela”. Aproveitando o ensejo, já que se falou em atrocidade, diz o articulista, “não está tão longe de nós o que custou ao Pará a

---

<sup>213</sup> Idem.

sua independência política do julgo frouxo da metrópole portuguesa”. De acordo com essa leitura, não estariam tão distante quanto sangue brasileiro e quantas vidas paraenses ceifadas pela “cruenta atuação da figura sinistra e mercenária de um inglês, o 1º tenente Jonh Grenffell, abordo do brigue de guerra ‘Maranhão’, a mando de outro inglês não menos mercenário, o almirante Cockrane, comandante chefe da esquadra brasileira”<sup>214</sup>. A não ser talvez pelo indignado furor, hoje as palavras de *Um paraense* não causariam tanto estranhamento; tampouco muita polêmica. Àquela altura, bastaram para alterar os ânimos.

À sua versão do episódio, não tardou uma réplica não menos apaixonada; esta, por assim dizer, assinada e carimbada: “Na FOLHA DO NORTE de 13 do corrente mês, Um paraense publicou com o título e subtítulo que encimam essas minhas ligeiras linhas, umas inverdades históricas dos sucessos que se desenrolaram aqui no Pará, por ocasião e logo após a sua adesão à independência do Brasil, e da ilusão da sua Junta Administrativa Provisória. (...) Grenffell agiu (...) dentro da órbita da legalidade, não lhe cabendo por isso o qualificativo de inglês bárbaro, que, neste caso, assentará melhor em o cônego Baptista Campos (...). Grenffel não foi o responsável pelas horrorosas cenas que se passaram na charrua Palhaço, onde 258 infelizes presos transportados da cadeia (...) para aquela charrua são metidos no porão, mortos espingardeados e asfixiados com cal em pó, tendo fechado as escotilhas”<sup>215</sup>, Bento Aranha.

Bibliografia clássica sobre o assunto, a obra de Domingos Antonio Raiol (1830-1912), *Motins Políticos*, publicada originalmente em cinco volumes, e posteriormente em três, pela Universidade Federal do Pará<sup>216</sup>, já à época da controvérsia era tida como autoridade historiográfica. Não é sob outro respaldo que *Um paraense* embasa sua versão historiográfica, assim como posteriormente outros historiadores. “Não inventei histórias”, defende-se, “leia Bento Aranha o que escreveu o inesquecível Barão do Guajará, nos seus Motins Políticos, o mais competente e mais minucioso, o mais documentado historiador desses fatos luctuosos que envolveram de névoa a nossa história regional”. Mas, em meio à polêmica, a autoridade do documentado historiador não se faz unânime e inconteste. Tanto que Bento Aranha ataca a fonte que o opositor tomou por base: “Um paraense volta sem seu nome assinado a repetir o que Raiol inventou nas suas ficções, com o título – Motins Políticos, para me fazer calar as

<sup>214</sup> Um paraense, Um pouco de história: um inglês bárbaro na história do Pará. *Folha do Norte*, 13 de janeiro de 1915.

<sup>215</sup> ARANHA, Bento. Um pouco de historia: um inglês bárbaro na história do Pará. *Folha do Norte*, 17 de janeiro de 1915. Grifo Meu.

<sup>216</sup> Cf. RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1885*. Belém: Ed. da UFPA, 1970.



verdades históricas sobre os sucessos da adesão dos paraenses à independência do Brasil (...) O Dr. Raiol foi o único escritor brasileiro que, se ocupando minuciosamente dos sucessos do Pará na independência do Brasil, fez do cônego Baptista Campos o seu patriota no Pará”<sup>217</sup>.

Além da disputa historiográfica, o que aqui interessa são os significados da discussão. Na década de 1910, o desacordo sobre a adesão não se limitava a um debate sobre um tema passado. Engana-se aquele que porventura imaginar que as temáticas exploradas e reexaminadas nas contendas dos historiadores e eruditos da época, e logo postadas nas páginas das gazetas, distanciavam-se num tempo pretérito, como um mero exercício de erudição. Longe disso, essas disputas historiográficas atravessaram o tênue eixo temporal e estavam sempre relacionadas ao momento presente e à vida da sociedade em geral; a um posto, a um discurso competente ou a uma categoria intelectual. Na verdade, essas discussões fizeram parte de percepções políticas previamente definidas. Sob a sempre reivindicada vestimenta da objetividade, as abordagens nos deixa perceber paixões e afinidades veladas.

Aqui fica evidente que o paradigma da objetividade e da imparcialidade do ofício do historiador manteve-se sempre muito estimado, mas frequentemente por um triz. Embora pouquíssimas vezes assumissem isso. No entanto, muitas vezes, isso se mostre claro na prática, em afirmativas apaixonadas do tipo: “eis que o humanitário inglês (...), achou azoadada a ocasião para mostrar o que valia e, senhor absoluto do mundo como tem sido hoje, amanhã e sempre, resolveu reprimir a santa revolta nacional, prendendo a quem encontrava na cidade e mandando amarrar à boca de um canhão o patriota, cônego Baptista Campos (...). E dizer que o Brasil pagava seu rico dinheiro a ingleses para nos tratarem dessa maneira (...). E... os alemães são bárbaros e ainda se vem falar da catedral de Reims... Pois sim”<sup>218</sup>. É ligação com o tempo presente que dá a densidade do que está em jogo. A Primeira Guerra surge como termômetro da Adesão do Pará. Cabe lembrar que a Catedral de Notre-Dame de Reims, era o local onde os reis franceses eram coroados. Foi construída sob uma igreja arrasada pelo fogo em 1211, estando parcialmente edificada no final do século XIII, sendo sua outra porção finalizada ao fim do século XIV. Já naquela época sua fachada era considerada uma das obras-primas da idade média e a parte mais nobre da construção. Durante a Primeira Guerra, o bombardeio alemão destruiu parte da Catedral, o que fez aumentar a polêmica em torno das razões e das perdas da guerra.

---

<sup>217</sup> Não invento histórias. *Folha do Norte*, 22 de janeiro de 1915.

<sup>218</sup> Um pouco de história: o inglês bárbaro na história do Pará.. *Folha do Norte*, 13 de janeiro de 1915.

*Um paraense* afirma sua solidariedade à Alemanha e argumenta que “passando a vista ‘pela história’ do meu país, verifiquei, no auxílio ou no concurso estrangeiro prestado a ele, que os alemães, bárbaros dos anglófilos, só têm trazido muito progresso, muito desenvolvimento na soma onde se instalaram, ao passo que nenhuma referência achei a regiões beneficiadas pelos albinos, a não ser nos bancos e empréstimos de dinheiro cujo pagamento, sabe Deus quanto custa”<sup>219</sup>. Em meio ao segundo ano da guerra, iniciada em 1914, os alemães têm seus admiradores no Extremo Norte. E o que até então parecia ser simplesmente um debate sobre um episódio da história do Pará, e que se limitava aos dois debatedores, ganha outros ares e mais uma personagem. Igualmente incógnito, a rubrica “G” figura representando o signatário do artigo que afirma que “ora contra os franceses, ora contra os ingleses – surgem, de quando em vez, uns pinta-menos a garutujarem nas colunas da imprensa os aliados como uns monstros, menos por um sentimento natural de simpatia à causa da Alemanha, do que fatos íntimos em que a razão fica subalternizada aos caprichos do coração. Agora Um paraense que na vida de troça vai nos in folinas da história do Pará buscar alguma coisa com que possa denegrir a memória de um marinheiro bretão a serviço da nossa marinha de guerra, para lhe atirar o labéu de bárbaro inglês. Tem ele razão no que afirma?”. Assim inicia o “Sr. G”, em imparcialidade mal disfarçada. E continua, “Isso é lá com o Sr. Bento Aranha, que saiu à estacada para contraditá-lo. Mas antes que os dois contendores possam insofismavelmente documentar as suas asserções, de maneira que a verdade histórica fique restabelecida, admitamos a hipótese de que Grenffell foi realmente um bárbaro. Pois bem, oitenta e um anos depois desses fatos de nossa independência, quando é de crer que a civilização tenha progredido, porque tudo evolui nesse mundo, os alemães que se jactam duma supercultura, praticam horrores semelhantes ao do brigue Palhaço, a bordo do Bincher”<sup>220</sup>.

Nesta altura, a Adesão do Pará passa a dividir espaço com a Primeira Guerra Mundial. Se prestarmos atenção às matérias dos periódicos da época, veremos que a Primeira Guerra foi coberta passo a passo pelas gazetas paraenses. Entre outras razões, o interesse pela evolução do conflito se deve certamente pela intensidade com que o francesismo era ainda vivenciado na Amazônia, tanto quanto pelo sentimento de estima, compaixão e afinidade por Portugal, parceiro dos aliados. Houve inclusive algumas campanhas públicas destinadas a

---

<sup>219</sup> Um Pau... *Folha do Norte*, terça-feira, 19 de janeiro de 1915 (grifo meu).

<sup>220</sup> Grenffell e Von Holdt. *Folha do Norte*, quinta-feira, 21 de janeiro de 1915.

arrecadar doações em dinheiro para a Cruz Vermelha Francesa <sup>221</sup> e a Cruz Vermelha Portuguesa <sup>222</sup>. Não é novidade alguma o grande apreço por ambas as nações. A cultura francesa era bastante admirada no Pará <sup>223</sup> e em relação ao povo português era muito comum o sentimento de irmandade, pois “se liga a nós, brasileiros, por laços de raça, de costumes e de sentimentos, e a nós, paraenses, principalmente, pelo concurso que nos presta a sua laboriosa colônia com uma operosidade honesta e produtiva” <sup>224</sup>.

Positivismo, republicanismo e socialismo, no século XIX e nos primeiros decênios do XX, tanto foram expressivos na Amazônia quanto mais a cultura francesa aqui se introduziu. Basta notar que a Bastilha também caiu aqui, sempre que chegava o dia 14 de julho. “Hasteada no pátio do colégio [Progresso Paraense] a bandeira francesa, ladeada pela nacional e pela paraense” <sup>225</sup>. Neste dia, em homenagem à queda da Bastilha, uma grande passeata percorreu as principais ruas de Belém, acompanhada pelas Bandas de música da Brigada Militar e das alunas dos grupos escolares da capital. Sob a orientação da professora de canto, Maria Cossia, foram entoados no Teatro da Paz os hinos do Brasil e da França em saudação às bandeiras dos dois países <sup>226</sup>. Neste mesmo dia, A Marselhesa, “vibrante e patriótico hino de Rouget de Lisle” <sup>227</sup>, foi cantada pelos alunos dos grupos escolares com o acompanhamento de uma orquestra que obedecera a tabula do maestro Gama Malcher. Em seguida, ouviram-se os discursos de Augusto Meira e Tito Franco; Gama Malcher e do professor José D. Brandão, que regeira a execução dos seus “Cantos Populares Paraenses”, tão apoteoticamente festejados na primeira vez em que foram ouvidos, meses antes <sup>228</sup>. Esse, no entanto, não é assunto para agora.

É importante lembrar que, em 1917, Bento Tenreiro Aranha (1841-1919) foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico, onde fez parte do Conselho Administrativo e da Comissão de Geografia e Etnologia. Naturalmente, não quero dizer com isso que o IHGP, enquanto instituição, partilhava homogeneamente da versão que atribuía a

<sup>221</sup> Cf. A Comemoração do 14 de Julho. *Folha do Norte*, 8 de julho de 1916. A arrecadação foi resulta do festival provido no Teatro da Paz em homenagem à Queda da Bastilha.

<sup>222</sup> Cruz Vermelha Portuguesa. *Folha do Norte*, 24 de março de 1916.

<sup>223</sup> COELHO, G. M.. Um Pouco Aquém da Belle Epoque Ou Quando o francesismo se insinua no Pará. In: CUNHA, José Carlos. (Org.). *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: Falangola editora/Universidade Federal do Pará, 1992, v. , p. 60-69.

<sup>224</sup> Cruz Vermelha Portuguesa. *Folha do Norte*, 23 de março de 1916.

<sup>225</sup> O 14 de julho. *Folha do Norte*, quarta-feira, 14 de julho de 1915 (grifo meu).

<sup>226</sup> O 14 de julho. *Folha do Norte*, quinta-feira, 8 de julho de 1915.

<sup>227</sup> A comemoração do 14 de Julho. *Folha do Norte*, 13 julho de 1915. Claude-Joseph Rouget de Lisle (1760 – 1836), oficial do exercito francês em Estrasburgo; era republicano moderado e quase vai à guilhotina durante o período do terror da Revolução Francesa. Rouget de Lisle é o autor da letra e da música do Chant de guerre pour l'armée du Rhin, que se tornou o hino nacional francês sob o nome de “A Marselhesa”.

<sup>228</sup> Idem.

Grenffell e a Cockrane o labéu de heróis nacionais. Essa, no entanto, foi uma interpretação compartilhada por vários membros da instituição, como vimos anteriormente. Bento Aranha era um deles; além disso, considerava-se também um dos primeiros republicanos e socialistas da Amazônia. Inspirado no mutualismo prudhoniano, liderou o movimento de criação do Clube Popular Beneficente, em 1873. Em 1871, tornou-se redator do periódico *A tribuna*, sendo perseguido no Pará e em Manaus pelas duras críticas que destinava aos abusos das autoridades locais. Quando trabalhou na redação do *Diário do Pará*, em 1865, publicou vários artigos contra os excessos do recrutamento voluntário para a guerra do Paraguai. Por essa época, o presidente da província do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, logo reagiu expulsando-o para o Amazonas, de onde alguns anos depois mais uma seria vez expulso para o Pará, em 1870<sup>229</sup>. Não à toa Bento se solidarizava aos Aliados durante a Guerra. Era grande admirador da cultura francesa, especialmente no que se refere às teorias socialistas que de lá chegaram à Amazônia durante o século XIX<sup>230</sup>.

Por outro lado, fortemente identificado e árduo defensor da causa alemã, *Um paraense*, crítico do imperialismo inglês, vê na intervenção inglesa no processo de adesão do Pará à independência, mais um exemplo do autoritarismo e da nocividade da nação. Do lado oposto do *front*, Bento Aranha inocenta Grenffell e a Inglaterra do trágico episódio do Brigue Palhaço e das tragédias advindas da Guerra. Também o *Sr. G* condena a “bárbara pátria alemã”, preocupado muito mais com os horrores da guerra do que com a história do Pará; relata em seu argumento um episódio onde foi:

(...) injusta e barbaramente espancado um suíço que, a troca de mercadorias e de passagens, vinha, desde Buenos-Aires, trabalhando a bordo daquele alemão Blucher, arribado ao posto de Recife – vários passageiros da terceira classe protestaram, dando em resultado SEREM ATACADOS, PELA GUARNIÇÃO A TIROS, ARMAS BRANCAS E JACTOS DE ÁGUA FERVENDO, no que foram os marinheiros desse paquete secundados por alguns oficiais do Sierra Nerada, da mesma nacionalidade. O número de mortos e feridos foram avultados, tendo a FOLHA publicado a relação das vitimas.

A imprensa do país inteiro bradou contra essa selvageria, que pode ser que honre a cultura alemã... na África, mas aqui, não.

Quer mais outro fato para documentar a cultura de seus simpáticos alemães?<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> Cf. SALLES, Vicente. Bento Aranha: História de um Jornalista Revolucionário In: *Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001, pp. 105-167.

<sup>230</sup> SALLES, Vicente. Op. cit.

<sup>231</sup> Grenffell e Von Holdt. *Folha do Norte*, 21 de janeiro de 1915..

### 2. 2. 2. A engenharia na história na adesão do Pará.

*Um paraense* e Bento Aranha travaram um conflito que durou cerca de três meses, e anteciparam a querela travada nos primeiros anos da década de 1920 entre o meio intelectual paraense. Decerto que na obra “15 de agosto: a adesão do Pará à independência, 1823-1923”, coleção de escritos publicada em homenagem à proclamação da independência no Pará, o tema voltou a lume. Já agora, participaram alguns dos mais eminentes intelectuais paraenses, cada qual segundo sua especialidade e seu interesse. Entre outros, estavam lá: Palma Muniz, Ignácio Moura, Jorge Hurley, Eustáchio de Azevedo e Henrique Santa Rosa. O engenheiro civil, geógrafo e historiador, Palma Muniz (1873-1927) confiava na assertiva de que os oficiais ingleses trabalharam a serviço da marinha brasileira e foram grandes estrategistas, diplomatas e mentores da pacificação<sup>232</sup>. Assim como Ignácio Moura e Bento Aranha, entre outros. “Esboçando uma gênese da revolução” no Grão-Pará<sup>233</sup>, Felipe Patroni foi primeiro sujeito entronizado como herói na versão de Palma Muniz. Narrando os pontos “pertinentes” dessa história, começavam a reaparecer, mais uma vez, todos aqueles nomes entronizados na galeria histórica “com os retratos de alguns homens notáveis nos acontecimentos políticos e sociais da antiga província, hoje Estado do Pará”<sup>234</sup>, inaugurada no Teatro da Paz, por ocasião do primeiro aniversário do Instituto, em 1918.

Indo direto ao ponto, a ideia central de sua tese é o trabalho operoso de Patroni, cujos produtos conseguiram até mesmo depor a Junta Governativa, e logo erigir outra, desta vez sob a presidência de Dom Romualdo de Seixas. Mais um herói entronizado no panteão da Independência. O vigário da Sé era apresentado sob o signo da justiça e da moderação, ressaltando sempre sua “contrariedade a execução imediata em Belém dos conjurados de abril”<sup>235</sup>: em reunião com a Junta do Governo, “constituída por Geraldo José de Abreu, Joaquim Corrêa da Gama e Paiva, Francisco Coutinho Corrêa, Joaquim Antonio da Silva, Theodoro Constantino de Chermont e João Baptista Lêdo, sob a presidência de Romualdo Antonio de Seixas, que lê a ‘indicação’, pela qual convida a mesma Junta a não permitir a execução dos conjurados de 14 de abril em Belém, argumentando ter sido a revolução um crime político e representar ela uma corrente de opinião política já aceita por quase todas as

---

<sup>232</sup> MUNIZ, Palmas. *Grenffel na História do Pará, 1823-1824*. Belém: Officina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1927.

<sup>233</sup> MUNIZ, Palma. “A revolução constitucionalista no Grão-Pará em 1821”. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922, p.18.

<sup>234</sup> *Catálogo da Primeira série de uma Galeria Histórica*. Belém: Imprensa Oficial, 1918, p. 3.

<sup>235</sup> MUNIZ, Palma. Efemérides Centenárias do Pará: 4 de maio de 1823. *Folha do Norte*, 4 de maio de 1923.

províncias do sul do Brasil, competindo a El-Rei, como poder moderador, decidir sobre a aplicação da pena última decretada contra os revolucionários paraenses”<sup>236</sup>. O reconhecimento definitivo do “movimento revolucionário na Província” veio somente por obra dessa junta, à custa da consolidação da “autoridade” de seu governo e, principalmente na garantia dos “direitos públicos” dos cidadãos<sup>237</sup>. Logo em seguida, foram enviados emissários aos pontos mais importantes do interior do Pará, ao Rio de Janeiro e a Lisboa. Como diz Aldrin Figueiredo: “nessa leva, Patroni foi para Portugal a fim de tomar pé da situação. Por lá, o rapaz ficaria convencido de que sua terra era apenas uma porção do Reino, sem representatividade e reconhecimento na Corte. Surgia então, pela primeira vez, a reação nativista, em novembro de 1821”<sup>238</sup>. Segundo Palma Muniz, dessa experiência Patroni pôde se dirigir ao Rei acusando-o de absolutista: “Os povos não são bestas que sofrem em silêncio todo o peso que lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o ministério do Reino-Unido, pela frouxidão, contribuir para a consistência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará sua Independência”<sup>239</sup>.

Na recuperação histórica feita pelo engenheiro-historiador, o discurso de Felipe Patroni diante do rei é visto como uma espécie de marco que deixaria aberto o caminho para os próximos sucessos rumo à Independência. De acordo com essa interpretação, o episódio exemplifica uma tomada de consciência da dura submissão colonial<sup>240</sup>. “Se em 1821, Patroni já havia feito circular uma Gazeta do Pará, comparando a realidade local com a vida na corte, denunciando os desvios das rendas públicas e defendendo a constituição como o único instrumento capaz de reordenar as relações da coroa com a sociedade civil, em 1822, com o jornal *O Paraense*, Patroni fundaria de vez a nacionalidade brasileira, vista sob o ângulo do Norte”, explica Aldrin Figueiredo. Não é pura coincidência que o próximo herói da lista fosse o cônego Batista Campos, que então estava na chefia d’*O Paraense*. A réplica portuguesa foi ligeira, e, em março de 1823, logo foi destituída a Junta de Governo; sendo todos os ativistas presos e deportados para longe de Belém. E é justamente nas mãos da repressão que o engenheiro vislumbrar a prova de que a nacionalidade brasileira estava nascendo, pois toda a

---

<sup>236</sup> MUNIZ, Palma. Efemérides Centenárias do Pará: 6 de maio de 1823. *Folha do Norte*, 6 de maio de 1923.

<sup>237</sup> MUNIZ, Palma. A acção primaria da Junta Revolucionaria. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922, p.39.

<sup>238</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos Modernos*, p. 91

<sup>239</sup> MUNIZ, Palma. Primeiras effervescencias nativistas e eleição dos deputados às Cortes. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922, p.74.

<sup>240</sup> MUNIZ, Palma. Os primeiros pioneiros das idéias de Independência. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922, p.95-117.

perseguição contra os nacionais, segundo ele, fez emergir o “sentimento nacional” que se disseminava com força entre aqueles que ansiavam por liberdade.

Ao final deste capítulo, deve-se notar que as várias versões historiográficas dificilmente encontraram consenso; tampouco essa de Palma Muniz, não pelos argumentos ou pela estrutura expositiva do autor, mas antes de tudo pelas inevitáveis polêmicas que assunto envolvia. Nomes de peso no discurso competente da época, como Theodoro Braga, Augusto Meira e Jorge Hurley, confiavam noutra tese; na que havia sido “doloroso que uma sagrada idéia nacional” que unia “todos os corações brasileiros no único desejo natural e evolutivo de liberdade ampla para um grande país como o nosso, fosse imposta e levada a feito por estrangeiros mercenários e sanguinários”<sup>241</sup>. Segundo um intérprete da época, “foi esse um assunto interessante, que prendeu bastante a atenção pública”, especialmente quando os Srs. Palma Muniz e Henrique Santa Rosa rebentaram em “contraditas opostas”. O próprio intérprete, Candido Costa, postou-se ao lado das teses de Palma Muniz, afirmando que este conseguira provar, “com bons argumentos e conceitos emitidos por eméritos historiadores, a sem razão dos apodos assacados contra Grenfell”<sup>242</sup>.

Mas, entre todos os autores, um foi o mais prolífico nos debates com Palma Muniz. Advogado e depois juiz de direito, Jorge Hurley desde a década de 1910 esteve envolvido diretamente em processos de pacificação de índios na região do rio Gurupi, na divisa do Pará com o Maranhão<sup>243</sup>. Essa experiência, aliada a vários estudos na comissão de etnologia do Instituto, auxiliou Hurley na sua interpretação de que a tragédia do brigue Palhaço configurou um movimento mais amplo, não apenas relacionado à independência, mas também como elemento decisivo que, tempos mais tarde, ajudaria a formar o embrião do levante cabano de 1835 e 1836, expresso no ódio que nativos do Pará guardaram em relação às autoridades portuguesas<sup>244</sup>. Ao final; o tempo deu fé à versão defendida por Theodoro Braga, Augusto Meira, Jorge Hurley e o incógnito *Um paraense*.

Deixando de lado a importância e as peculiaridades dos debates historiográficos, sob muitos panos de fundo o passado foi invocado para fim de usos políticos, recolocando na história o manto de mestra da vida, que remonta a tradição da opção da retórica pelo passado

---

<sup>241</sup> BRAGA, Theodoro. Tentativas de Independência Política. In: *História do Pará: resumo didático*. São Paulo: Melhoramentos, 1931, p. 224-288.

<sup>242</sup> *Candido Costa, Livro do centenário, alem da consagração a independência política do Pará*. Belém: Guajarina de Francisco Lopes, 1924, p.138.

<sup>243</sup> Vide FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Nimuendaju versus Hurley: história intelectual e política indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. Anais do Arquivo Público do Pará, 2009 (no prelo).

<sup>244</sup> Ver o segundo capítulo da obra supracitada de FIGUEIREDO, Aldrin Moura, *Eternos Modernos*.

a fim de convencer mediante a seleção de exemplos. Aliás, Ignácio Moura fala disso abertamente ao lembrar Plutarco. A política a que essa geração de letrados se propõe a por em curso é a política da cultura. Nela, o que realmente importa é o valor futuro do passado. O seu devir. “Vale mais isso, pois ainda estamos na infância da nossa história e ninguém achou defeito aos historiadores helênicos de exagerarem o préstimo de Agamenon e Aquiles”. Isso bem pode ser lido como uma espécie de “confissão”. É claro que se trata de um aspecto excessivamente ambíguo, pois se esses sujeitos se inspiravam na cartilha positivista, sua religião era cívica. À narrativa histórica, aqui, é atribuído um sentido próximo ao da tragédia grega, tal como a definia Aristóteles na *Poética*, e o que a diferenciava da comédia; isto é, esta trata dos homens inferiores, já a tragédia se ocupa dos homens superiores<sup>245</sup>. Ambas, porém, tragédia e comédia, são artes imitativas, imitam a ação humana. Já quanto à narrativa histórica proposta por Ignácio Moura, que era um dos maiores líderes dessa geração, trata-se não de “perscrutar as falhas dos monólitos da nossa passada grandiosidade”, mas de dar exemplos a serem imitados em seu amor e dedicação à pátria. O sentido de narrativa e de imitação, ganha outros sentidos. Não se trata mais de artes imitativas, como diria Aristóteles. Mas, ao contrário, era a ação humana que deveria imitar os grandes exemplos narrados do passado.

---

<sup>245</sup> ARISTÓTELES, *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 2004, p. 39.



## **Capítulo 3**

### **Geografia do poder entre engenharia e geografia-histórica.**

#### **3. 1. Geografias paraenses: pensamento geográfico e círculos intelectuais.**

Nos capítulos anteriores, mencionei, quando em vez, o desenvolvimento de um campo específico de percepções na Amazônia. Muito especialmente caracterizado por não estabelecer cisões definitivas entre geografia e história. Antes, esse foi um aspecto que não poderia deixar de ser mencionado. Mas que, entretanto, não levou outra coisa senão breve alusão. Isso porque a importância do tema reclama análise mais pormenorizada e mais paciente, razão pela qual lhe reservei este espaço. A cumplicidade entre história e geografia no final do século XIX e durante as primeiras décadas do XX é o tema deste capítulo. Seguindo os rumos estabelecidos para a pesquisa, procurei focalizar o mosaico social do pensamento historiográfico proposto por três engenheiros. Os limites do empreendimento se circunscrevem no âmbito daquilo que envolve e se relaciona com uma tradição historiográfica amazônica. Tradição que não pode ser devidamente compreendida se examinada por caminhos separados daquele trilhado pela geografia da época. Isso porque, a rigor, não existiram propriamente dois caminhos distintos. A geografia e a historiografia da Amazônia do período se fizeram e se refizeram juntas, num intrincado processo social onde estiveram reunidos elementos de patriotismo e cientificismo; de valores republicanos e discurso de progresso e modernidade; de formação cultural e projeto político. De leitura e troca de experiência. Homens de seu tempo, as interpretações e abordagens, os objetos, as metodologias e a narrativa, estiveram em diálogo constante com os principais debates da época. É isso, um mosaico social com um léxico datado, que deve ser encarado como um indício concreto para situar nossas personagens numa problemática política e cultural central naquele contexto histórico. E é este o tema central deste capítulo.

Se nas duas primeiras partes desse estudo procurei situar a formação cultural, as produções e o projeto político dos engenheiros numa tradição de estudos históricos firmada entre publicações, efemérides e instituições científicas, neste momento, a fim de completar o quadro, é necessário ver mais de perto a relação, em termos de produção discursiva, entre história e geografia. Nesse aspecto, é preciso ressaltar a figura de Henrique Santa Rosa. Entre os engenheiros-historiadores e a intelectualidade paraense de modo mais amplo, ele foi o sujeito que se especializou e mais se destacou no assunto. Para se ter uma ideia mais clara

disso, é necessário situar toda essa geração num espaço mais amplo de formação discursiva sobre o pensamento geográfico.

Quando Jean Jacques Élisée Reclus (1830-1905) morreu, em julho de 1905, sua fama havia já corrido o mundo. Especialmente por sua militância política – anarquista declarado – e por seus trabalhos no campo da geografia. Intelectuais paraense, estudiosos da geografia amazônica, eram leitores ávidos dessa tradição da geografia oitocentista. Além de Reclus, também circulavam no Pará os trabalhos de Friedrich Ratzel (1844-1904) e de autores mais antigos como Friedrich Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859). Em 1893, Elisée Reclus chega à América do Sul. Não viera a passeio. Sua visita tinha a finalidade de colher informações, materiais e subsídios em geral para que pudesse escrever o 19º volume de sua *Nouvelle Géographie Universelle*, uma obra de caráter enciclopédico, bastante apreciada em terras brasileiras. Cada um dos dezenove volumes aborda aspectos e regiões distintas. Bem ao gosto da tradição do século XIX, a intenção final do autor francês era compor um monumental tratado de geografia universal. Cerca de um ano depois de sua visita, o geógrafo lança, em 1894, na França, o 19º e último volume de sua obra. Seis anos mais tarde, a parte relativa ao Brasil sai publicada em português, sob o título: “*Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística*”<sup>1</sup>. A tradução portuguesa ficou na conta do médico e filólogo Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938), que a atualizou com uma série de retificações em notas de pé de página: “(...) tendo traduzido esta excelente obra de Élisée Réclus, não nos julgamos autorizados a modificá-la em pontos substanciais, ainda que nem sempre concordássemos com a opinião do autor. As correções efetuadas assinalavam apenas lapsos de texto em relação a nomes próprios e datas”. Porém, a impressão que prevalecia era de que obra “(...) prestará bons serviços e merece o favor do público brasileiro....”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> RÉCLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brazil: geographia, ethnographia, estatística*; Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotações sobre o Território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

<sup>2</sup> GALVÃO, Ramiz, “Ao leitor”. In: RÉCLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brazil: geographia, ethnographia, estatística*; Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotações sobre o Território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900. Ramiz Galvão foi sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi orador perpétuo; membro honorário da Academia Nacional de Medicina e de diversas Associações Científicas e Literárias. Foi também professor de grego no Colégio Pedro II e de química orgânica, zoologia e botânica na Escola de Medicina do Rio de Janeiro. De 1882 a 1889, foi preceptor dos príncipes imperiais, netos de D. Pedro II e filhos do Conde d’Eu e da Princesa Isabel. Dirigiu a Biblioteca Nacional e, por duas vezes, foi diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Foi também o primeiro reitor da Universidade do Brasil. Nos doze anos em que dirigiu a Biblioteca Nacional, organizou a exposição camoniana de 1880 e a de História do Brasil, no ano seguinte, com os respectivos e preciosos catálogos. Também promoveu a publicação dos Anais daquela repartição (cf. Mauricea Filho, Alfredo, *Ramiz Galvão: o Barão de Ramiz*. (S.l): INL, 1972, 348p. Obra disponível para consulta na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará)

Nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX, as discussões sobre o espaço e o território amazônico estavam na ordem do dia. Evidentemente, trata-se de um debate datado. Importante notar que este debate fazia parte de um exercício da intelectualidade paraense, estudiosa da geografia amazônica; e que estava firmemente relacionado a um movimento internacional. Isso porque a intelectualidade local estava atenta às principais discussões e autores da época. Élisée Réclus era um deles. No Brasil e no Pará, sua obra fez leitores assíduos. Sujeitos como Gastão Ruch<sup>3</sup>, Leopoldo Feijó Bittencourt, Rodolfo Garcia – membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – e, a nível local, Palma Muniz, Ignácio Moura e Henrique Santa Rosa, entre outros, constaram entre os leitores de Reclus, Ratzel, Humboldt e Ritter. De resto, cumpre lembrar que Ritter e Humboldt são hoje tidos como os pioneiros da sistematização de moderna geografia<sup>4</sup>. Em poucas palavras, para Humboldt, a geografia se apresentava como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra<sup>5</sup>. Ao passo que para seu compatriota, a geografia era um estudo dos lugares, por isso definiu o conceito de “sistema natural”, uma área delimitada dotada de uma individualidade. Ritter se notabilizou por ter desenvolvido a ideia de que a geografia deveria estudar estes arranjos individuais e compará-los, sendo que cada um deles abrangeria um conjunto de elementos, representando uma totalidade, onde o homem seria o principal elemento<sup>6</sup>. Reclus seguiu de perto essa abordagem.

Algumas considerações sobre Élisée Reclus são necessárias. Não somente em função de ter ele visitado a Amazônia e ter dedicado à região uma parte específica na *Nouvelle Géographie Universalle*. Mas especialmente por ter sido uma das fortes influências na obra de Henrique Santa Rosa, principal nome dos estudos que aliavam geografia e história no Pará, ao lado de Palma Muniz. De fato, esses dois engenheiros levaram a frente o interesse de escrever sobre a geografia política e histórica de seu Estado, como parte de um exercício de

---

<sup>3</sup> STURZENECKER, Gastão Ruch. Hydrographia brasílica sob o ponto de vista do intercambio commercial. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 83, p.268-292, 1919; Aspecto geral da physiographia brasileira. *Diccionario Histórico, Topográfico e Etiográfico do Brasil: comemorativo do primeiro centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1922, pp. 232-238; Os precusores de Cabral sob o ponto de vista geographico: descobrimento do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n., 1922], p. 287-880.

<sup>4</sup> Sandra Lencioni, op. cit.

<sup>5</sup>Para exame mais amplo do desenvolvimento da geografia no segundo quartel do século XIX, ver DUNBAR, Gary S. *Geography: Discipline, Profession and Subject Since 1870: an International Survey*. Dordrecht [u.a.]: Kluwer Acad. Publ, 2001; *idem*. *The History of Modern Geography: An Annotated Bibliography of Selected Works*. *Bibliographies of the history of science and technology*, v. 9. New York: Garland, 1985.

<sup>6</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. Geografia, teoria e realidade. São Paulo: HUCITEC, 1989. Veja também, MATHEWSON, Kent. *Humboldt in the Americas*. *The geographical review*, vol. 96, no. 3. New York, NY: American Geographical Society, 2006..

compreensão da construção da identidade da região amazônica a partir da ótica do poder do Estado-Nação. Parceiro de longos anos neste exercício político, Ignácio Moura não se debruçou tanto quanto os dois outros engenheiros no estudo da geografia local, embora tenha elaborado considerações sobre geografia política, em texto publicado na obra *O Pará em 1900*. Logo trataremos disso, agora é preciso retomar brevemente a obra do geógrafo francês.

Élisée Reclus viajou por várias partes do mundo, Europa, América, África e Ásia. Tornou-se famoso pelo exercício de atividades políticas e científicas, anotando seu nome entre os principais expoentes da geografia e do movimento anarquista dos oitocentos. Aos vinte anos de idade (1851) ingressou na Universidade de Berlim, onde, assim como Ratzel, foi aluno de Carl Ritter. Essa época marca seu pensamento sobre geografia. Reclus foi militante ferrenho, suas atividades políticas lhe rederam certos incômodos, de modo que foi obrigado a se exilar em vários países, entre eles os Estados Unidos. Isso após ter passado por Inglaterra e Irlanda. Nos Estados Unidos foi preceptor; na Colômbia, colono, tendo aí se casado<sup>7</sup>. Sua filiação ao pensamento republicano está entre as causas do primeiro exílio, durante o período de 1851 a 1856. Em dezembro de 1851, Reclus tenta impedir o golpe de Estado de Luís Napoleão e sua proclamação como Imperador da França. Consumado o golpe, precisou fugir para Inglaterra a fim evitar sua prisão; em seguida se transferiu para Irlanda, onde permaneceu um ano. Em 1852, migrou para os Estados Unidos, permanecendo ali por três anos. Em 1855, com o objetivo de conhecer a América do Sul, viajou até a Colômbia, retornando à França após dois anos. De volta a Paris, trabalhou como escritor, tradutor e geógrafo. Colaborou em vários periódicos, entre revistas e jornais, como *Le Tour de Monde*, *Les Temps Nouveaux*, *Revue des Deux Mondes*, *Revue Germanique*, *Revue politique et littéraire*, *Le Journal des Voyages*. Também foi colaborador do *Boletim da Sociedade Geográfica de Paris*, instituição na qual ingressou em 1862. No ano anterior, escreveu *Voyage à la Sierra-Nevada de Sainte-Marthe*, que é considerada sua primeira obra literária. Nela descreveu aspectos de sua viagem à Colômbia.

Como militante anarquista, ingressou em organizações como a Liga da Paz e da Liberdade e colaborou com o jornal *Le Révolté*. Foi nessas atividades que conheceu os russos, Mikhail Bakunin (1814-1876) e o príncipe russo Piotr Kropotkin (1842-1921)<sup>8</sup>, este também geógrafo e anarquista. Kropotkin realizou viagens pelo oriente siberiano, onde percorreu cerca

---

<sup>7</sup> LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 112.

<sup>8</sup> RAMÍREZ Palacios, David Alejandro. *Las geografías de Reclus y Vergara: itinerario de una red*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006, p. 18.

de 50 mil milhas a fim de explorar um terreno ainda muito virgem. Fez observações e desenvolveu teorias sobre as estruturas das cadeias montanhosas e platôs da Ásia Oriental. Foi, porém, por sua produção anarquista que Kropotkin ganhou fama mundial. Defendia o que chamava de "comunismo libertário", onde o critério para o consumo em geral dos indivíduos não seria o trabalho, mas a necessidade. Em outras palavras, reclama a distribuição livre para que assim a produção fosse socialmente desfrutada<sup>9</sup>. Kropotkin e Reclus tinham muito em comum, como cientistas e como anarquistas. Kropotkin colaborou com Reclus na sua grande *Geografia Universal*, escrevendo temas sobre a Ásia. Reclus escreveu o prefácio de *A Conquista do Pão*, em 1892. Misturando política e ciência, Reclus associou fortemente suas ideias anarquistas aos princípios da teoria darwinista e a uma visão teleológica do mundo<sup>10</sup>.

Em 1870, Elisée Reclus se alista como soldado na Guerra Franco-Alemã, que acabou com a derrota francesa e a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha. Aí tornou-se prisioneiro por quase um ano. Submetido a julgamento, foi condenado à prisão perpétua na colônia francesa de Nova Caledônia, na Oceania. Perseguido na França, Élisée Reclus ainda assim construiu renome internacional, e com isso gozava de sólida reputação no mercado editorial. Graças às petições enviadas por sociedades científicas estrangeiras ao governo Francês, Reclus pôde se livrar da prisão e se exilar na Suíça, onde, em 1905, na cidade de Torhout, morreu aos setenta e cinco anos de idade. Antes disso, durante o exílio realizou intenso trabalho intelectual vasculhando bibliotecas e colhendo subsídios ao longo de várias viagens. Em 1884, vai à Argélia, Tunísia e Egito. No ano seguinte, à Hungria, Turquia e Ásia Menor. Em 1886, à Itália. Chega ao Canadá e retorna aos Estados Unidos, em 1889. Um ano depois, África do Sul, Portugal e Espanha. Ainda em 1889 retorna à terra natal. Findando seu ciclo de grandes viagens, em 1893, passa pela América do Sul. Nessa viagem conhece o

---

<sup>9</sup> George Woodcock considera Kropotkin, Léon Tolstói (1828-1910), William Godwin (1756-1836) e Pierre-Joseph Proudhon como os maiores pensadores anarquistas. Isso em função, segundo ele, do destaque e a importância histórica de suas contribuições para o desenvolvimento do movimento anarquista. Vêm deles as principais vertentes anarquistas: Tolstói não admitia a violência; Godwin procurava alcançar a mudança através da palavra; Proudhon acreditava que a proliferação pacífica de organizações cooperativas os levaria à vitória; Kropotkin aceitava a violência, com algumas reservas, pois via nela uma ação inevitável para aqueles que buscavam uma revolução social. Cf. WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos Anarquistas*. Porto Alegre: Ed. L&PM Pocket, 2002. Bento Aranha (1841-1919) e Juvenal Tavares foram alguns dos principais sujeitos, que no século XIX, discutiram o pensamento socialista e libertário na Amazônia, em especial as ideias de Proudhon. Para uma leitura da circulação das ideias marxista e libertária na Amazônia, ver SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos. Capítulos de história do Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001. Para uma leitura do grupo intelectual de Juvenal Tavares, ver FIGUEIREDO, Aldrin Moura. *A cidade dos cantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950*. Belém: Edufpa, 2009.

<sup>10</sup> LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 111.

Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Em terras brasileiras foi recebido em secção solene na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atual Sociedade Brasileira de Geografia <sup>11</sup>.

A obra de Elissé Reclus uniu natureza e sociedade, revolução e filosofia, história e geografia. Para ele, a geografia “não é outra coisa senão a história no espaço, assim como a História é a Geografia no tempo” <sup>12</sup>. Se prestarmos atenção, veremos que as considerações de Ignácio Moura sobre história e geografia, na inauguração do IHGP de 1917, repousam sob o mesmo princípio. Aluno de Ritter na Alemanha, Reclus se colocou como difusor da obra do mestre. Em *Nouvelle Géographie Universelle* utilizou a ideia de individualidade geográfica, já existente em sua obra anterior *La Terre*, de 1868, onde havia procurado compreender os movimentos gerais da superfície da Terra buscando identificar suas particularidades <sup>13</sup>. Segundo Sandra Lencioni, essa formulação espelha sua preocupação em buscar distinguir partes da totalidade, sem, no entanto, em nenhum momento procurar precisar o conceito de região, nem definir os critérios de sua delimitação. A despeito disso, utilizou-se de critérios geográficos para estabelecer divisões espaciais, como o critério natural (bacias fluviais) e o político (divisões administrativas) <sup>14</sup>. Como já pude frisar, todas essas leituras sobre geografia que vinham então se desenvolvendo na Europa, eram muito familiares aos intelectuais paraenses. Os critérios de delimitação espacial usados por Reclus, no fundo são os mesmo que foram adotados por Ignácio Moura, em *Geografia Política do Estado do Pará* <sup>15</sup>, onde o engenheiro-geógrafo subdivide o Estado em oito regiões, conforme discriminadas na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Divisão municipal do Estado do Pará.

	Regiões	Principais cidades
1	Região Guajará-Moju	Belém, Acará, Irituia, Ourém, São Miguel do Guamá e São Domingos da Boa vista.
2	Bacia do Tocantins	Abaeté, Cametá, Mocajuba e Baião.

<sup>11</sup> CARDOSO, Luciene Carris. A visita de Élisée Réclus à sociedade de geografia do Rio de Janeiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, vol. 1, n. 1, 2006.

<sup>12</sup> DUARTE, Regina Horta. Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária em Elisée Reclus. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n° 51, pp. 11-24, 2006. Para uma análise da obra de Reclus sob a perspectiva da história ambiental, ver: DUNBAR, Gary S. *Élisée Reclus, Historian of Nature*. Hamden, Conn: Archon Books, 1978. Sob a perspectiva do pensamento revolucionário de Reclus, ver: RECLUS, Elisée, CLARK, John P. & MARTIN, Camille. *Anarchy, Geography, Modernity: The Radical Social Thought of Elisée Reclus*. Lanham, Md: Lexington Books, 2004.

<sup>13</sup> *La Terre: description des phénomènes de la vie du globe*. Paris: Hachette, 1868-69.

<sup>14</sup> Sandra Lencioni, op. cit., p. 112.

<sup>15</sup> MOURA, Ignácio. Geographia política do Estado do Pará. In: MOURA, Ignácio (org). *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp.145-180.

3	Ilha do Marajó	Soure, Cachoeiras, Ponta de Pedras, Muaná, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves, Anajás, Afuá e Chaves.
4	Região intermediária entre Tocantins e Xingu	Portel, Melgaço e Bagre.
5	Região da Bacia central do baixo amazonas	Gurupá, Mazagão, Macapá, Almerim, Prainha, Monte-Alegre. Alemquer, Óbidos, Oriximiná, Faro e Juruty.
6	Bacia do Xingu	Porto de Moz e Souzel
7	Bacia do Tapajós	Santarém, Aveiro e Itaituba.
8	Região do Salgado	Colares, Vigia, São Caetano d'Odivelas, Curuçá, Santarém Novo, Marapanim, Maracanã, Salinas, Quatipurú, Bragança e Vizeu

Fonte: Ignácio Baptista de Moura, *Geographia política do Estado do Pará*. In: *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp.145-180.

A expressão “Principais cidades” é designação de Ignácio Moura. Em realidade, não se trata de um estudo criterioso sobre a geografia local. A divisão por regiões obedece ao critério da “divisão natural” e aquelas avaliadas como “principais cidades” são as que apresentam certo grau de desenvolvimento econômico, porém não são devidamente explicitados pelo autor. A razão disso é óbvia. Mais que um trabalho de mapeamento geográfico, trata-se mesmo de um texto propagandístico que visava divulgar uma visão positiva do Estado no exterior. Para tanto, o argumento do engenheiro deita base no crescimento econômico tido em função da geografia local, primeiramente. Logo de início, o autor ressalta que “o Pará tem prosperado mais acentuadamente do que qualquer outro Estado da União Brasileira”. A explicação do crescimento reafirma o sempre em cena tema republicano. Sempre como signo de progresso, pois o crescimento do Estado se acentuou “sobretudo depois que a Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1890 garantiu-lhe a autonomia e discriminou-lhe novas fontes de receita própria”. Seguindo o argumento do desenvolvimento regional, o autor aborda aspectos como: noções gerais e constituição política; instrução pública; divisão judiciária; divisão policial; forças e fortificações federais; divisão municipal e cidades principais, produção agrícola-industrial; e, por fim, religião e cultos. Essa é a estrutura textual do artigo de Ignácio Moura. Sempre na convicção íntima de reiterar as condições positivas de que gozava o Estado.

Se as obras de Reclus eram bem familiares e apreciadas pelos geógrafos nortistas, uma, em especial, influenciou a pena de Henrique Santa Rosa. Em 1869, o geógrafo francês publica *L'histoire d'un ruisseau*, “história de um riacho”. Nesta obra, o autor descreve a vida de um curso d'água, o acompanhado desde sua nascente até seu desaguar no mar. Entre descrições da paisagem e uma escrita poética, Reclus mistura ideias anarquistas a uma visão generosa e otimista da natureza e do homem, sonhando com um progresso moral e social contínuo. Este foi um trabalho que serviu de muita inspiração para Henrique Santa Rosa. O

engenheiro paraense também se lança à empreitada semelhante, e põe-se à cata da história de um rio, o Amazonas. As semelhanças não são fortuitas; tampouco se resumem ao título. As citações a Élisée Reclus são diretas. Em *História do Rio Amazonas*, Santa Rosa cita uma frase de Reclus sobre o Rio Amazonas, segundo geógrafo francês, este é o “rio por excelência, glória do nosso planeta”<sup>16</sup>. À guisa de fontes, o geógrafo-historiador analisa subsídios baseados em dados geográficos, além das informações “que são fornecidas continuamente pelos historiógrafos ou por estudiosos cronistas, em suas memórias, corographias, monografias, álbuns e revistas”. Sob o manto de historiador da geografia paraense, o engenheiro sai no percalço de estudiosos que projetaram “intensa luz sobre a história do grande rio Amazonas”<sup>17</sup>..

Santa Rosa apresentou seu trabalho, em formato de tese, à 2ª subsecção do Primeiro Congresso Internacional de História da América, em 1922. Alguns anos antes, com outro ensaio de geografia-histórica, o engenheiro-historiador havia já representado o Pará no Primeiro Congresso de História Nacional, em 1914, com a tese *A depressão amazônica e os seus exploradores*. Nesse evento de 1914 já haviam sido iniciadas as discussões a respeito do que se pretendia projetar para 1922, ano de centenário da independência do Brasil. A comissão avaliadora para qual o historiador paraense submetera sua obra era composta por Gastão Ruch, presidente; Rodolphi Garcia, relator; além de Leopoldo Feijó Bittencourt e José Mattoso Maia Forte. O engenheiro paraense era já velho conhecido de Gastão Ruch, que no Primeiro Congresso de História Nacional, fora relator da segunda secção temática *História das Explorações Científicas*, onde Santa Rosa apresentou o trabalho *A depressão amazônica e os seus exploradores*<sup>18</sup>. A *História do Rio Amazonas* é uma obra comemorativa ao centenário da independência do Brasil e é fruto da maturidade do autor em relação ao tema. Seu trabalho obteve avaliação positiva, já naquela época. Segundo o parecer da comissão avaliadora, a história do rio “relata o assunto com ampla informação”, com “método e erudição”<sup>19</sup>. Ao final, “sua aprovação se impõe e aplausos são devidos ao ilustrado autor”<sup>20</sup>.

A tese é dividida em duas partes, sendo que a primeira delas se apresenta como um ensaio de geografia física que aborda toda extensão territorial da região banhada pelo Rio

<sup>16</sup> RÉCLUS, Élisée *apud* SANTA ROSA, Henrique. Op. cit., s/p.

<sup>17</sup> SANTA ROSA, Henrique. Op. cit., p. 195.

<sup>18</sup> A depressão amazônica e os seus exploradores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional, t. II, p. 271-344.

<sup>19</sup> RUCH, Gastão; GARCIA, Rodolfo; BITTENCOURT, Feijó; FORTE, José Mattoso Maia, “Parecer”. In: SANTA ROSA, Henrique. *História do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 3-4.

<sup>20</sup> Idem.



Amazonas. É pertinente lembrar que, assim como no caso do tricentenário de Belém os parâmetros historiográficos dessa geração vislumbravam nas origens remotas da cidade um tema fundamental a ser elucidado, a mesma premissa se apresentava em relação à origem do Amazonas. Em outras palavras, cultivava-se um discurso historiográfico fundado numa progressão linear e evolutiva de causa e efeito. Mas há agora uma particularidade. Quando o objeto em questão é um rio, o engenheiro precisa se vestir geólogo e sair à busca da origem geológicas da bacia amazônica. Nesse desafio prodigioso, “seria insensato”, diz Santa Rosa, “buscar novas hipóteses ou enveredar por vias diversas daquelas que têm aberto sábios investigadores, quando do resultado de suas pesquisas a luz tem irradiado, deixando a mostras mistérios que não resistem à argúcia dos geólogos”<sup>21</sup>.

O esforço interpretativo do engenheiro certamente seria ainda maior e mais problemático se não fosse o auxílio que encontrou junto ao desenvolvimento do projeto do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Isso porque, depois de altos e baixos, sob a direção do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), a instituição ganhou nova cara. Goeldi assume a direção da casa em 9 de julho de 1893, e de imediato elabora a nova estrutura, procurando fazer do Museu uma instituição análoga às congêneres europeias<sup>22</sup>. Nesse empreendimento, traz para cá uma série de naturalistas europeus. Entre eles podemos destacar sujeitos que posteriormente se destacariam nos estudos da região, como o botânico suíço Jacques Huber<sup>23</sup>; o alemão Godofredo Hagman, zoólogo; Adolpho Ducke, zoólogo e botânico; Joseph Schonnann, taxidermista; Curt Mimuendaju, etnólogo; Ernest Lonse, desenhista litógrafo, e Frederico Katzer, geólogo. Além disso, organizou duas revistas, *Memória do Museu Paraense* e *Boletim do Museu Paraense*<sup>24</sup>. Foi justamente no *Boletim do Museu Paraense* e, especialmente, nos geólogos Eduard Suess (1831-1914) e Frederico Katzer, que Santa Rosa encontra o fundamento geológico de que necessitava.

Eduard Suess foi um geólogo vienense especialista na geografia dos Alpes. Cunhou o termo biosfera e postulou a existência de duas das principais estruturas geográficas extintas da Terra, o supercontinente de Gondwana, proposto em 1861, e o mar de Tétis. Apoiado nele,

---

<sup>21</sup> SANTA ROSA, Henrique. op. cit., p. 8.

<sup>22</sup> Para uma análise da criação do Museu Paraense de História Natural e Etnografia no contexto nacional do discurso científico eivado de teorias raciológicas do século XIX, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Sobre as instituições científicas, ver especialmente o capítulo terceiro, Os museus etnográficos brasileiros: ‘polvo é povo, molusco também é gente’.

<sup>23</sup> Jacques Huber (1867-1914), botânico suíço, veio para o Museu Paraense em 1895 e organizou a seção de Botânica. Foi diretor do Museu Paraense de 1907 até a sua morte.

<sup>24</sup> Idem, p. 85.

Santa Rosa viaja cerca de 400 milhões de anos no passado, chegando à época devônica <sup>25</sup>, quando, segundo Suess, teria existido o grande Continente Atlântico, que uma vez rompendo-se em duas partes assimétricas, findou por dar origem aos continentes de Atlanta, mais ao Norte, e o de Gondwana, ao sul <sup>26</sup>. Esses eventos teriam “precedido os primitivos elementos, aos quais, outros viriam juntar-se, para a formação da bacia do grande rio, cuja história nos é dada per-lustrar” <sup>27</sup>. Já Katzer, foi chefe da secção mineralógica e geológica do Museu Paraense. Nele Santa Rosa encontra a análise dos caracteres petrológicos dos depósitos litorais e das plantas observadas nas camadas terrestres da bacia amazônica. Segundo o engenheiro, partindo desses elementos é “possível a reconstrução dos prováveis contornos do continente atlântico” <sup>28</sup>. Seguindo esta trilha metodológica, Santa Rosa se vê obrigado a analisar a longa região que compreende a extensão do Rio Amazonas, desde sua nascente nos Andes. Neste ponto, o estudo é alicerçado nos trabalhos do geólogo norte-americano Benjamin Miller <sup>29</sup>, que foi chefe do departamento de geologia da Universidade de Lehigh; nos relatos de viagens do naturalista francês Francis de Castelnau (1810-1880), que entre 1843 a 1847 cruzou a América do Sul, do Peru ao Brasil, seguindo o Amazonas e os sistemas do Rio da Prata; nos estudos de Eugenio Hussak, geólogo da Comissão do Planalto Central <sup>30</sup>; e, por fim, nas observações de Elissé Reclus. O geógrafo francês acreditava que o que afinal caracterizava “os Andes entre outros grandes sistemas de montanhas são as numerosas bifurcações, ou melhor, os desdobramentos da cordilheira. Oito vezes, da fronteira do Chile às venezuelanas, os Andes se dividem para formar grandes recintos, encerrando um platô entre duas ou mesmo três fileiras de picos” <sup>31</sup>.

Se a primeira parte se constitui num esforço de geografia física, como uma espécie de história geológica da planície amazônica, ou quem sabe uma história hidrográfica do Rio Amazonas, a segunda parte de *História do Rio Amazonas* traz um exame atento dos homens

<sup>25</sup> Na escala de tempo geológico, o devoniano ou devônico é o período geológico da era paleozóica que se estendeu de 410 a 355 anos atrás. SUESS, Eduard, W. J. Sollas, and Hertha B. C. Sollas. *The Face of the Earth (Das Antlitz Der Erde)*. Oxford: Clarendon Press, 1904; *idem*, *The Future of Silver*. Washington: [s.n.], 1893.

<sup>26</sup> SUESS, Eduard, *Das Antlitz der Erde*, 1888. *apud* KATZER, Frederic. *Boletim do Museu Paraense*, 1897, vol. II, p. 239 *apud* SANTA ROSA, Henrique. *Op. cit.*, p. 7.

<sup>27</sup> SANTA ROSA, Henrique. *op. cit.*, p. 7.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>29</sup> MILLER, Benjamin. *Geologia y mineria andinas*. Ingenieria Internacional, Julio, 1921.

<sup>30</sup> No ano de 1891, foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo astrônomo Luís Cruls e integrada por médicos, geólogos e botânicos, entre os quais Eugenio Hussak. Fizeram um levantamento sobre topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da região do Planalto Central. A área ficou conhecida como Quadrilátero Cruls e foi apresentada em 1894 ao Governo Republicano. Esses estudos precederam a mudança da capital federal para o que veio a ser Brasília. HUSSAK, Eugenio, *Anexo V ao Relatório da Comissão do Planalto Central*, 1894.

<sup>31</sup> RECLUS, Elisé. *La Terre*. Paris, 1883. 1º vol, p. 190, *apud* SANTA ROSA, Henrique. *op. cit.*, p. 20.

que passaram pela região, navegaram, estudaram e emitiram parecer sobre o Rio Amazonas. O itinerário analítico do historiador inicia pelo “descobrimento do novo mundo, por Cristovam Colombo”<sup>32</sup> e Martin Alonso Pinzon, “grande marinheiro, perito e entendido, que gozava do maior prestígio e influência com a gente do mar”<sup>33</sup>. Da origem geológica, até aos fatos e vultos “grandiosos” que marcaram a região banhada pelo Rio Amazonas, Santa Rosa busca reconstruir a expressão fisionômica numa ampla história do curso d’água, abordando o leito, as margens, a cabeceira, a foz, os habitantes e os viajantes e estudiosos. A cada página o autor revela tacitamente sua proposta de desvendar a Amazônia em sua riqueza e exuberância, tão características e singulares. A singularidade da região, aos olhos do engenheiro, salta à luz como potencialidade inequívoca rumo à civilização e o progresso. Envolto nessa áurea, o “grande rio Amazonas” é tomado simbolicamente como signo-mor da riqueza e de potencialidade natural. Como símbolo maior da identidade regional. É no passado e na natureza, portanto, que essa geração finca as bases da identidade regional. Daí o nó, amarrando história e geografia. É assim, segundo um verdadeiro balanço “historiográfico” do que foi produzindo em termos de conhecimento geográfico e científico da região, que Santa Rosa lança mão dos trabalhos de exploradores e cientistas, do passado e do presente. A tabela abaixo mostra muito bem o esforço de Santa Rosa na coleta e análise de um grande número de cartas geográficas sobre o Rio Amazonas.

**Tabela 2.** Cartas geográficas sobre as regiões banhadas pelo Rio Amazonas.

Autor	Cartas Geográficas	Ano
João Wilkens de Mattos	Carta da Ilha de Joanes	S/d
	Cartas Portuguesas	1749
Luiz de Servilhe	Mappa Corographio de La Nueva Adalucia	1778
Fr. Antonio Caulin	História Corographica	1779
Antonio Pires da Silva Ponte e Ricardo Franco de Almeida	Fronteiras Hespanholas	1781
Engenheiros Euzébio Antonio Ribeiro e José Simões de Caqrvalho	Mapa geográfico do Rio Brando	1787
Tenente Lister Mawe	Carta do Rio Amazonas	1828
José Joaquim Victorio da Costa	Carta Geográfica das viagens feitas nas Capitánias do rio Negro e Matto Grosso, de 1780 a 1789	
Alexandre Von Humboldt	Esboço Hipsometrico da Cordinheira do Andes	1831
Spix e Martius	Carta do Rio Amazonas	1831
H. Brué, com observações astronômicas e dados topográficos de Alexandre Von	Carta Geral da Colômbia	

<sup>32</sup> SANTA ROSA, Henrique. op. cit., p. 107.

<sup>33</sup> Idem, p. 108.

Humboldt		
Tardy de Montravel	Mappa da Costa Setentrional do Brasil	1844
Caetano Osculati	Mappa do Rio Amazonas	1848
Mangin Désincourt	Mapa do Baixo Tapajós	1852
Wm. L. Herndon	Mapas dos Rios Huallaga, Ucayali e Amazon	1853
Wm. L. Herndon	The Valley of the Amazon	1853
José da Costa Azevedo	Curso do Amazonas	1864
Capitão Tenente Parahybuna do Reis	O Tacantins e o Araguaya	1865
F. M. Rojas	Mappa venezuelano de Todos los Estados de La America Del Sur	1867
Comissão mista de limites	Mapa do Rio Javary	1866
Candido Mendes de Almeida	Atlas do Império do Brasil	1868
James Orton	Equatorial América	1869
Domingos S. Ferreira Pena	Mapa da Região Ocidental	1869
	Cartas das Comissões de limites entre Brasil e Bolívia	1871 a 1875
José Veloso Barreto	Mapa da Ilha do Marajó	1872
José Veloso Barreto	Mapa do Rio Tocantins	1872
José Veloso Barreto	Mapa do Rio Amazonas até as suas nascentes	1872
Thos. O. Selfridge	Mapa do Rio Amazonas, do Pará a Manaus	1878
Jules Crevaux	Mapa dos Rios Parú e Jary, Ica e Japurá	1880- 1881
Expedição de Von den Steine	Mapa do Alto Xingu	1884
	Mapa do Baixo Araguay e Nascentes dos rios Uaupés, Rio Branco, Takutú, Mapuera, Trombetas e Essequibo	1884- 1885
Dr. Gonçalves Tocantins e Luiz Bisson	Mapa do Rio Cunany	1891
Engenheiro Filinto Alcino Braga Cavalcanti	Mapa do Rios Araraguay e Marapary	1891
Marcos de Carvalho	Mapa dos Rios Parú e Jary	1891
Henrique Santa Rosa	Mapa do Estado do Pará	1892
A. Moreira Pinto	Corographias do Brasil	1894
Henri Coudreau	Mapas dos rios Araguaya, Tocantins, Itacauyna, médio Xingu, Tapajós, São Manoel, Trombetas, Acapú, Cuminã, Mpuera, Curuá, Maecurú e Nhamundá	1895 a 1899
Barão do Rio Branco	Carta Provisória de Partes Guyanas Brasileira e Francesa	1896
Capitão Tenente Nóbrega de Vasconcellos	Costa do Estado do Pará e Ilha do Marajó	1897
Coronel Vicente Chermont de Miranda	Mapa do Rio Capim	1897
Oscar de Miranda	Mapa do Rio Paranatinga	1889
	Cartas de Henri Tropé (anexas ao Droit du Brésil, Joaquim Nabuco)	1903
Coronel Plácido de Castro	Mapa do Território do Acre	1904
Ermano Stradelli	O Estado do Amazonas	1906
	Mapas do Estado do Pará e Amazonas (Atlas do Brasil, de Barão Homem de Mello)	1906
Paulo Lecointe	Curso do Amazonas do Baixo Amazonas	1906 e 1911
E. guibert de Blaymond	Hinterland brasileiroboliviano	1908
João de Palma Muniz	Costa do Estado do Pará e Zona da Estrada de Ferro de Bragança	1908
José Picanço Diniz e Jacques Huber	Mappa de distribuição geográfica da Gomma elástica no Estado do Pará	1911
João Alberto Masô	Carta do Território do Acre	1917

Theodoro Braga	Mappa Econômico do Estado do Pará	1918
----------------	-----------------------------------	------

Fonte: Henrique Santa Rosa, *História do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

Operando uma verdadeira revisão dos estudos cartográficos na Amazônia, o engenheiro prima pela atualização do saber sobre o território. Aliás, na condição de homens de Estado, comprometidos com a ação do poder público sobre a exploração e colonização da região, bem ao gosto dos cânones do pensamento geográfico da época, Henrique Santa Rosa, juntamente com Palma Muniz, produziu um vasto rastreamento cartográfico do Estado do Pará. Não por acaso as incursões do Marechal Candido Rondon (1865-1958) eram muito bem vistas e apreciadas em terras paraenses. Em 1916 e 1917, a imprensa local noticia de perto as atividades do Marechal Rondon. Tanto que, em 1917, se organiza uma grande recepção, seguida de um circuito de palestras, por ocasião da chegada de Rondon a Belém<sup>34</sup>. Segundo as palavras de Santa Rosa, “estão a se impor à geral consideração os trabalhos de Candido Rondon e seus auxiliares, pondo em descoberto vertentes desconhecidas e corrigindo notáveis erros hidrográficos”<sup>35</sup>. O que está em pauta é a necessidade de conhecer, para em seguida intervir na região. Esse é o contexto onde a *intelligentsia* paraense, afinada a essas discussões, disponibilizava total apoio e consideração à criação de associações científicas. Pois se o conhecimento do território amazônico e de suas riquezas era na época ainda obscurecido em vários aspectos, era imperativo urgente sanar tal deficiência. Santa Rosa dedica considerações as mais benevolentes ao projeto representado pelo Museu Paraense. Diz ele: “com a reorganização científica que lhe foi dada em 1895, merece também ser apontado em saliência, pelas investigações e monografias com que tem concorrido para o estudo do vale, deixando ligados à história do rio Amazonas nomes inolvidáveis, quais sejam os de Emilio Goeldi, Frederico Katzer, Jacques Huber, Adolpho Ducke, Aureliano Guedes e Emilia Snathlage”<sup>36</sup>.

Se fizermos uma espécie de cartografia de referências e citações de autores, veremos muito claramente que, em se tratando de diversos temas relacionados ao espaço amazônico, as penas de toda uma geração de sujeitos como Palma Muniz, Henrique Santa Rosa, Ignácio Moura, Theodoro Braga, Santa-Anna Nery, Arthur Vianna, Barão do Marajó, entre outros, em geral grafam sempre os mesmos nomes. A tradição do pensamento geográfico paraense

---

<sup>34</sup> Viajantes Ilustres, *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1916; O belo livro de um grande homem: “Conferências”, de Candido Rondon, *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1917; Coronel Rondon: sua chegada a Belém, *Folha do Norte*, 6 de Outubro 1917.

<sup>35</sup> Idem, p. 190

<sup>36</sup> Idem. P. 190

oitocentista não passa sem referências a Charles Marie de La Condamine (1701-1774), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e o alemão Alexandre von Humboldt (1769-1859); além dos ingleses Walter Bates (1825-1892), Alfred Russel Wallace (1823-1913) e Richard Spruce (1817-1893); o suíço e professor de Cambridge, Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), James Orton (1830-1877) e os geógrafos franceses Élisée Reclus (1830-1905) e Henri Anatole Coudreau (1859-1899). Todos esses autores eram fascinados pela riqueza natural da região, de resto, seus escritos serviam como régua às outras leituras que posteriormente se desenvolveram sobre a Amazônia.

A geografia que se desenvolve na Amazônia, no final do século dezenove e nas primeiras décadas do século XX, é profundamente marcada pela leitura desses clássicos. O movimento do qual participa a intelectualidade paraense possui marcas temporais latentes. Daí o diálogo intenso com sujeitos como Reclus, e outros nomes que se destacaram num contexto específico em que o pensamento geográfico passava por processo de sistematização de nível mundial. O mesmo pode ser dito em relação à leitura de Humboldt e Ritter, hoje apontados como precursores da geopolítica alemã, que mais tarde seria retomada por Karl Haushofer (1869-1946), geopolítico alemão cujas ideias influenciaram o desenvolvimento de estratégias expansionistas de Adolf Hitler. Importante notar que tanto a geografia como a ciência política que se praticavam então na Alemanha voltam-se para a leitura do Estado como agente político fundamental na definição do espaço, do território e dos recursos naturais de uma nação<sup>37</sup>. O contexto social alicerce do desenvolvimento da geografia pode ser, grosso modo, resumido em dois aspectos que se auto-alimentam. O primeiro deles nos leva de volta à contiguidade entre história e geografia.

No século XIX, a memória e o passado das nações passaram por um filtro seletivo orientado para catar datas e fatos “da nossa passada grandiosidade”<sup>38</sup>, como em língua vernácula se expressaria Ignácio Moura. Acontece também, que para ser completo, o quadro de afirmação das nacionalidades teve que necessariamente passar por um minucioso processo de conhecimento do território que estaria sob gerência do Estado. Nessa relação entre afirmação da nacionalidade e a construção do Estado, o tema da identidade adquire valor em geografia a partir do conceito de territorialidade. Da mesma forma, a geografia ganha importância nas discussões sobre identidade por lidar de um modo especial com o tema do

---

<sup>37</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso. *Geografias da arte: oligarquia, política e modernismo em Belém do Pará da República*. (no prelo).

<sup>38</sup> MOURA, Ignácio. Centenário do Pará. *Folha no Norte*, 5 de janeiro de 1923.

território e da territorialidade <sup>39</sup>. O território é evidentemente dotado de um aspecto físico; portanto, é passível de ser circunscrito e delimitado como espaço administrativo sob domínio de um poder. Segundo esses termos, sob uma percepção marcadamente política, o conceito de territorialidade se transforma numa estratégia poderosa para controlar pessoas e coisas através do controle de uma determinada área. O que gostaria de frisar com isso, é que conhecer o território significa também conhecer e definir a si mesmo, nas partes e no todo. Mais que definir o espaço de atuação do poder do Estado-Nação, conhecer o território é, portanto, uma relação de alteridade. É conhecer o outro <sup>40</sup>. Esse é o primeiro aspecto a que me referi, o que concebe a história e a geografia como instrumentos para nação, no sentido de definição da nacionalidade através do passado, do espaço e da territorialidade.

O segundo marca o próprio desenvolvimento epistemológico da geografia. Intrínseco aos debates sobre nacionalidade, o século XIX foi determinante para o pensamento geográfico devido às mudanças operadas no mundo moderno em decorrência da expansão do capitalismo. Como uma das demandas fundamentais da reprodução e do domínio do capital, se fez necessário conhecer terras outrora desconhecidas e potenciais de riqueza ainda não dominados. A afirmação do capital se dá pela afirmação da razão instrumental, fundamentada em suas bases teóricas pela percepção de dominação do homem esclarecido sobre a natureza <sup>41</sup>. É importante notar, que a multiplicação das sociedades geográficas no século XIX se deu impulsionada pelo projeto europeu de expansão colonial, no qual essas associações se fizeram engajadas. Com o apoio dessas instituições, as expedições científicas e militares se intensificaram segundo o intuito de conhecer, sistematizar características territoriais, explorar

---

<sup>39</sup> Para uma discussão a respeito do significado e da importância dos conceitos de território e territorialidade, ver: ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: Vinícius Lages, Christiano Braga e Gustavo Morelli (Orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004. A autora reitera a atualidade da reflexão sobre esses conceitos à luz do aprofundamento do processo de globalização; MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 1966-1977, 1991.

<sup>40</sup> Armando Corrêa da Silva faz uma sucinta e interessante discussão sobre o território físico e sua existência no universo da consciência. Argumenta que imaginar já é tornar possível o existir do território na mente. Segundo a velocidade da mente marcada pelos avanços tecnológicos, o território da consciência tende a se tornar a consciência do território, mas como espaço mágico, explica o autor. Cf. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, pp. 257-260.

<sup>41</sup> T. Adorno e M. Horkheimer elaboram uma densa e pertinente discussão teórica sobre a razão instrumental, que segundo os autores reduz a razão à técnica: não visa conceito ou imagens, nem o prazer do discernimento, mas sim o método e a utilização do trabalho e da natureza para o capital. Cf. especialmente o capítulo primeiro – “O Conceito de Esclarecimento” – de *A Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Para uma análise crítica da Dialética do Esclarecimento, ver HABERMAS, Jürgen. “O entrelaçamento de mito e esclarecimento: Horkheimer e Adorno”. In: *O Discurso Filosófico da Modernidade: Doze Lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 153-186.

e desenvolver estratégias para o comércio. Assim, conhecer melhor as colônias era prerrogativa básica para conquistar novos territórios, visando ao intercâmbio comercial e à difusão da cultura europeia <sup>42</sup>. A criação da Sociedade de Geografia de Paris, em 1821, por exemplo, esteve vinculada à política econômica e expansionista francesa, tempos antes inaugurada pelo cardeal de Richelieu (1585-1642).

De acordo com esses parâmetros, em 1828 foi fundada a Sociedade de Geografia de Berlim, que entre os fundadores contou com a presença de Ritter. Essas sociedades científicas foram importantes para atualização e difusão do conhecimento geográfico. Com Ritter e seu compatriota Humboldt, foi superada uma análise geográfica marcadamente descritiva. A partir de seus trabalhos, a geografia caminhou para se constituir em um ramo particular do conhecimento caracterizada, sobretudo, por procurar examinar o relacionamento entre homem e natureza <sup>43</sup>. Por conta dos trabalhos desses autores, a Alemanha é tida como o “berço da geografia moderna” <sup>44</sup>, o que decerto está relacionado a um espaço de germinação bem próprio. Se para o capitalismo inglês e francês o papel da geografia atuou favorecendo a expansão colonial, para o capitalismo alemão seu papel foi o de dar respostas a questões ainda preliminares, como a unidade alemã <sup>45</sup>.

O modelo europeu serviu de inspiração a várias associações geográficas que foram posteriormente fundadas na América Latina. Podemos mencionar, por exemplo, a American Geographical Society, em 1852, de Nova York; a Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística, criada em 1833; e a Société de Géographie de Québec, em 1877. Essas agremiações, em geral, possuíam características comuns. Participavam de congressos e trocavam correspondências com as congêneres estrangeiras, principalmente as europeias.

---

<sup>42</sup> CARDOSO, Luciene Carris. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2005.

<sup>43</sup> Cf. LENCIONI, Sandra em especial. “A geografia como ciência e a região como objeto de estudo”, op. cit., p. 73-115.

<sup>44</sup> SILVA, Armando Corrêa da. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, pp. 257-260. Giovane da Silva Mota realiza uma interessante abordagem sobre duas dimensões, uma do tempo e outra do espaço. São elas, segundo ele: o lugar e o cotidiano. Duas das dimensões mais imediatas do homem na relação com seu mundo. Argumenta que é necessário recriar o lugar na geografia, construindo uma teoria geográfica do lugar que permita perceber o espaço geográfico como uma unidade histórica e cotidiana, onde o vivido e o concebido se integrem tanto na existência quanto na consciência do indivíduo. Cf. MOTA, Giovane da Silva. *Contribuições para uma Teoria geográfica do lugar*. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia (dissertação de mestrado). Belém, 2006.

<sup>45</sup> Cf. MOREIRA, Ruy. *O Pensamento Geográfico Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2008.



Seguiam o princípio de divulgar o conhecimento científico, por meio de intercâmbio de publicações; principalmente revistas, boletins, dicionários, monografias e mapas <sup>46</sup>.

Esse foi um amplo movimento mundial lido e apropriado no Pará de forma muito própria. E não poderia deixar de ser de outra forma, já que o desafio aqui era pensar uma realidade local bem específica. Isso significa problemas bem próprios, pois pensar a Amazônia sob o signo da civilização significava enfrentar alguns estigmas, entre eles o de terra imatura, terra de índio. De terra desconhecida, que por isso, sofria da ausência do Estado civilizador. Figuras do Estado, Santa Rosa e Palma Muniz, e também Ignácio Moura, eram intelectuais orgânicos a serviço do discurso civilizatório. A matriz intelectual segundo a qual desempenharam seus cargos junto à Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Pará se alicerçava numa noção bem próxima da concepção de geopolítica. Para ficar mais claro, a noção de geopolítica era aqui concebida como o estudo da relação intrínseca entre a geografia e o poder, construindo métodos de análise, manipulando os conhecimentos da geografia física e humana para orientar a ação política do Estado. É bom lembrar que a Secretaria de Obras Públicas era, na época, uma das secretarias mais importantes e influentes. Não era por outro motivo o prodigioso esforço de Palma Muniz em construir uma cartografia total da territorialidade paraense <sup>47</sup>. Para se ter uma ideia, somente na obra Patrimônios dos Conselhos

---

<sup>46</sup> A historiadora Luciene P. Carris Cardoso traça um panorama das Sociedades de Geografias, onde situa seu objeto de estudo: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, criada em 1883. Cf. CARDOSO, Luciene P. Carris. Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-96, jan./ jun. 2005

<sup>47</sup> *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Pará*. Paris: Aillaud, 1904. A obra que contém 34 mapas sobre o Estado do Pará. Além dela, grande parte de sua produção intelectual esteve associada à questão territorial: *Índice geral dos registros de terras: publicação oficial organizada na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro pelo engenheiro civil João de Palma Muniz*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907; *Índice dos títulos de terras: expedidos pelo Governo do Estado na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro, 1901-1908: publicação oficial pelo engenheiro civil João de Palma Muniz*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909; *Formulário de terras apropriado ao regulamento de terras estadual*. Lausane E. Toso & Cie, 1913; *Algumas Reflexões sobre o segundo memorial do Estado do Pará na pendência de Limites Pará-Amazonas em 1916*. Belém: Imprensa Oficial, 1916; *Limites Pará - Goyaz: notas e documentos*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920; *Legislação de Terras: dados estatísticos*. Pará: oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1924; *Terrenos discriminados na Estrada de Ferro de Bragança*. Pará, 1910; *Mapa do Estado do Pará, com delimitação municipal, 1912*; *A Orla Marginal do Rio Amazonas dentro do território brasileiro*. Pará, 1916; *A Faixa territorial da República brasileira*. Pará, 1916; Catálogo das Petições de Cartas de Data e Sesmarias existentes no Arquivo Público do Grão Pará. *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo X. Tipografia do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1929, pp. 291-334; Dados para a História dos Limites Paraenses, *Revista do IHGP*, Nº 2, Pará, 1918. Há ainda seu estudo sobre delimitações municipais: Município de Macapá – termos de vereação, 1770/1780 – compilação, *Revista do IHGP*. Nº 8, Pará, 1934; Documentos para história dos municípios do Pará, *Revista do IHGP*. Nº 7, Pará, 1932; Limites Municipais do Estado do Pará (Baião, Bragança, Breves, Cameté e Chaves). *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo VIII. Tipografia do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1913, pp. 247-319; *O Município de Itaituba*. Pará, 1906; *Carta geográfica do Município de Belém*, Paris, 1905; e *Patrimônio dos conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris, 1904, estudo da propriedade territorial dos municípios paraenses com 36 mapas litografados.

Municipais do Estado do Pará <sup>48</sup>, o engenheiro posta 34 mapas litografados sobre o Estado do Pará.

A imensa e desconhecida geografia do Brasil sempre foi um tema que exerceu fascínio sobre aqueles que se deitaram a decifrar a identidade do país. Não faltou toda sorte de metáforas espaciais que elegeram o território como símbolo-mor de uma sociedade recente <sup>49</sup>. No caso da Amazônia, esse foi um processo que se deu imiscuindo considerações sobre a natureza e discursos sobre modernidade da região. Para alguns autores, como o geógrafo Antonio Carlos Robert de Moraes, a insistência com que parte da elite brasileira representou a nação como um território, indicaria a existência de um pensamento autoritário, na medida em que implicava pensar o espaço como um vazio que devia ser ordenado e controlado pelo Estado <sup>50</sup>. Já a historiadora Flora Sussekind argumenta que as narrativas de ficção das décadas de 1840 e 1850 se valiam demasiadamente de retratos geográficos do país que surgiam, no mais das vezes, como simples cenários desprovidos de história <sup>51</sup>. Seguindo outra perspectiva, João Marcelo Ehlert Maia, analisando os engenheiros e escritores Euclides da Cunha (1866-1909) e Vicente Licínio Cardoso (1889-1931), acredita que as metáforas espaciais expressam as características inventivas do Brasil <sup>52</sup>. Essas são considerações importantes para compreender o desenvolvimento da geografia na Amazônia. Acredito, porém, que aos olhos da intelectualidade paraense, o espaço e o território se apresentam, por um lado, como metáforas inventivas da identidade nacional e como imagem marcada por um pensamento em alguma medida autoritário, já que via na figura do Estado o agente maior e por excelência de intervenção. Mas, por um lado, numa região de floresta e de limites imprecisos, as metáforas espaciais eram vistas não somente como signo-mor da identidade regional e nacional, já que a conquista da região amazônica era tida por aqui como o maior momento da territorialidade nacional; mas era vista também como a inscrição *in natura* do progresso inerente à região. Podemos verificar isso desde os primeiros habitantes, como vimos na leitura que Theodoro Braga e Ignácio Moura fizeram do indígena amazônico, como também nas percepções que se tinha dos rios, da floresta, e da riqueza natural de modo geral.

---

<sup>48</sup> *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris: Aillaud, 1904.

<sup>49</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert, *A "Rússia Americana": a terra no pensamento social brasileira*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

<sup>50</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>51</sup> SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>52</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. Op., cit.

É importante também verificar que os estudos na área não se restringiram aos engenheiros. Esse foi um tema muito importante para época. Autores como o historiador José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó (1832-1906), e Misael Correa de Seixas merecem ser lembrados entre os que se arguiram a fim desvendar a geografia amazônica. O primeiro escreveu *Geografia Física*<sup>53</sup>, em 1900; já Misael Seixas, *A agrogeografia e seu estudo*, texto publicado na edição de março da revista *O Ensino* de 1919<sup>54</sup>. *Geografia Física* vem impresso numa obra que guarda escalas e percepções importantes de serem observadas. Trata-se de um tomo organizado no Pará especialmente em homenagem à data que os postulados historiográficos e o pensamento social da época consideravam a mais importante da história nacional: o descobrimento do Brasil. Soma-se a isso, o fato do álbum ter sido mandado organizar segundo designação do Governador do Estado, Dr. José Paes de Carvalho. Páginas engajadas, letras políticas. De parte do poder público paraense interessava divulgar as riquezas existentes no Estado, discurso completado pela exaltação das belezas e modernidades da cidade de Belém. Outro objetivo definido era o interesse de atrair imigrantes para região. Portanto, trata-se de uma obra de divulgação positiva com interesse de atingir escala nacional e internacional, artifício corriqueiro para época<sup>55</sup>.

Se abrirmos a obra, veremos a reunião de temas e assuntos diversos; mas que juntos compõem uma totalidade coerente, do ponto de vista de sua proposta. Entre os autores, além do Barão do Marajó, com sua *Geografia Física*, e Ignácio Moura com *Geografia Política do Estado do Pará*, o volume se completa pelas penas de sujeitos de renome da intelectualidade local. Lá estão as rubricas de Frederico Santa-Anna Nery (1848-1901), que preparou a introdução, intitulada *Bibliografia Científica sobre o Amazonas: impressões e juízos sobre os principais exploradores*<sup>56</sup>. Santa-Anna Nery foi um sujeito que viveu muito tempo em Paris. Nascido no Pará, mais tarde se fez um dos maiores propagandeiros das virtudes regionais

---

<sup>53</sup> Barão do Marajó certamente foi um dos principais nomes da conformação da tradição do pensamento geográfico a que venho me referindo. Nessa linha podemos mencionar algumas de suas obras. São elas: *A Amazônia: as Províncias do Pará e Amazonas e o governo central do Brasil*. Lisboa: Typographia Minerva, 1883; *As regiões amazônicas: estudos chorográficos dos Estados de Gram Pará e Amazonas*. Lisboa: Imprensa de L. da Silva, 1896; e, na categoria de descrição de viagem, *Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bosphoro e Danúbio: apontamentos de viagem*. Lisboa: Typographia Universal de T. Q. Antunes, 1874-1876 (editado em três tomos).

<sup>54</sup> SEIXAS, Misael. A agrogeografia e seu estudo. In: *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Belém: Oficinas e Redação do Instituto Lauro Sodré, ano II, março e abril de 1919, p. 114-116.

<sup>55</sup> A partir da obra *O Pará em 1900*, a historiadora Edilza Fontes realiza uma análise mais acurada sobre a política de imigração no Estado do Pará, ver: O Paraíso chama-se Pará: o Álbum *O Pará em 1900*. In: NETO, José Maia Bezerra; GUZMAN, Décio Marco Antonio. (Org.). *Terra Matura: historiografia e história social da Amazônia*. 1 ed. Belém: Paka-tatu, 2002, v. 1, p. 257-272.

<sup>56</sup> *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. II-XIII.

no exterior <sup>57</sup>. Na sua introdução, uma de suas principais queixas destina-se aos “filhos do Sul”. Esses, segundo ele, os mais das vezes são os “representantes irredutíveis da antiga e clássica ignorância crassa a respeito da Amazônia”, pois que têm os homens de cá na conta de “cidadãos do arco da flecha”, “caboclos anêmicos e algum tanto beribéricos que vivem ou, melhor, vegetam em estufa equatorial” <sup>58</sup>.

Em meio tom entre defesa e propaganda da região, a obra leva o punho de um cientista da envergadura do Dr. Emílio Goeldi, que escreveu sobre os *Reinos da Natureza encarado sobre o ponto de vista prático* <sup>59</sup>. Além do que, contou também com a contribuição de Dr. Gonçalo Lagos, com *Notícia sobre a meteorologia e climatologia médicas do Pará* <sup>60</sup>; Dr. João Goldinho, *Notícia sobre a natalidade, a nupcialidade e mortalidade em Belém, no quinquênio de 1895 a 1899* <sup>61</sup>; Dr. Américo Campos, este com dois artigos, *Higiene e Notícia sobre a patologia médica do Pará* <sup>62</sup>; José Veríssimo, com *Etnografia* <sup>63</sup>; Arthur Vianna, *Notícia Histórica* <sup>64</sup>; e Paulino de Brito, como o texto *A Imprensa no Pará* <sup>65</sup>. A diversidade dos temas e perspectiva unificava-se em torno do objetivo comum destinado a demonstrar o grau de civilidade já alcançado pelo Estado. Em linhas gerais, se era importante demonstrar que não se tratava de uma região insalubre e pestilenta; era igualmente imprescindível advogar tanto a respeito da grandeza inscrita no passado regional, como sobre a atual relevância econômica do Estado, alicerçada nas riquezas naturais de que dispunha, e que o “estrangeiro estuda e explora com afã”, deitando “longos olhares de inveja” <sup>66</sup>. Daí as incursões pelos reinos da natureza e pelo clima local; pelas estatísticas básicas de desenvolvimento, pela higiene e pela memória da imprensa. Pela etnografia e economia. Pela história e pela geografia da Amazônia.

---

<sup>57</sup> Maria de Nazaré Sarges e Anna Carolina Coelho analisam num breve artigo a trajetória e o percurso propagandístico Santa-Anna Nery no exterior, cf.: SARGES, Maria de Nazaré; COELHO, Anna Carolina de Abreu. Divulgando a Amazônia em Paris: Santa-Anna Nery e sua "missão". *Estudos Amazônicos*, v. II, p. 47-68, 2008. Em sua dissertação, Anna Carolina Coelho analisa com mais fôlego o intelectual paraense, Coelho, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

<sup>58</sup> NERY, Santa-Anna. op. cit., p. II.

<sup>59</sup> GOELDI, Emílio. *Reinos da natureza, encarados sob o ponto de vista prático*, op. cit., p. 37-62.

<sup>60</sup> LAGOS, Gonçalo. op. cit., p. 64-80.

<sup>61</sup> GODINHO, João. *Notícia sobre a natalidade, a nupcialidade e mortalidade em Belém, no quinquênio de 1895 a 1899*, op. cit., p. 82-101.

<sup>62</sup> CAMPOS, Américo. *Higiene*, op. cit. 103-119; *Notícia sobre a patologia médica do Pará*, op. cit., 122-129.

<sup>63</sup> VERÍSSIMO, José. *Etnografia*, op. cit., p. 131-144.

<sup>64</sup> VIANNA, Arthur. *Notícia Histórica*, op. cit., p. 185-280.

<sup>65</sup> BRITO, Paulino de. *A Imprensa no Pará*, op. cit., p. 281-293.

<sup>66</sup> NERY, Santa-Anna. *Bibliografia Científica sobre o Amazonas: impressões e juízos dos principais exploradores*. In: *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. I-XIII.

Essas matérias transitam e são ratificadas nos textos, a exemplo do produzido pelo Barão do Marajó. A título de nota, vale registrar que José Coelho da Gama e Abreu, o Barão de Marajó, foi antecessor de Henrique Santa Rosa na Direção Geral da Secretaria de Obras Públicas. Também foi ele o responsável pela tradução para o português do livro *The state of Pará: notes for the exposition of Chicago*, impresso pela *The Knickerbocker Press*, de Nova York, e que reuniu as penas de Ignácio Moura, Henrique Santa Rosa, Alberto Torrezão, Pedro da Cunha e Manoel Odorico Nina Ribeiro. A exposição de Chicago foi realizada em 1893, e a comitiva brasileira carregou na bagagem a intenção deliberada de mostrar ao mundo que na Amazônia se compartilhava e produzia o que de mais moderno estava sendo feito mundo <sup>67</sup>.

É neste ambiente social e cultural que estão postas as considerações do Barão do Guajará. Autor inicia seu texto ponderando preliminarmente sobre as dificuldades de elaborar uma exposição geográfica do Pará. Isso em função da incompatibilidade entre um tão “pequeno número de folhas que me foi concedido nesse livro” e a imponente de um Estado “tão grande pela sua extensão territorial”. No fundo o autor está endossando a necessidade de conhecer a região para tirar proveito, por exemplo, de “desenvolvimento do curso de seus rios, que são, em crescido número” e portanto são “tanto mais dignos de estudo, por suas ligações fluviais com diferentes Estados da União Brasileira, como por suas vantagens e influência nas comunicações com tantas nacionalidades da América central” <sup>68</sup>. Em poucas palavras, a dimensão da grandiosidade do território reclama estudo vasto e pormenorizado. Mais uma vez é reforçado o paradigma de que o Rio Amazonas é especial e que portanto torna especial a região por ele banhada. E essa característica ímpar é revestida em potencialidade econômica e política. Vejamos: “atravessando todo o Estado do Pará e o Amazonas” e filiando outros “grandes caudais que nos levam até às Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, à Colômbia, Equador, Venezuela, Peru e Bolívia”, é capaz de tornar o “Pará, que domina a boca do grande rio, o empório comercial de parte do Brasil e de grande parte das Américas Central, podendo influir nas relações internacionais tanto pelo lado comercial como político” <sup>69</sup>.

A estrutura do texto é formada por onze tópicos definidos da seguinte maneira: 1) Limites e extensão, 2) População, 3) Clima, temperatura e salubridade, 4) Caracteres

---

<sup>67</sup> Para uma análise da Exposição de Chicago sob perspectiva da visualidade, Cf.: FONSECA, Jorge Nassar Fleury da. Artes do progresso: uma história da visualidade da Exposição de Chicago de 1893. *19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte*. Volume IV, n. 1, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/>. Acessado em 09 de maio de 2009.

<sup>68</sup> Barão do Marajó, op. cit., p. 5.

<sup>69</sup> Idem, p. 5.

geológico, 5) Orografia, 6) Hidrografia, 7) Afluentes do Amazonas pela margem esquerda, 8) Afluentes do Amazonas pela margem direita, Ilhas, 9) Cabos e costas, 10) Lagos e 11) Conclusão. Como logo se pode ver, o texto é estruturado segundo uma tradição de escrita da geografia do século XIX, que, diga-se de passagem, foi um discurso muito influente na Amazônia. Isso pode ser explicado pela soma dos elementos que venho, desde o início, até agora pontuando: isto é, o contexto de desenvolvimento da ciência e do pensamento geográfico da época, aliado a expansão do capital e a alargamento da colonização europeia pelo mundo; o contexto de formação dos Estados nacionais; o advento da República no Brasil e, por fim, a discussão sobre identidade na Amazônia.

Examinado o clima, os limites e a população; a hidrografia, os caracteres geológicos e a orografia da região, passando, enfim, em análise a fisionomia do espaço amazônico, José da Gama Abreu, em sua *Geografia Física*, pôde arguir conclusões nimbadas por um otimismo reconhecido e embalado pela condição privilegiada da natureza amazônica. Isso fica muito claro em suas afirmações de que o “Estado do Pará, atualmente, é um tesouro de riquezas, ainda não exploradas”<sup>70</sup>. Por isso a necessidade do poder público conhecer e intervir positivamente. Positivamente significa, pois, intervir no mundo natural com as mãos guiadas pelos cânones da modernização. Somente assim um Estado como o Pará podia ser visto como “uma grandiosa promessa para o futuro”, pois “é de confirmada experiência que a posição geográfica e as condições físicas de uma qualquer região, são os principais fatores para o seu desenvolvimento e riquezas; sob este ponto de vista talvez nenhum outro Estado do Brasil o exceda”<sup>71</sup>:

Em território é um dos mais vastos; em desenvolvimento de costas toma o primeiro lugar; em facilidade de comunicações, bastará lembrar que, enquanto os outros Estados abrem penosamente vias de comunicação com custosas estradas de ferro, a natureza deu ao Pará um sistema hidrográfico tão grandioso, que com facilidade, pelos seus rios, leva mercadoria aos pontos mais distantes de seu território, e igualmente aos Estados de Mato Grosso, Maranhão, Goiás e Amazonas, e pelo afluente do Amazonas, põe-se em contato com as Repúblicas da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas.

Pelos seus campos pode, no futuro, quase igualar o Rio Grande do Sul, na criação de gado; pelas suas matas dá à exportação o cacau, o algodão, o café, o arroz, a castanha, a borracha, o caucho, a baunilha, a madeira<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> Idem, p. 34.

<sup>71</sup> Idem, p. 34

<sup>72</sup> Idem, p. 34.

História oficial, geografia para Nação. Ignácio Moura, Palma Muniz, Henrique Santa Rosa, Misael Seixas, Theodoro Braga, Barão do Marajó, Santa-Anna Nery, entre outros, fizeram bem esse exercício de interpretação. Em geral, inspirados por figuras que se destacaram no assunto, no “século que se caracterizou pelas grandes teorias da geografia”<sup>73</sup>. De resto, é bom lembrar o esforço historiográfico empreendido pelo IHGP e, anos antes, pelos tricentenaristas, na fabricação de uma identidade local. Se a Amazônia era considerada terra eleita por natureza, era importante criar uma tradição de desenvolvimento progressivo da região grande, eis aí a necessidade de cultivar os grandes vultos. Isso ainda mais claro na iniciativa de Benedicto Bastos, fotógrafo então renomado da capital paraense, que em julho de 1915, resolveu organizar o Álbum Histórico – já antes mencionado. O fotógrafo recebeu “várias fotografias de homens que se têm notabilizado no desenvolvimento do Pará e que devem figurar num Álbum Histórico” organizado “para as festas do Tricentenário de Belém”<sup>74</sup>. Entre os retratos das notabilidades políticas e sociais que seriam reproduzidos em fotogravuras, forjou-se um amplo mosaico de personalidades, que iam desde os tempos mais antigos da história do Pará até aquelas figuras mais próximas no tempo, que há pouco haviam participado das rodas intelectuais, sociais, artísticas e políticas da cidade. Tanto faz se fossem eles nacionais ou estrangeiros, não importava. Parte dessa bibliografia básica para o estudo da natureza e do espaço amazônico teve seu nome entronizado na galeria de homens ilustres. Junto a sujeitos como “Julio César Ribeiro de Souza, Joaquim José de Assis, José da Gama Malcher, Américo Santa Rosa, Antonio Lemos, José Maria de Moraes, João Diogo, Francisco da Silva Castro,... Coronel Gonçalves de Moura, Barão do Guajará, major Antonio Baena, monsenhor Andrade Muniz, Pedro da Cunha, Alcebíades Neves, Philippe Pinto Marques,... Casemiro Borges de Assis, major Rodrigo da Gama Costa, Coronel Vicente Miranda, João de Deus do Rego, padre Antonio Augusto de Mattos, Eduardo Angelin e Carlos Gomes”, lá estavam os nomes de “Agassis, Humboldt, Hartz, Condreau, Martius, Spix [e] Jacques Ruber”<sup>75</sup>.

Mais que referências científicas, esses nomes foram ungidos simbolicamente de um espírito que se queria transmitir às novas gerações, no maior sentido de história mestra da vida. Sem dúvida, assim como a iniciativa de analisar, pragmaticamente, a geografia da região, também a necessidade de fabricar vultos pátrios amazônicos era, no mais, um

---

<sup>73</sup> SEIXAS, Misael. op. cit., p. 114.

<sup>74</sup> Álbum Histórico. *Folha do Norte*, 4 de Julho de 1915.

<sup>75</sup> Idem.

exercício de grupo. No caso da Galeria, tanto para Benedicto Bastos, como para os demais tricentenaristas, tratava-se de um cânone historiográfico alicerçado num dever cívico. Bastava, para isso, que esses homens, agora enaltecidos como heróis pátrios, houvessem feito ou mesmo simplesmente participado nalgum fato exemplar da vida local, e que, portanto, servissem para engrandecer o nome do Estado. Da releitura do passado paraense, o projeto de grandiosidade do Estado desembarcava acolhido e honrado, no presente, pelo augúrio auspicioso das riquezas naturais. De promessa à realidade, era necessário que fosse estudada a flora, a fauna e as quedas d'água, os rios e o território. O sentido da dedicação ao estudo local era amplo porquanto fazia parte de um projeto de Nação, em última análise, responsável por fundar instituições de saber, ao exemplo do IHGP e da Universidade Livre do Pará. É, acreditava essa geração, do estudo e do trabalho espiritual da mocidade que “depende o futuro máximo do país”<sup>76</sup>

É fruto dessa percepção o interesse de Misael Seixas pela agrogeografia, a meio caminho entre geografia e biologia e a caminho certo dos naturalistas do século XIX. O maior deles no assunto, segundo Misael Seixas, foi Humboldt. Foi Humboldt quem “delineou os fundamentos da larga e admirável ciência da fitogeografia, que, sob a égide da notável figura desse naturalista, no início de um século que se caracterizou pelas grandes teorias da geografia, surgira nas ridentes plagas dos planaltos americanos, ante o mais uberoso cenário que, no orbe imenso, era possível ter por berço a geografia botânica”<sup>77</sup>. A importância do tema chama ao centro da discussão a distribuição geográfica dos vegetais. Diferente da biologia, a fitogeografia a que se refere nosso interlocutor, visa incluir o homem no meio natural. Há, assim, outros desdobramentos. Nessa relação, há um espaço especial para tratar da agricultura. Aliás, ao longo do tempo esse foi sempre assunto precípuo e elementar quando se tem em questão o desenvolvimento regional.

O sentido das palavras de Misael Seixas é claro e corrobora o “senso-comum” dos estudiosos locais, de que Amazônia é não só única, mas muito particularmente privilegiada. Para isso introduz o conceito de *habitat*, pois se o saber racional deve imperar sobre o meio, ela não o faz alheio a certos constrangimentos naturais. Há um habitat, diz ele, que estabelece limites à ação do homem. Misael Seixas cita o engenheiro e geógrafo francês Pierre Clerget

---

<sup>76</sup> SANTA ROSA, Henrique. O Tricentenário de Fundação de Belém, *Folha do Norte*, 20 de fevereiro de 1917.

<sup>77</sup> SEIXAS, Misael. Op. cit., p. 114. Veja também SEIXAS, Misael. *Estudos e paisagens*. Para, Brasil: Livraria Clássica, 1924. Dora Romariz faz um exame atual sobre o tema que Misael Seixas discutia já no princípio do século passado na Amazônia, ver: ROMARIZ, Dora de Amarante. *Humboldt e a fitogeografia*. São Paulo: Edição da Autora, 1996.



(1875-1943), “um grande mestre moderno, em sua notável *Geographie économique*, declarando que a agricultura é a indústria do vegetal, afirma que o homem deve se conformar com o que se pode chamar a sorte ou a vocação desta terra mais por tal planta do que por tal outra. A geografia botânica estuda e distingue terras que têm especial e particular vocação agrícola, onde predomina muito a influência do solo, por sua composição química e agrogeológica, por suas condições de geofísica própria e climatológica, como pelas rigorosas determinações oriundas das principais movimentações do planeta e seu satélite, seu relevo orogênico e ambiente atmosférico”<sup>78</sup>. Essas são considerações muito promissoras quando se é natural da região equatorial, “este espetáculo da natureza e magnificência” que “maravilhou todos os viajantes eminentes que as tem perlustrado, como Wallace, Bates, Stanley, Serpa Pinto, Olona, e da quais disse Elisée Reclus, ‘em nenhuma parte se encontra mais admiravelmente unidas a riqueza aluvial do terreno, abundância da chuva e a atividade dos raios solares (A vida da terra, pag. 35)’”<sup>79</sup>.

A geografia figurava não somente como ferramenta privilegiada de auxílio à ação do Estado nacional. Mais que isso, suas vertentes se mostravam decisivas à evolução regional; dessa feita, o “Instituto Histórico e Geográfico do Pará era pois um reclamo imprescindível para nossa vida econômica”<sup>80</sup>. Por isso, “como parte integrante deste estudo interessante e vasto da Geografia agrícola, a que nosso país dava excelente matéria, nos oferece grande auxílio a cartografia especial de mapas e cartas econômicas e agrícolas, em suas variadas espécies, em que são tão férteis os nossos mestre da geografia estrangeira, completados com dados de corografia econômica até que possamos ter os úteis e afamados atlas comerciais e agrícolas em uso no ensino europeu”. Ao final, em nível mais vasto, os grandes autores do pensamento geográfico no século retrasado se desdobraram como fontes de interpretações e percepções da realidade paraense. Nesse sentido afirmava Misael Seixas, reiterando a utilidades desses atores: “É útil e interessante o manuseio dos mestres que deram o saber vital

---

<sup>78</sup> SEIXAS, Misael. Op. cit., p. 115. Interessante notar que Pierre Clerget destacou-se, a nível mundial, discutindo e defendendo a racional do meio ambiente. Racional aqui não tem o sentido de moderado e consciente, mas sim o sentido de usar a razão para exploração econômica da natureza. Veja, CLERGET, Pierre. *Manuel d'économie commerciale: la technique de l'exportation*. Paris: A. Colin, 1909; *idem*, *L'exploitation rationnelle du globe*. Encyclopédie scientifique; publiée sous la direction du dr. Toulouse. Bibliothèque de sociologie appliquée; Directeur, Th. Ruysen. Géographie économique. Paris: O. Doin et fils, 1912; *idem*, *Géographie économique: l'exploitation rationnelle du globe*. Paris: O. Doin, 1912; *idem*, *Urbanism: A Historic, Geographic, and Economic Study*. Annual Report. 1913; *idem*, *Manuel d'économie commerciale*. Paris: Colin, 1919; *idem*, *Manuel de géographie commerciale*. Paris: Librairie Hatier, 1924.

<sup>79</sup> SEIXAS, Misael. Op. cit., p. 115.

<sup>80</sup> MOURA, Ignácio. Alocução pronunciada na Inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, op. cit., p. 5.

à Geografia moderna”. Como parte desses estudos, em escala mais específica, “os mapas econômicos, dos quais temos felizmente alguns no Brasil, dizem bem alto do estudo da Geografia agrícola, do país, com programas delineados, constituindo uma disciplina ou uma cadeira autônoma. Este matéria de debate no 5º Congresso de Geografia da Bahia, anos antes, pedindo-se então a criação da cadeira de Geografia agrícola nos cursos agrônômicos, com estudo especial sobre o Brasil, encarando o país nas suas regiões naturais, ‘física regions’, método hoje triunfante nos cursos de Geografia da França, depois do brado de reforma dado por La Blache, no seu magnífico plano de ensino de Geografia no mais eminente país de nossa raça, em cuja grandiosa língua Victor Hugo fez a descrição do Alpes e Taine a dos Pirineus”<sup>81</sup>.

### **3. 2. Natureza e modernidade na República paraense.**

Agora, ao final desta dissertação, é fundamental examinar a impressão que essa geração guardava do espaço natural e urbano da região. O advento da República não se apresentou unicamente sob a efígie política. Significou, além disso, o ponto alto do nacionalismo. Sendo que nacionalismo para essa geração não se tratava meramente de uma categoria abstrata; ao contrário, era algo bem palpável, facilmente identificado e muito corriqueiramente reivindicado. Além do culto cívico, dos préstitos e efemérides pátrias, a ideia cultivada de nacionalismo carregava significados precisos, eivados da ideologia de progresso, melhoramento e aproveitamento dos recursos naturais. Foram de fato corriqueiras muitas as lamúrias nesse aspecto. Ignácio Moura sempre atualizava as queixas. Em 1896, junto a alguns amigos, o engenheiro sai do porto de Belém, comissionado pelo governo do Estado, com o fim de inspecionar o burgo de Itacaúnas, atual município de Marabá. Nessa viagem se confronta com a realidade de “homens e riquezas” que estão à mercê da sorte, a espera da “hora de maior patriotismo para receber a consagração do valor e direitos estatuídos”<sup>82</sup>.

Noutra ocasião, em razão da visita do presidente Washington Luiz (1869-1957) à Amazônia, poucos meses antes de sua posse à presidência da República (1926-1930), o velho patriota, ao lado do jornalista Paulo Eleutério Álvares da Silva (1886-1959), reeditou uma

---

<sup>81</sup> Idem, p. 116.

<sup>82</sup> MOURA, Ignácio. *De Belém a São João do Araguaia: vale do Rio Tocantins*. 2ª ed. Belém: Secult, 1989, p. 27.

série de cartas, discursos e artigos antes publicados na Folha do Norte. Num deles, dá as boas vindas ao presidente eleito, sem esquecer-se de lembrar ao estadista que pisava ele agora sobre “as riquezas naturais mais abandonadas do continente brasileiro”<sup>83</sup>. “É uma terra prodigiosa em que a colheita é perpétua e a natureza não dorme nem descansa, em todo decorrer do ano”<sup>84</sup>. E ainda, onde é “paraíso dos naturalistas”<sup>85</sup>. Ignácio Moura acentua também dois momentos do Estado do Amazonas. Antes e depois da República: “em 1878, a quando da visita do naturalista Bates, Manaus tinha apenas 3.874 almas e toda comarca não rendia mais que 300 libras de impostos”. A história começa a virar já algumas décadas mais tarde: “com o advento da República, muito veio a lucrar esse futuroso departamento nacional”, “em 1898, já o seu rendimento subia a 21.426:00 \$ e, com certeza, o seu engrandecimento seria hoje muito maior, se não fosse a falta de escrúpulos de alguns de seus administradores”<sup>86</sup>. Por fim, arremata salientando que o “Pará e o Amazonas são irmãos os mais unidos da Confederação Brasileira... ambos esperam de v. exc. a mais elevada atenção para as necessidades que não podemos isoladamente satisfazer, no sentido de registrar o nome de v. exc. entre os beneficentes desta abençoada região, que constituirá o orgulho da nossa grande nacionalidade”<sup>87</sup>.

Se ao lado de um passado cuidadosamente selecionado a natureza era vista e apresentada como símbolo maior da identidade regional, esses intelectuais acreditavam também que, assim como o passado foi vislumbrado sob a lupa da civilização, os recursos naturais deveriam ser apreendidos e explorados por via da razão científica, para que assim fossem socialmente aproveitadas para o progresso material. Se o regime anterior carecia de vontade política, a República agora, segundo eles, nutriria tal ausência. Civilização, eis a palavra-chave. Os engenheiros investidos de geógrafos e historiadores souberam, melhor do que ninguém, tratar do assunto. Evidentemente, de acordo como os cânones da época, tocaram à frente o interesse de escrever sobre a geografia política de seu estado, como parte de um exercício de compreensão da construção da identidade da região amazônica, a partir da ótica do poder do Estado-Nação.

---

<sup>83</sup> MOURA, Ignácio. Saudação ao notável itinerante. In: MOURA, Ignácio & Paulo Eleutherio. *A Amazônia do futuro: publicação comemorativa da visita feita ao extremo norte do Brasil, em julho de 1926, pelo Exmo. Sr. Dr. Washington Luis, actual presidente da República*. Para: Livraria Clássica, 1926, p. 5.

<sup>84</sup> MOURA, Ignácio. A imensidade do Vale Amazônico e os seus grandes recursos. Op. cit., p. 13.

<sup>85</sup> MOURA, Ignácio. Belém, Catedral e Metrópole da Amazônia. Op. cit., p. 17.

<sup>86</sup> MOURA, Ignácio. A imensidade do Vale e seus grandes recursos. Op. cit., p. 14.

<sup>87</sup> Idem, ibidem, p. 16. Grifo meu.

Conhecido como urbanista arrojado, “o mais acatado de nossos engenheiros do norte”<sup>88</sup>, Henrique Santa Rosa era também amante da arte; frequentador assíduo das rodas intelectuais da cidade, figurava constantemente nas listas de compradores de obras de arte <sup>89</sup>. Numa visão futura da capital paraense, o engenheiro cartografou comparando-a com Belo Horizonte e São Paulo, as únicas que, segundo ele, observam as novas orientações na criação de “bairros higiênicos e núcleos de construções econômicas”. *Visão Futura* é o título de seu texto impresso no Anuário de Belém, que, como vimos, foi pensado e escrito sob o calor da movimentação em torno do tricentenário da capital paraense. Segundo o engenheiro, “as comodidades de ar, espaço, luz, viação, água e esgotos, constituem condições previamente estabelecidas, correspondendo, pelo seu valor, às circunstâncias mais ou menos favorecidas das classes da população a que se destinam”. Apesar de todo o progresso, Belém ainda era “uma cidade por fazer”, concluía o engenheiro; pois sofria já os grandes problemas de uma metrópole moderna que, assim como “a capital federal, com suas vilas operárias em que se têm consumido centenas de contos”, mantinha ainda serviços públicos deficientes. Por isso mesmo, sua visão futura era a do planejador urbano, envolto em mapas, pranchetas e números, seguindo as diretrizes dos norte-americanos que haviam dado mostras de “cidades modelos construídas ou reformadas em poucos anos” <sup>90</sup>. A preocupação dos engenheiros-geógrafos-historiadores com o passado amazônico não era, portanto, simples vício de antiquário. Em *Visão Futura*, Santa Rosa queria provar que a história dos três séculos decorridos já não bastava. Agora, a hora era a de confrontar o tempo pretérito com futuro.

O imperativo de modernidade impôs particularidades bem próprias à forma como os engenheiros percebiam o espaço urbano e o natural. O urbano e natural, o campo e a cidade, receberam – no espaço e no tempo – muitos significados, em termos de sentimento e de atividades; mas eles mudam, tanto em si próprios como em relação a outros. Portanto, trata-se de uma história ativa e contínua <sup>91</sup>. O objetivo deste trabalho se situa num recorte específico, onde o padrão intelectual da engenharia encontrava na cidade civilizada a sua ideia motor. Deste modo, os engenheiros acreditavam que as características naturais que integram o espaço urbano, deveriam ser modificadas e melhoradas, a fim de torná-lo mais belo e mais moderno.

---

<sup>88</sup> MUNIZ, Palma. Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa: engenheiro civil e geógrafo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, Ano XIII, vol. V, 1926, pp. 99-105.

<sup>89</sup> FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Dos pincéis às letras: nasce a Belém Velha. In: *Eternos Modernos*, pp. 1-56.

<sup>90</sup> SANTA ROSA, Henrique. “Visão Futura”. In: MOURA, Ignácio (org.), *Anuario de Belém*, p.12-14.

<sup>91</sup> Sobre as diferentes imagens, associações e atitudes sentimentais em relação ao campo e a cidade, ver WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. O objetivo do livro é descrevê-las e analisá-las conectando-as às experiências historicamente variadas.

Segundo sua formação científica eivada de positivismo, viam o espaço natural como algo separado do homem; e que a ele cumpria fazer frente, vencê-la e aproveitá-la positivamente, sempre que possível e necessário. Nas palavras do chefe do Departamento de Obras Públicas, Henrique Santa Rosa, “Belém, banhada em mais de dois terços de seu perímetro, pela águas do Guajará, que por diversos afluentes, lhe sulcam o solo, desdobrando-se em variados sentidos, infiltrando-se e espalhando-se sobre vastas superfícies, sob a ação constante do fluxo e refluxo das marés, é, por assim dizer, uma cidade apenas esboçada, adaptada a se formar em cidade belíssima, corrigidos os defeitos da sua mínima altitude em diversos lugares, retificados os valados dos seus igarapés”<sup>92</sup>. De formação enciclopédica, à reputação de urbanista arrojado soma-se a sua predileção pelo estudo do passado. Daí a geografia-histórica se apresentar como uma das predileções de Santa Rosa. O lugar do passado não era somente o livro, o museu e a memória.

Em 15 de julho de 1924, topografia de Belém era o tema da conferência de abertura da recém criada Universidade Livre do Pará. O título se apresentava bem específico e sugeria uma abordagem técnica aos ouvintes. Mas Santa Rosa não podia deixar de lembrar os velhos tempos da fundação da cidade. A lembrança do engenheiro-historiador não se tratava, entretanto, de mero exercício de erudição. Diz respeito, isso sim, a uma forma de percepção. Da escolha portuguesa à Topografia de Belém, pouco mais de trezentos anos haviam já se passado. A intenção do historiador era expor que o início de cidade não se reservou à causalidade. Ao contrário, a conquista do Norte não se fez sem se tomar “notícia exata da geografia da nova terra”. Assim, o colonizador “escolheu um sítio forte por natureza, com enseada de fundo bastante para navios de grande porte, e o canal muito limpo, para poder entrar e sair em baixo da artilharia”. Por outro lado, a ponta de terra escolhida “favorecia a defesa do núcleo contra qualquer investida dos dissimulados indígenas”. Mas se “o ponto de vista defensivo foi o predominante nesse primeiro momento da fundação”, ele “não foi nem poderia ser, entretanto, o único a atender para a instalação do povoado”. Aí se revela audível a voz do engenheiro sanitário. “Outras circunstâncias se impunham a favor da escolha”: num misto de sapiência e superstição, a escolha do local sofreu influência de estar situado ao lado direito do rio. “O pensamento supersticioso”, segundo Santa Rosa, “influiu no ânimo dos

---

<sup>92</sup> Idem, *ibidem*.

fundadores das cidades, para afastá-las do lado esquerdo”. Isso porque a palavra guarda “significação agourenta” – “sinister”<sup>93</sup> –, explica.

Da escolha originária, o engenheiro-historiador parte para o posterior crescimento urbano da cidade. Com isso, gostaria aqui de chamar atenção para o sentido que o autor desejou imprimir na obra. Pois iniciando pela escolha acertada do conquistador, os problemas subsequentes vieram como demandas do crescimento urbano da cidade. Numa cidade no meio da floresta amazônica, o pensamento urbanista se reveste de um sentido de uma relação de força contra a natureza, cuja vitória está inscrita no potencial técnico-científico destinado a superar as vicissitudes e constrangimentos impostos pelo mundo natural. Neste ponto Santa Rosa retoma o conhecido projeto do engenheiro militar germânico Gaspar João Geraldo de Gronsfeld (1716-1779)<sup>94</sup>.

Igarapés, córregos e veias de rios, jazem, hoje, soterrados sob o asfalto de algumas avenidas de Belém. O atual traçado da cidade se esboçaria graças à tomada de uma decisão contrária à natureza fluvial de sua topografia. Em fins do século XVIII, o engenheiro Gaspar João Gronsfeld apresentou ao então Governador Ataíde Teive um projeto inusitado. Vendo que Belém era recortada por vários igarapés e piris<sup>95</sup>, a ideia de Gronsfeld era ampliá-los a fim de reter as águas do Guajará por meio de comportas, de modo aos cursos d’água ficarem, nas vazantes, sempre cheios e navegáveis, servindo assim de trânsito aos moradores, que em canoas percorreriam as ruas da cidade. A ideia era aproveitar a configuração da natureza para que não fosse necessário efetuar o aterramento dos cursos d’água. Segundo ponderava o engenheiro, essa medida predisporia Belém a tornar-se uma nova Veneza<sup>96</sup>. Mas “o sonho de Gronsfeld não vingou”<sup>97</sup>, segundo Jorge Hurley, por que era “muito complexo e dispendioso”, por isso “não foi além de projeto”<sup>98</sup>. Seguiu então a tendência predominante

---

<sup>93</sup> SANTA ROSA, Henrique. *Belém e sua Topografia: conferência realizada em 15 de junho de 1915 na Universidade livre do Pará*. Belém: J. B. dos Santos & Ca, 1924, p. 5.

<sup>94</sup> Jorge Nassar Fleury da Fonseca, toma a obra cartográfica de Gronsfeld como ponto de partida para analisar as representações visuais da Amazônia na segunda metade do século XVIII, em especial os projetos de fortificação, demarcação e amuralhamento da cidade de Belém, capital do antigo Estado de Grão-Pará. Cf. FONSECA, Jorge Nassar Fleury da. *Muralhas invisíveis: cartografia e história visual na Amazônia no século XVIII*. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (dissertação de mestrado). Belém, 2008.

<sup>95</sup> Elementos característicos das áreas de várzeas da bacia amazônica. Piris são sulcos pantanosos formados pelo escoamento de águas em declive; além do que, é também conhecido como Peri uma espécie de junco – gênero de juncáceas, de hastes direitas e flexíveis, que cresce na água e nos sítios úmidos.

<sup>96</sup> HURLEY, Jorge. O plano de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld. – O aproveitamento dos pântanos, igarapés e piris de Belém, em canais saneados: Belém mais Bela que a adriática Veneza. In: *Belém do Pará sob o domínio português, 1916 a 1823*. Belém: Oficina Gráfica da Livraria Clássica, 1940, pp. 67-69.

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*, p. 67.

<sup>98</sup> Idem, p. 69.

que norteou a urbanização da época: a drenagem de quantos cursos d'águas recortasse o espaço urbano.

Essas são questões que precisam ser olhadas com cuidado. Como lembra Thompson, a história real não se revela ao estalar de dedos esquemáticos<sup>99</sup>. É certo que Santa Rosa avaliava que essa foi a “primeira obra sanitária a efetuar-se com largo descortino e cujos vantajosos efeitos se reconheceram sempre e posteriormente”<sup>100</sup>. Mas a concordância com o aterramento dos cursos d'águas não pode ser vista de forma estanque. Os letrados das primeiras gerações do século passado guardavam uma impressão datada da natureza. Para eles, era necessário aproveitar o meio. Evidentemente essa percepção de aproveitamento se dava segundo uma percepção de mundo e de grupo; segundo um lugar social marcado pelo anseio não só de progresso material, mas também de avanço civilizacional. Quero reiterar com isso, que mais que uma visão puramente técnica, a natureza era vislumbrada sob o desejo de desenvolvimento civilizacional. Assim, “o domínio temporário do Guajará sobre uma grande zona da cidade não é motivo para deixar crer que assim será eternamente”. Ao contrário, “tempo virá, e desejamos que brevemente, em que se possa ver a edilidade levar adiante as principais obras destinadas ao melhoramento de seu patrimônio”<sup>101</sup>. O conceito de melhoramento é uma ideia importante, pois revela um diálogo com a natureza marcado pelo pensamento de arrogar certa autoridade sobre ela. Melhoramento e saneamento vinculam-se sob os cânones da moderna civilização. Há, porém, uma dialética que confronta a realidade regional e o universo de valores ocidentais:

Na Holanda, o domínio do mar sobre o solo das cidades chega a atingir a metros, e o maior título de glórias dos engenheiros holandeses é a constante vitória de seus esforços contra o mar.

Os igarapés do Una, do Engenho, São Joaquim e Tucunduba, retificados em seus alinhamentos e aprofundados em seus leitos, constituirão os canais limítrofes pelos quais as lanchas e embarcações miúdas, vindas da Barra, como do Guamá, poderão penetrar até os pontos mais longínquos da cidade, levando o comércio através dos bairros de São João, Umarizal, Estrada de Bragança, praça Floriano Peixoto e avenida São José Bonifácio.

Do mesmo modo, os igarapés de São João, Moamá, Laranjeiras, Chermont e Cacoalinho prestarão valiosos serviços, aproveitados como canais secundários, devidamente aperfeiçoados, para os quais convirjam as valas e canalizações de drenagem que darão saída as águas paludosas transformando-as em águas correntes, de efeito sanitário; serão eles os canais de circulação franca através de toda zona meridional, hoje inaproveitada.

---

<sup>99</sup> THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos Ingleses. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. (Org.), *As peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 75-281.

<sup>100</sup> SANTA ROSA, Henrique. *Belém e sua topografia*, p. 13.

<sup>101</sup> Idem, *ibidem*.

Preparada assim a sede de uma cidade saneada, e completada as obras de esgoto, viação, iluminação, abastecimento d'água e calçamento, o mais compete a iniciativas particulares ou aos interesses puramente administrativos, de cuja ação imediata virá a realização do sonho auspicioso de Hebert Smith, denominando Belém – “a futura cidade que ainda há de enriquecer o mundo com seu comércio”<sup>102</sup>.

Não obstante a negativa à proposta apresentada por Gaspar João Gronsfeld – o que afinal marcou definitivamente a fisionomia e a vida futura de Belém –, muitos anos depois houve outra proposta semelhante, igualmente fundamentada em princípio análogo a de Gronsfeld: o aproveitamento do potencial natural da região. Dessa feita, a questão diz respeito a um problema que hoje provoca grande preocupação à classe industrial brasileira. O abastecimento de energia elétrica. Este é um problema que diz respeito, antes de tudo, a um determinado modelo econômico de desenvolvimento. Se hoje não é diferente, tampouco foi fortuito que essa questão surgisse com tamanha virulência, naquele início de século XX. O ambicioso projeto da Belém moderna reclamava por um sofisticado abastecimento de energia. Inspirado em Gronsfeld, Henrique Santa Rosa concluía que o Estado do Pará possuía “numerosas cachoeiras capazes de produzir um elevado potencial, com vantagem incalculável para os municípios em que estão situadas”<sup>103</sup>.

Esse tipo de preocupação deixa claro que a atuação dessa geração extrapola a política cultural, ação política por excelência com campo intelectual. Para essa geração, era vital conhecer o espaço amazônico, a fim de resolver os grandes problemas da época, como a questão da mão-de-obra, o melhor escoamento da produção, a questão energética e, entre outras, a construção de vias de comunicação, sejam elas por via de rios ou de estradas de ferro. Assim, a percepção do território amazônico era a de um espaço muito extenso, e em sua maior parte inexplorado. Urgia então conhecer os seus limites geográficos, os seus climas, os cursos de seus rios, enfim, o seu espaço territorial como um todo. História e a geografia eram vistas como atividade com relações estreitas com as esferas política, social, econômica e cultural. A geografia se distingue, nesse universo, em virtude de oferecer um instrumental técnico fundamental para interpretação social, para interpretação do lugar e para a atuação do Estado republicano. Já a história, cumpria voltar a página do passado para que viesse o futuro desejado.

---

<sup>102</sup> SANTA ROSA, Henrique. *Visão Futura*, op., cit., p. 13.

<sup>103</sup> *Relatórios dos chefes de seção do imposto territorial*. Acervo do Arquivo Público do Pará: Série: relatórios-Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação; Ano: 1917-1918; Volume; 75; Fundo: Obras Públicas; Módulo: 31; Prateleira: 04.



## Fontes e Referências Bibliográficas.

### 1. Literatura, tratados, memórias, crônicas e textos antigos.

AZEVEDO, João Lucio de. *Notas sobre a verdadeira data da fundação de Belém*. RSEP. v. 2, n 2-1. Belém, 1895.

AZEVEDO, José Eustáchio de. A Mina na Literatura Nortista. In: REGO, Clovis Moraes. *A Mina na "Literatura Nortista" de Eustáchio de Azevedo e n' "Pará Literário" de Theodoro de Rodrigues*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1997.

BARATA, Manuel. A jornada de Francisco Caldeira Castello Branco: Fundação da cidade de Belém. *Estudo de História Paraense com documentos inéditos*. Rio de Janeiro: Cia Typ. do Brazil, 1904, pp. 13-14.

BERREDO, Bernardo de Pereira. *Anais Histórico do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo que mais nele tenha sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718: oferecido ao augustíssimo monarca D. João V. nosso senhor*. Florença: Typographia Berbéra, 1905.

BRAGA, Theodoro. *Noções de Chorographia do Estado do Pará*. Belém: Empresa Gráfica Amazônia, 1919.

\_\_\_\_\_. Tentativas de Independência Política. In: *História do Pará: resumo didático*. São Paulo: Melhoramentos, 1931, p. 224-288.

\_\_\_\_\_. A Arte Brasília através da cerâmica da Ilha do Marajó. In: Ignácio Moura (Org.). *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915, pp. 135-136.

BRITO, Paulino de. A Imprensa no Pará. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p. 281-293.

CAMPOS, Américo. Hygiene. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. 103-119.

\_\_\_\_\_. Notícia sobre a patologia médica do Pará. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. 122-129.

CLERGET, Pierre. *La question sociale et la paix*. La Chaux-De-Fonds: Dubois, 1903.

\_\_\_\_\_. *Manuel d'économie commerciale: la technique de l'exportation*. Paris: A. Colin, 1909.

\_\_\_\_\_. *L'exploitation rationnelle du globe*. Encyclopédie scientifique; publiée sous la direction du dr. Toulouse. Bibliothèque de sociologie appliquée; Directeur, Th. Ruysen. Géographie économique. Paris: O. Doin et fils, 1912.

\_\_\_\_\_. *Urbanism: A Historic, Geographic, and Economic Study*. Annual Report. 1913.

\_\_\_\_\_. *Manuel d'économie commerciale*. Paris: Colin, 1919.

\_\_\_\_\_. *Manuel de géographie commerciale*. Paris: Librairie Hatier, 1924.

CONDURÚ, Abelardo L. Henrique Américo Santa Rosa, Patrono da Cadeira n.º 19. Discurso do consócio Abelardo Leão Condurú, fundador e ocupante da aludida Cadeira. *Revista do IHGP*. Belém, 1966/1967, pp. 67-76.

CORNET, J. *Eduard Suess: notice biographique publiée par le "Mouvement géographique" du 3 Mai 1914*. 1914.

COSTA, Candido. *Livro do centenário, além da consagração a independência política do Pará*. Belém: Guajarina de Francisco Lopes, 1924.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. *Paraenses Ilustres*. 3ª ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

FILHO, Mauricea. Alfredo, *Ramiz Galvão: o Barão de Ramiz*. (S.l): INL, 1972.

FRANCKENBERG, J. Von. *Compêndio de Geografia Elementar para o uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Rodolpho José Machado, 1903.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. Porto Alegre: Rodolpho José Machado, s/d.

GALANTI, Rafael. *Compêndio de História do Brazil*. São Paulo, 1896-1905.

GALVÃO, Ramiz, "Ao leitor". In: RÉCLUS, Élisée. *Estados Unidos do Brazil: geographia, ethnographia, estatística*; Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotações sobre o Território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

GODINHO, João. Notícia sobre a natalidade, a nupcialidade e mortalidade em Belém, no quinquênio de 1895 a 1899. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p. 82-101.

\_\_\_\_\_. Emílio. Reinos da natureza, encarados sob o ponto de vista prático. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. 37-62.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

HUNTER, James M. *Perspective on Ratzel's Political Geography*. Lanham, MD: University Press of America, 1983.

HURLEY, Jorge. O plano de Gaspar João Geraldo de Gronsfeld. – O aproveitamento dos pântanos, igarapés e piris de Belém, em canais saneados: Belém mais Bela que a adriática Veneza. In: *Belém do Pará sob o domínio português, 1916 a 1823*. Belém: Oficina Gráfica da Livraria Clássica, 1940, pp. 67-69.

HUSSAK, Eugenio, *Anexo V ao Relatório da Comissão do Planalto Central*, 1894.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ. *Catálogo da primeira serie da uma Galeria Histórica*. Belém: Imprensa Official, 1918.

LAGOS, Gonçalo. Notícia sobre a meteorologia e climatologia médicas do Pará. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. 64-80.

MEIRA, Augusto. Hino do Tricentenário de Belém. In: *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915, pp. 38-41.

MILLER, Benjamin. *Geologia y mineria andinas*. Ingenieria Internacional, Julio, 1921.

MIRANDA, Bertino. Berredo: sua vida, sua época, seus escritos. Prefácio à edição de 1905 (3ª edição) dos Annaes Histórico do Estado do Maranhão Florença: Typographia Berbéra, 1905.

MOURA, Ignácio Baptista de & Silva, Estephanio. *A Amazônia do futuro: publicação commemorativa da visita feita ao extremo norte do Brasil, em julho de 1926, pelo Exmo. Sr. Dr. Washington Luis, actual presidente da Republica*. Para: Livraria Clássica, 1926.

MOURA, Ignácio Baptista. *O Pará na exposição 7 de setembro de 1922*. 1922.

\_\_\_\_\_. Os Jesuítas e Antonio Vieira no apostolado pala liberdade dos índios no Grão-Pará. Belém: Tipographia da Revista España, 1923.

\_\_\_\_\_. “*Sur le Progrès de l’Amazonie et plus ses Indiens*”. Internationalen Amerikanisten Kongres. Wien, 1908. Leipzig: A. Hartleben, 1910, v.16, pp.541-556.

\_\_\_\_\_. *A exposição artística industrial do Liceu Benjamin Constant: os expositores em 1895*. Belém: Typ. do Diario Official, 1895.

\_\_\_\_\_. Geographia politica do Estado do Pará. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp.145-180.

\_\_\_\_\_. *L’État de Pará, États-Unis du Brésil; ouvrage illustré de 23 photographies des divers monuments de Pará, d’un plan et d’une vue de la ville, et d’un carte de l’État de Pará*. Paris: A. Lahure, 1897.

\_\_\_\_\_. *The state of Pará*. New York: Published for the Governor of Pará by G. P. Putnam's Sons, 1893.

\_\_\_\_\_. *De Belém a São João do Araguaia: vale do Rio Tocantins*. 2ª ed. Belém: Secult, 1989.

\_\_\_\_\_. *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915.

MUNIZ, João de MUNIZ, João de Palma. *Formulário de terras apropriado ao regulamento de terras estadual*. Lausane E. Toso & Cie, 1913.

\_\_\_\_\_. *Índice geral dos registros de terras: publicação oficial organizada na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro pelo engenheiro civil João de Palma Muniz*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907/1913, 1ª série; 1910/1913, 2ª série.

\_\_\_\_\_. *O Município de Itaituba*. Pará: Typ. Guttenberg, 1906.

\_\_\_\_\_. *A Faixa territorial da República brasileira*. Pará, 1916.

\_\_\_\_\_. *A Orla Marginal do Rio Amazonas dentro do território brasileiro*. Pará, 1916.

\_\_\_\_\_. *Algumas Reflexões sobre o segundo memorial do Estado do Pará na pendência de Limites Pará-Amazonas em 1916*. Belém: Imprensa Oficial, 1916.

\_\_\_\_\_. *Carta geográfica do Município de Belém*, Paris, 1905.

\_\_\_\_\_. Grenffel na História do Pará, 1823-1824. Belém: Officina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1927.

\_\_\_\_\_. *Índice dos títulos de terras: expedidos pelo Governo do Estado na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro, 1901-1908: publicação oficial pelo engenheiro civil João de Palma Muniz*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1909.

\_\_\_\_\_. *Índice geral dos registros de terras: publicação oficial organizada na administração do Exm. Snr. Dr. Augusto Montenegro pelo engenheiro civil João de Palma Muniz*. Belém, PA: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1907.

\_\_\_\_\_. *Legislação de Terras: dados estatísticos*. Pará: oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1924.

\_\_\_\_\_. *Limites Pará - Goyaz: notas e documentos*. Belém: Typ. da Imprensa Oficial do Estado, 1920.

\_\_\_\_\_. *Mapa do Estado do Pará, com delimitação municipal, 1912*.

\_\_\_\_\_. *O Município de Itaituba*. Pará, 1906.

\_\_\_\_\_. *Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará*. Paris: Aillaud, 1904.

\_\_\_\_\_. *Terrenos discriminados na Estrada de Ferro de Bragança*. Pará, 1910.

NERY, Santa-Anna. Bibliografia Científica sobre o Amazonas: impressões e juízos dos principais exploradores. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, pp. I-XIII.

PENNAFORT, Ulisses. Fundação do Pará: 1615-1915. In: Ignácio Moura, (Org.) *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915, pp. 114-116.

POMBO, Rocha. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Saraiva, 1939.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1885. [Belém]: Ed. da UFPA, 1970. 3v. (Coleção amazônica. Série José Veríssimo).

\_\_\_\_\_. *Obras Completas de Domingos Antônio Raiol, Barão do Guajará*. Coleção “História do Pará”. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1970.

RECLUS, Elisée. *La Terre: description des phénomènes de la vie du globe*. Paris: Hachette, 1868-69.

\_\_\_\_\_. *Estados Unidos do Brazil: geographia, ethnographia, estatística*; Tradução e breves notas de B. F. Ramiz Galvão e anotações sobre o Território contestado pelo barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

ROCHA, Cônego Ricardo. Os Jesuítas e a Civilização no Brasil. In: Ignácio Moura (Org.). *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915, pp. 32-35.

RUCH, Gastão; GARCIA, Rodolfo; BITTENCOURT, Feijó; FORTE, José Mattoso Maia, “Parecer”. In: SANTA ROSA, Henrique Américo, *História do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1926, p. 3-4.

SANTA ROSA, Américo Marques, *Os sucessos de Junho ou Último Motim do Pará*. Pará: Imprensa de T. Cardoso, 1891.

\_\_\_\_\_. *Relatório do Instituto Histórico e Geográfico do Pará: lido na Assembléia Geral de 10 de março de 1924*. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

\_\_\_\_\_. *História do Rio Amazonas*. Pará: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

\_\_\_\_\_. *Pela Amazônia paraense, riquezas e maravilhas: conferencia do Dr. Henrique A. Santa Rosa, presidente do Instituto Histórico em 19 de setembro de 1924*. Para, Belém: Typ. Arruda, 1926.

\_\_\_\_\_. Visão Futura. In: Ignácio Moura (org.), *Anuario de Belém em comemoração de seu tricentenário, 1616-1916: historico, artistico e commercial*. Belém: Imprensa Official, 1915, pp. 12-14.

\_\_\_\_\_. *Álbum do Pará em 1899 na administração do Governo de Sua Excelência o Sr. Dr. José de Paes de Carvalho*. Belém: Imprensa Official, 1890.

\_\_\_\_\_. A depressão amazônica e os seus exploradores. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo especial consagrado ao 1º congresso de História Nacional).

\_\_\_\_\_. *Limites do Amazonas e Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1937.

SANTOS, Cypriano. *Relatório apresentado ao Dr. Lauro Sodré em 30 de junho de 1892 pelo Dr. Cypriano Santos, Inspetor da Higiene do Estado*. Belém: Imprensa da Typografia do Diário Official, 1892.

SEIXAS, Misael. *Estudos e paisagens*. Para, Brasil: Livraria Classica, 1924.

STURZENECKER, Gastão Ruch \_\_\_\_\_. Aspecto geral da physiographia brasileira. *Diccionario Histórico, Toraphico e Etiographico do Brasil: commemorativo do primeiro centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1922, pp. 232-238.

\_\_\_\_\_. Os precusores de Cabral sob o ponto de vista geographico: descobrimento do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: [s.n., 1922].

\_\_\_\_\_. Hydrographia brasílica sob o ponto de vista do intercambio commercial. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 83, p.268-292, 1919.

SUESS, Eduard. Das Antiliz der Erde, 1888. *apud*. Fred. Katzer. *Boletim do Museu Paraense*, 1897, vol. II.

\_\_\_\_\_. The Future of Silver . Washington : [s.n.], 1893.

SUESS, Eduard, W. J. Sollas, and Hertha B. C. Sollas. *The Face of the Earth (Das Antlitz Der Erde)*. Oxford: Clarendon Press, 1904.

VERÍSSIMO, José. Ethnografia, In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p. 131-144.

VIANNA, Arthur. Notícia Histórica. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, *O Pará em 1900*. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p. 185-280.

## **2. Periódicos Citados**

### **2. 1. Jornais.**

Folha do Norte, Pará.

“2016: A resolução de empate da Taça Tricentenária”. Belém, *Folha do Norte*, 13 de janeiro de 1916.

“A Alma Portuguesa”, *Folha do Norte*. Belém, 1 de janeiro de 1915.

“A comemoração do 14 de Julho”. Belém, *Folha do Norte*, 13 julho de 1915.

“A Comemoração do 14 de Julho”. Belém, *Folha do Norte*, 8 de julho de 1916.

“A situação no Tapajós: a questão de limites entre Pará e Amazonas se agrava num breve conflito armado”. Belém, *Folha do Norte*, 9 de abril de 1916.

“A situação no tapajós”. Belém, *Folha do Norte*, 11 de abril de 1916.

“Álbum Histórico”. Belém, *Folha do Norte*, 11 de julho de 1915.

“Álbum Histórico”. Belém, *Folha do Norte*, 4 de Julho de 1915.

“Brasil: Espanha-Portugal”. Belém, *Folha do Norte*, 25 de julho de 1915.

“Congresso Paraense de Instrução”. Belém, *Folha do Norte*, 6 de janeiro de 1916.

“Coronel Rondon: sua chegada a Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 6 de Outubro 1917.

“Cruz Vermelha Portuguesa”. Belém, *Folha do Norte*, 23 de março de 1916.

“Cruz Vermelha Portuguesa”. Belém, *Folha do Norte*, 24 de março de 1916.

“Foot-Ball: Final da Taça Tricentenária”. Belém, *Folha do Norte*, 10 de janeiro de 1916.

“Foot-Ball: Flamengo e Payssandú”. Belém, *Folha do Norte*, 4 de janeiro de 1916.

“Foot-Ball: Flamengo e Remo” Belém, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1916.

“Foot-Ball: Taça Tricentenária”. Belém, *Folha do Norte*, 2 de janeiro de 1916.

“Foot-Ball: Taça Tricentenária”. Belém, *Folha do Norte*, 6, 7, 8 e 9 de janeiro de 1916.

“Fundação de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 31 de outubro de 1915.

“Fundação de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 8 de novembro de 1915.

“Galeria Histórica”. Belém, *Folha do Norte*, 21 de novembro de 1915.

“Grenffell e Von Holdt”. Belém, *Folha do Norte*, 21 de janeiro de 1915..

“Grenffell e Von Holdt”. Belém, *Folha do Norte*, quinta-feira, 21 de janeiro de 1915.

“Homenagem ao Dr. Ignácio Moura”. Belém, *Folha do Norte*, 12 de janeiro de 1916.

“Lauro Sodré chega à Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 15 de outubro de 1916, p. 1

“Lauro Sodré em Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 16 de outubro de 1916, p.1-2.

“Lauro Sodré: sua chegada à Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 10 de outubro de 1916, p.1, col. 1-2.

“Lauro Sodré”. Belém, *Folha do Norte*, 11 de outubro de 1916, p. 1, col. 6.

“Lauro Sodré”. Belém, *Folha do Norte*, 12 de outubro de 1916, p. 1, col. 3.

“Lauro Sodré”. Belém, *Folha do Norte*, 13 de outubro de 1916, p. 1, col. 2, 3 e 4.

“Lauro Sodré”. Belém, *Folha do Norte*, 9 de outubro de 1916, p. 1, col.1-2.

“Não invento histórias”. *Folha do Norte*. Belém, 22 e janeiro de 1915.

“O 14 de julho”. Belém, *Folha do Norte*, quarta-feira, 14 de julho de 1915.

“O 14 de julho”. Belém, *Folha do Norte*, quinta-feira, 8 de julho de 1915.

“O 29 de agosto”. Belém, *Folha do Norte*, quarta-feira, 25 de agosto de 1915.

“O belo livro de um grande homem: ‘Conferências’, de Candido Rondon”. Belém, *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1917.

“O Tricentenário da Fundação de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 22 de julho de 1915.

“O tricentenário de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 17 de julho de 1915.

“Os nossos limites com o Amazonas: opinião do Eng. Henrique Santa Rosa”. Belém, *Folha do Norte*, 30 de abril de 1916.

“Tricentenário da Fundação de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 12 de julho de 1915.

“Tricentenário de Cabo Frio”. Belém, *Folha do Norte*, 12 de outubro de 1915.

“Um paraense, Um pouco de história: um inglês bárbaro na história do Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 13 de janeiro de 1915.

“Um Pau...”. Belém, *Folha do Norte*, terça-feira, 19 de janeiro de 1915.

“Viajantes Ilustres”. Belém, *Folha do Norte*, 10 de agosto de 1916.

ARANHA, Bento. “Um pouco de historia: um inglês bárbaro na história do Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 17 de janeiro de 1915.

IGNÁCIO BAPTISTA DE MOURA. ““Centenário do Pará””. Belém, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923

\_\_\_\_\_. “Centenário do Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923.

\_\_\_\_\_. “Centenário do Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923.

\_\_\_\_\_. “Centenário do Pará”. Belém, *Folha do Norte*, 5 de janeiro de 1923.

\_\_\_\_\_. “Centenário do Pará”. Belém, *Folha no Norte*, 5 de janeiro de 1923.



\_\_\_\_\_. “Os homens da independência no Pará”. Belém , *Folha do Norte*, 6 de janeiro de 1923.

MUNIZ, João de Palma. “Efemérides Centenárias do Pará: 4 de maio de 1823”. Belém, *Folha do Norte*, 4 de maio de 1923.

\_\_\_\_\_. “Efemérides Centenárias do Pará: 6 de maio de 1823”. Belém, *Folha do Norte*, 6 de maio de 1923.

\_\_\_\_\_. “Efemérides Centenárias do Pará: 5 de março de 1823”. Belém, *Folha do Norte*, 5 de março de 1923.

\_\_\_\_\_.Efemérides. “Centenárias do Pará: 4 de março de 1823”. Belém, *Folha do Norte*, 4 de março de 1923.

SANTA ROSA, Henrique Américo. “O Tricentenário de Fundação de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 20 de fevereiro de 1917.

\_\_\_\_\_. “Tricentenário de Belém: a infância do Padre Antonio Vieira”. Belém, *Folha do Norte*, 15 de fevereiro de 1616.

\_\_\_\_\_. “O Tricentenário da Fundação de Belém”. Belém, *Folha do Norte*, 20 de janeiro de 1917.

### 3. Revistas.

#### 3. 1. A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará, Belém.

SANTA ROSA, Henrique Santa. A Escola: revista oficial do ensino no Estado do Pará. Belém: Imprensa Official. Anno II, 31 de julho de 1901, número 16, p.809.

#### 3. 2. O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura, Belém.

MUNIZ, João de Palma. Culto Cívico. *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Belém: Oficinas e Redação do Instituto Lauro Sodré, ano II, maio de 1919, pp. 164-165.

SEIXAS, Misael. A agrogeografia e seu estudo. In: *O Ensino: revista mensal de pedagogia e literatura*. Belém: Oficinas e Redação do Instituto Lauro Sodré, ano II, março e abril de 1919, p. 114-116.

#### 3. 3. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Estado do Pará, Belém.

IHGEP, Revista do IHGEP, Belém: Imprensa Official, 1900.

#### 3. 3. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.

ARANHA, Bento. A terra, as coisas e o homem da Amazônia. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 53-70.

BRAGA, Theodoro. A arte decorativa entre os selvagens da foz do Amazonas. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 49-52.

CONDURÚ, Abelardo L. Henrique Américo Santa Rosa, Patrono da Cadeira n.º 19. Discurso do consócio Abelardo Leão Condurú, fundador e ocupante da aludida Cadeira. *Revista do IHGP*. Belém, 1966/1967, 67-76.

GENÚ, Pedro de Almeida. Ressurreição Histórica. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 97-100.

IGNÁCIO BAPTISTA DE MOURA, Alocução pronunciada pelo Dr. Ignácio Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. *Revista do IHGP*. Ano I, N. I. Belém, novembro de 1917, p. 3-6.

MUNIZ, João de Palma, Dr. Renato Brasiliense Santa Rosa: engenheiro civil e geógrafo. *Revista do IHGP*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926, Ano VII, vol. V, pp. 99-105; p. 102.

\_\_\_\_\_. Os primeiros pioneiros das idéias de Independência. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922.

\_\_\_\_\_. A acção primaria da Junta Revolucionaria. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922.

\_\_\_\_\_. A revolução constitucionalista no Grão-Pará em 1821. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922

\_\_\_\_\_. Anais Históricos do Estado do Maranhão, de Perredo. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, p. 17.

\_\_\_\_\_. Antonio Raposo Tavares. *Revista do IHGP*, nº 7, Pará, 1932.

\_\_\_\_\_. Apontamentos biográficos sobre Manoel de Souza d'Eça, Paulo Martins Garro, Fernão Carrilho e Henrique Antonio Galluzzi. *Revista do IHGP*, nº 2, Pará, 1918.

\_\_\_\_\_. Catálogo das Petições de Cartas de Data e Sesmarias existentes no Arquivo Público do Grão Pará. *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo X. Tipografia do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1929, pp. 291-334.

\_\_\_\_\_. D. Romualdo de Souza Coelho. *Revista do IHGP*, nº 6, Pará, tipografia do Instituto Dom Macedo Costa, 1931.

\_\_\_\_\_. Dados para a História dos Limites Paraenses, *Revista do IHGP*, Nº 2, Pará, 1918. H

\_\_\_\_\_. Diário abreviado do ten. corl. Valério Correa Botelho de Andrade. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 93-96.

\_\_\_\_\_. Documentos para história dos municípios do Pará, *Revista do IHGP*. Nº 7, Pará, 1932.

\_\_\_\_\_. Limites Municipais do Estado do Pará (Baião, Bragança, Breves, Cametá e Chaves). *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo VIII. Tipografia do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1913, pp. 247-319.

\_\_\_\_\_. Município de Macapá – termos de vereação, 1770/1780 – compilação, *Revista do IHGP*. Nº 8, Pará, 1934.

\_\_\_\_\_. Os Contemplados. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917, pp. 71-78.

\_\_\_\_\_. Primeiras effervescencias nativistas e eleição dos deputados às Cortes. *Revista do IHGP*. v.4, n.4, 1922.

\_\_\_\_\_. Valério Correa Botelho de Andrade – diário abreviado. *Revista do IHGP*, nº 1, Pará, 1917.

SANTA ROSA, Henrique Américo. Dados dos Geólogos e Hidrografia paraense. *Revista do IHGP*. Ano I, fasc. I, novembro de 1917.

SANTA ROSA, Renato Brasiliense. Vias de Comunicação. *Revista do IHGP*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, Ano XIII, vol. V, 1926, pp. 57-9

#### **4. Arquivos.**

##### **4. 1. Arquivo Público do Estado do Pará, Belém.**

MUNIZ, João de Palma. Catálogo das Petições de Cartas de Data e Sesmarias existentes no Arquivo Público do Grão Pará. *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Tomo X. Tipografia do Instituto Lauro Sodré. Belém, 1929, pp. 291-334.

RÊGO, Clovis Silva de Moraes, No lançamento da obra “Adesão do Pará à independência e outros ensaios” de João de Palma Muniz. *Anais da Biblioteca e Arquivos Públicos do Pará*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1981, Tomo XII, p. 333-341.

*Relatórios dos chefes de seção do imposto territorial*. Série: relatórios-Diretoria de Obras Públicas, Terras e Viação; Ano: 1917-1918; Volume; 75; Fundo: Obras Públicas; Módulo: 31; Prateleira: 04.

##### **4. 2. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.**

IHGP. Belém, Ata da sessão de assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, realizada em 6 de março de 1918 para comemorar o 1º aniversário desse Instituto. Livro de ata – 6/03/1917 a 6/03/1931. - pacote: 03.

IHGP. Belém, Fundo Comitê Patriótico. Série: Atos de Correspondências, 1915.

IHGP. Belém, Hino aos 300 anos de Belém do Pará. Fundo Comitê Patriótico; Série Atos de Correspondência, 1915.

IHGP. Belém, livro do Arquivamento, 1917-1921.

IHGP. Belém, Ofício de 20 de setembro de 1917. Ofícios Recebidos -1917-1902. Pacote: 01.

IHGP. Belém, Ofício de 9 de outubro de 1917. Ofícios Recebidos -1917-1902. Pacote: 01.

IHGP. Belém, Ofício enviado pelo Governado Lauro Sodré em 5 de março de 1918. Ofícios Recebidos – 1917/1920, Pacote 01.

### **4. 3. Arquivo da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, Belém.**

#### **4. 3. 1. Seção de Obras Raras.**

IHGP, Revista do IHGP, v. 1, n. 1. Belém, 1917.

IHGP, Revista do IHGP, v. 2, n. 2. Belém, 1918.

IHGP, Revista do IHGP, v. 3, n. 3. Belém, 1920.

IHGP, Revista do IHGP, v. 4, n. 4. Belém, 1922.

IHGP, Revista do IHGP, v. 5, n. 5. Belém, 1926.

IHGP, Revista do IHGP, v. 6, n. 6. Belém, 1931.

IHGP, Revista do IHGP, v. 7, n. 7. Belém, 1932.

### **4. 4. Arquivo da Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém.**

IHGP, Revista do IHGP, v. 13, n. 13. Belém, 1952/1965.

IHGP, Revista do IHGP, v. 14, n. 14. Belém, 1966/1967.

IHGP, Revista do IHGP, v. 15, n. 15. Belém, 1968.

IHGP, Revista do IHGP, v. 16 e 17, n. 16 e 17. Belém, 1969/1970.

### **5. Sites.**

DIAS, Leônidas Braga. Primeiras Sociedades Médicas do Pará. *Sociedade Brasileira de História da Medicina*. <http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=congressos> [consultado em 13 janeiro de 2009].

Glossário Geológico Ilustrado, <http://www.unb.br/ig/glossario/>. [consultado em 2 de junho de 2009].

## 6. Referências Bibliográficas.

ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS. *Introdução à Literatura no Pará* / Clovis Meira, José Ildone, Alcyr Castro. Belém: CEJUP, 1990.

ADORNO, T & HORKHEIMER, M. *A Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano & MORELLI, Gustavo (Orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALVES, Isidoro Maria da S. Alves. “Modelo Politécnico, Produção de Saberes e a Formação do Campo Científico do Brasil”. In: M. A. Dantas, M. Paty & P. Petitjean (orgs). *A ciência nas relações Brasil-França*. São Paulo: EDUSP, 1996.

AMARAL, Carmem Helena, *Azulejaria Portuguesa em Belém: história, estética e significado*. (Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Educação Artística. Belém: Unama, 2002.

ARISTÓTELES, *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CALLARI, Cláudia Regina, Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. v. 21 n.40. São Paulo, 2001.

CARDOSO, Luciene Carris Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909). *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2005.

\_\_\_\_\_. A visita de Élisée Réclus à sociedade de geografia do rio de janeiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, vol. 1, n. 1, 2006.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982; pp. 65-119.

CLARK, John P.; MARTIN, Camille. *Anarchy, Geography, Modernity: The Radical Social Thought of Elisée Reclus*. Lanham, Md: Lexington Books, 2004.

COELHO, Alan Watrin. *A ciência do governar: positivismo, natureza e evolucionismo em Lauro Sodré* – Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2007.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Santa-Anna Nery: um propagandista “voluntário” da Amazônia (1883-1901)*. (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2007.

COELHO, Geraldo Mártires. *História e Ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

\_\_\_\_\_. “Um pouco aquém da Belle-Époque ou Quando o Francesismo se Insinua no Pará Novicentista”. IN: CUNHA, José Carlos (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ, UFPA, 1992. 286 p. (serie Cooperação Amazônica. V. 11)

COELHO, Maricilde Oliveira, *A produção de livros escolares no Pará*. I Colóquio Internacional de História e Memória da Educação do Ceará, 2007, Aracati. Interfaces metodológicas na História da Educação. Fortaleza: UFC, 2007.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-232, 2001.

CRUZ, Ernesto Horácio da. *As obras públicas do Pará*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1967.

CRUZ, Heloisa. A Cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890-1915. *Projeto História*, nº. 13. São Paulo: EDUC/PUC-SP, junho de 1996.

DAVIS, Renée. *La Croix gammée, cette énigme*. Paris: Presses de la Cité, 1967.

DOSSE, F. *A História em migalhas, dos Annales à Nova História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DUARTE, Regina Horta. Natureza e sociedade, evolução e revolução: a geografia libertária em Elisée Reclus. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, pp. 11-24, 2006.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso, *Geografias da arte: oligarquia, política e modernismo em Belém do Pará da Republica*. (no prelo).

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignácio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. *Estudos Amazônicos*, v. 2, p. 69-73, 2007.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; NUNES, Benedito. Luzes e sombras do iluminismo paraense. In: José Maia Bezerra Neto; Décio de Alencar Guzmán. (Org.). *Terra matura: historiografia & história social da Amazônia*. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 19-28.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil-Reino, 1908-1931. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 2, p. 25-41, 2008, p. 35.

\_\_\_\_\_. *Eternos Modernos: uma história social da arte e da literatura, 1908-1929*. (tese de doutorado), Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Nimuendaju versus Hurley: história intelectual e política indigenista na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Anais do Arquivo Público do Pará*, 2009 (no prelo).

\_\_\_\_\_. Desfiles do passado nacional: pintura, moda e história da Amazônia, c.1916-1923. *Anais do XXVIII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. 1808-2008: Mudanças de Paradigmas para a História da Arte no Brasil*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2008. v. 1. p. 112-134.

\_\_\_\_\_. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: Fernando Arthur de Freitas Neves; Maria Roseane Pinto Lima. (Org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 545-570.

\_\_\_\_\_. Arte, literatura e revolução: Bruno de Menezes, anarquista, 1913-1923. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira; Neto, José Maia Bezerra (Org.). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007, p. 293-307.

\_\_\_\_\_. A pintura da história: patrimônio e paisagem na Amazônia, 1890-1910. In: Flávio Leonel Abreu da Silveira, Cristina Donza Cancela. (Org.). *Paisagem e cultura: Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: Edufpa, 2009, p. 229-243.

\_\_\_\_\_. Pretérito imperfeito: arte, mecenato, imprensa e censura em Belém do Pará, 1898-1908. In: Beatriz Kushnir. (Org.). *Maços na gaveta: reflexões sobre Mídia.. Niterói: EdUFF, 2009, p. 38-52.*

FONSECA, Jorge Nassar Fleury da. *Muralhas invisíveis: cartografia e história visual na Amazônia no século XVIII*. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (dissertação de mestrado). Belém, 2008.

\_\_\_\_\_. Artes do progresso: uma história da visualidade da Exposição de Chicago de 1893. *19&20 - A revista eletrônica de DezenoveVinte*. Volume IV, n. 1, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/19e20/>. Acessado em 09 de maio de 2009.

FONTES, Edilza Joana. O Paraíso chama-se Pará: o Álbum O Pará em 1900. In: NETO, José Maia Bezerra; GUZMAN, Décio Marco Antonio. (Org.). *Terra Matura: historiografia e história social da Amazônia*. 1 ed. Belém: Paka-tatu, 2002, v. 1, p. 257-272.



GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1998, p. 264-275.

GUIMARAES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Um olhar sobre o continente: o Instituto História e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 20, 1997, p. 1.

\_\_\_\_\_. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 18, pp. 147-170

\_\_\_\_\_. Tradição e modernidade no estudo da história pátria: O I Congresso de História Nacional (Rio de Janeiro, 1914). In: *XIII Congreso Internacional de AHILA*, 2004

\_\_\_\_\_. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o I Congresso Internacional de História da América (1922). In: *IX Congresso Latinoamericano de estudos sobre América Latina e Caribe*, 2004, Rio de Janeiro

HABERMAS, Jürgen. “O entrelaçamento de mito e esclarecimento: Horkheimer e Adorno”. In: *O Discurso Filosófico da Modernidade: Doze Lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 153-186.

HRUBY, Hugo. *Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)*. (dissertação) PUCRS, 2007.

HELPERICH, Gerard; SILVA, Adalgisa Campos da. *O cosmos de Humboldt Alexander von Humboldt e a viagem à América Latina que mudou a forma como vemos o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae – Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”. In: *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 41-60.

LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro: historia de uma ideologia*. São Paulo: livraria pioneira editoras, 1969.

LEPETIT, Bernard. Sobre Escala na História. In: Jacques Revel (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 77-102.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A "Rússia Americana": a terra no pensamento social brasileira*. (Tese de doutorado). IUPERJ, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, p. 1966-1977, 1991

\_\_\_\_\_. *Território e História no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Tarcisio Cardoso. *A Memória de Três Séculos: civilização, modernidade e a nova história da Amazônia, 1915-1916*, (Trabalho de Conclusão de Curso), 2006.

MOREIRA, Eidorfe. *O livro Didático Paraense: breve notícia histórica*. Belém: s.n., 1979.

MOTA, Giovane da Silva. *Contribuições para uma Teoria geográfica do lugar*. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia (dissertação de mestrado). Belém, 2006.

NETO, José Maia Bezerra. *Os fundadores de 1917, herdeiros de 1900? IHGP 90 Anos: história, memória e tradições*. Texto apresentado na mesa redonda: "Memória e História do IHGP", durante a Solenidade Comemorativa dos Noventa Anos de Reinstalação do IHGP, realizada em 6 de março de 2007, no Auditório da Academia Paraense de Letras. (inédito).

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos/FGV*. Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p. 183-2002.

\_\_\_\_\_. As festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.

\_\_\_\_\_. Um mapa do terreno. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 163-167, 2000

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira, *Paisagens urbanas: fotografia e modernidade em Belém (1846-1908)*. Dissertação. (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

PIRES, Hindenburgo Francisco. *Reflexões sobre a contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na renovação dos pensamentos Geográfico e Histórico no século XX*. I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, 2008, Uberlândia. Anais do

I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico. Uberlândia: UFU, 2008, v. 1, p. 01-18.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. São Paulo: Editora Paumape, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos/FGV*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAMÍREZ Palacios, David Alejandro. *Las geografías de Reclus y Vergara: itinerario de una red*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

SALLES, Vicente. *Marxismo, Socialismo e os Militantes Excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANJAD, Alessandra Bastos Caminha, *Caracterização mineralógica e química de azulejos históricos de Belém: subsídios para produção de réplicas para restauro e artesanato*. Belém, 2005.

SANTIAGO, João Phelipe; SCARLATO, Francisco Capuano. *A questão nacional na geografia ratzeliana e sua assimilação no pensamento social brasileiro na república velha*, 2005.

SARGES, Maria de Nazaré, *Belém: riquezas produzindo a Belle-Èpoque (1870-1912)*. Belém: Paka-tatu, 2000.

SARGES, Maria de Nazaré; COELHO, Anna Carolina de Abreu. Divulgando a Amazônia em Paris: Santa-Anna Nery e sua "missão". *Estudos Amazônicos*, v. II, p. 47-68, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Armando Corrêa da. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, Milton (Org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a concepção Histórica. In: *Republica em Migalhas: História regional e local*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1990, p. 43-49.

SINDER, V. A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, 2000, p. 253-264.

SINDER, V.; BELLI, V. Um país se faz com homens e livros: Monteiro Lobato e a formação de uma comunidade de leitores. In: Joao Trajano Sento-Se e Vanilda Paiva. (Org.). *Pensamento Social Brasileiro*. Sao Paulo: Cortez Editora, 2005, v., p. 31-44

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a república: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

SIRINELLI, Jean-François, Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 131-169.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos Ingleses. In: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (Org.), *As peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, pp. 75-281.

\_\_\_\_\_. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2002.

WEHLING, Arno. Moral romântica em construção da memória. In: *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 57-74

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. A Fração Bloomsbury. *Plural*. São Paulo, 6: 139-168, 1999.

\_\_\_\_\_. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos Anarquistas*. Porto Alegre: Ed. L&PM Pocket, 2002.